

Revista

REPÚBLICA

ANO V | EDIÇÃO 22 | DEZEMBRO 2015

R\$49,90 | Exemplar de cortesia



Cidades Resilientes

ONU destaca a cidade de Campinas-SP, governada por Jonas Donizette, como uma das mais preparadas do Brasil na gestão de riscos ambientais.

Voucher é ferramenta que integra documento fiscal e gestão dos serviços de turismo em Bonito-MS

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL impõe limites, o que, somado à queda de arrecadação, deixa os municípios sufocados



EDUCAÇÃO E ALIMENTAÇÃO, NÃO HA DIFERENÇA, MAS TEM QUEM FAÇA!

TORNE-SE UM PARCEIRO CANTINA 360 E AUMENTE SEU PACOTE DE BENEFÍCIOS AOS PAIS, PROPORCIONANDO NÃO SÓ EDUCAÇÃO, MAS SAÚDE ALIMENTAR AOS SEUS ALUNOS.

Cantina 360 é uma ferramenta de gestão financeira e alimentar que possui uma proposta diferenciada. Chega ao mercado com o objetivo de fornecer aos pais o controle da alimentação nas cantinas escolares, reduzindo as chances de problemas de saúde ao longo da vida, decorrentes da alimentação inadequada ou mal controlada na infância.



WWW.CANTINA360.COM.BR
(11) 4249-2554 / 5504-1953
CONTATO@CANTINA360.COM.BR
AV. ENG. LUIS CARLOS BERRINI, 550
4º ANDAR - ITAIM BIBI - SP



Editorial

A vida é um processo

O desafio move a vida. E ela é um processo, moto-contínuo. Terminamos um, e logo à frente há outro para começarmos a trilhar. Para a **República**, um processo chega ao fim: o vitorioso projeto de uma revista que tratava de temas diversos de forma aprofundada, tendo o ABC Paulista, na Região Metropolitana de São Paulo, como berço e distribuição prioritária. Nasce outro: o da nova revista **República** – voltada agora à administração e à gestão pública.

Esta edição é emblemática porque marca esta transição. Como verão, em algumas páginas ainda será possível encontrar assuntos que fogem ao perfil. Entretanto, o próximo número estará exclusivamente voltado à nova proposta.

Para apresentar a nova **República** aos nossos caros leitores, fomos às “vitrines” e escolhemos um novo “guarda-roupa” para suas páginas, que passaram a valorizar ainda mais imagens e cores em sua composição visual. A missão de levarmos informação de conteúdo sério não muda! Mas, agora ele estará voltado prioritariamente àqueles cuja responsabilidade maior é a gestão dos municípios brasileiros, em sua maioria ainda muito carente.

Fomos conhecer programas, projetos e troca de experiências exemplares, exitosas com a intenção de compartilhar conhecimentos e saberes para sensibilizar e inspirar administradores e gestores públicos, acima de qualquer opção político-partidária.

Uma das reportagens da nova **República** trata da Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF, desrespeitada por boa parte dos municípios brasileiros. Entre os entes federados, a balança pende desfavoravelmente à esfera municipal, impossibilitada de contratar mão de obra para novos equipamentos que chegam através de parcerias com os governos federal e estadual, caso de uma UPA, por exemplo. A folha de pagamento sufoca os municípios pequenos e grandes pelo Brasil afora. Pautas como essa estão na ordem do dia de entidades representantes dos municípios.

Elas percorrem o País em rodadas de encontros para discutir e propor saídas, caso da flexibilização da LRF, mas que até agora não obteve sucesso junto às autoridades federais.

Mesmo com tantas dificuldades, há destaques que merecem ser divulgados como o esforço de Campinas – SP, na conquista do título de Cidade Resiliente, da ONU. Lá, o prefeito aglutinou vontade política a ações estruturantes e educativas para fazer uma boa gestão de riscos, capaz de poupar vidas e perdas materiais.

Também vamos mostrar que, apesar de terem o direito de solicitar concessão de emissoras públicas de TVs e rádios, os municípios patinam nesta conquista devido a fatores como desconhecimento do processo burocrático, falta de planejamento e dinheiro para manter estrutura e pessoal.

Vale ainda conferir o Voucher Único, ferramenta que fez Bonito - pequena cidade do Mato Grosso do Sul - organizar todo o complexo turístico local para receber os seus milhares de visitantes ávidos por mergulhar em suas águas de excepcional beleza natural. A equipe da nova **República** espera que você aprecie a mudança e que ela possa ser útil ao progresso da gestão municipal em nosso País. Afinal, o município compõe a cidade, território onde vivemos e ao qual escolhemos pertencer.

Boa leitura!

Donizete Fernandes
Publisher

6 e 7

Entrevista

Contingenciamento leva a incertezas na educação

8 a 15

Entrevista

A arte ativista e pública de Eduardo Srur

16 a 20

Comunicação

Concessão a municípios esbarra na burocracia

21

Comunicação

Homenagem à Octopus pelos 37 anos

22 a 25

Comunicação

Recife espera 50 anos por uma emissora

26 e 27

Ciades

Poupatempo terá auto-atendimento

28 e 29

Ciades

ABM e CNM apoiam prioridades municipais

38 e 39

Artigo

Municípios em crise orçamentária em 2016

54 a 57

Saneamento Básico

Três cidades do Paraná são destaque em ranking

58 a 61

Assistência Social

Pesquisa do Ipea mostra Brasil menos desigual

62 e 63

Economia

Zini Alimentos aposta no porta a porta

64 e 65

Educação

Ensino à distância ainda atrai poucos municípios

66 e 67

Educação

Encontro discute cidade mais inclusiva

68 e 69

Educação

Travestis e trans ganham curso preparatório

70 a 72

Educação

Distúrbios requerem tratamentos específicos

73

Negócios

Integrar pessoas é meta da Grinape

74 e 75

Negócios

Brechó virtual conquista adeptos na rede social

76 e 77

Comportamento

Finanças dos municípios cada vez mais no sufoco

78 a 83

Turismo

Voucher único ajuda na gestão do turismo em Bonito

84 a 86

Esportes

Clubes pequenos amargam prejuízos

88 e 89

Esportes

Santo André decai em várias modalidades

90 a 93

História

Um encontro entre jesuítas e guaranis em comunhão

94 e 95

Cultura

Programa valoriza ensino da música para escolas

96 e 97

Cultura

Rock autoral atrai fãs mas não o dinheiro

48 a 53

Meio Ambiente

Brasil lidera ranking da ONU em gestão de riscos urbanos

30 a 37

Responsabilidade Fiscal

Finanças dos municípios cada vez mais no sufoco

40 a 47

Saúde na Escola

Programa federal também melhora rendimento escolar

Publisher

• Donizete Fernandes

Edição

• Mariangela Devienne - Mtb 22.203/SP

Colaboradores

• Antonio Ferreira
• Felipe Martins - Mtb 62.006/SP
• Fernanda Betoncini - Mtb 57.571/SP
• Gabi Bertaioli
• Gil Luiz Mendes - Mtb 4672/PE
• Jéssica Lima
• João Schleder
• José Fernandes - Mtb 14.193/SP
• Leo Oliveira - Mtb 46.219/SP
• Liora Mindrisz - Mtb 57.301/SP
• Lucas Borges - Mtb 74.680/SP
• Marcos Seabra Mtb 19.812/SP
• Mariangela Devienne - Mtb 22.203
• Marianna Fantti - Mtb: 55.401/SP
• Nicole Brione
• Viviane Raymundi - Mtb 22.149/SP
• Wilson Felipe - Mtb 17.681/SP

Fotos

• Mario Cortivo

Revisão

• Professor Isaiás Gomes de Lima

Projeto Gráfico e Capa

• Michelle Monteiro
(RP8 Comunicação)

Tratamento de Imagens

• RP8 Comunicação

Diagramação

• Evelyn Domingues - Mtb 48.250

Infográficos

• Renato Araújo

Gerente Comercial

• Maysa Calmona

Comercial

• Erica Alves

Projetos Especiais

• Débora Sartori

Diretor Financeiro

• Doan Oliveira

Revista

REPÚBLICA

CONTATOS:

Fone (11) 4438-7329
contato@revistarepublica.com.br
redacao@revistarepublica.com.br

REVISTA REPÚBLICA

é uma publicação da RP8
Comunicação, Publicidade
e Marketing

ENDEREÇO:

Rua Antônio Cardoso Franco, 517- A
Santo André - SP - CEP 09015-530

IMPRESSÃO

COAN GRÁFICA
Av. Tancredo Neves, 300
Tubarão - Santa Catarina - Brasil
CEP 88704-700

TIRAGEM

10.000 exemplares

AUDITADA POR



ATIVA - Serviços Empresariais S/S Ltda

BARCO FIRME EM MEIO AO MAR REVOLTO

Apesar de acusar redução em repasses financeiros, Universidade Federal do Grande ABC, na Região Metropolitana de São Paulo, aposta em convênios e parcerias para aprofundar papel de disseminadora de conhecimento

• Nicole Briones
redacao@revistarepublica.com.br

A UFABC (Universidade Federal do Grande ABC), com *campi* em Santo André e São Bernardo do Campo, na Região Metropolitana de São Paulo, não está e nem poderia estar imune ao aperto nas contas federais na esteira do ajuste fiscal que se tornou mandatário com o recrudescimento da situação econômica do País. Sinalização do MEC (Ministério da Educação) de que haverá menos recursos disponíveis faz com que a UFABC reavalie planos, como o de iniciar já no ano que vem a construção de um prédio destinado a salas de aula, laboratórios e áreas de apoio no campus São Bernardo.

Além disso, o contingenciamento leva a incertezas quanto ao cronograma de obras de expansão do campus Santo André. Em meio a este cenário instável, o reitor Klaus Capelle transmite a impressão do comandante que maneja a embarcação. Para o físico alemão que domina a língua portuguesa com sotaque inconfundível, está tudo sob controle na instituição que mantém mais de 12 mil alunos entre graduação e pós-graduação. Nesta entrevista, Capelle aborda, entre outros assuntos, a necessidade de blindar recursos da Educação às intempéries macroeconômicas.

Revista República - Recentemente o senhor liderou encontro das reitorias das dez mais novas universidades federais do País. No encontro foi redigida uma carta de reivindicações a ser entregue para o MEC. Quais são as principais demandas apresentadas no documento?

Klaus Capelle - O documento, denominado Carta de Santo André, faz propostas programáticas para a gestão da Educação e da Ciência e Tecnologia nas universidades brasileiras. Em suma, são metas para garantir o cumprimento do PNE (Plano Nacional da Educação). Entre as principais cobranças está a proposta de elaboração de uma Lei Orgânica das Universidades, protegendo a autonomia destas instituições de ensino. Além disso, a Carta pleiteia a necessidade de garantir 10% do PIB (Produto Interno Bruto) para Educação.

Apesar de estar sediada em São Bernardo e Santo André,

a UFABC tem demonstrado interesse em expandir sua atuação para os demais municípios do ABC. Recentemente, a reitoria firmou parceria com a Prefeitura de Mauá.

Qual é o modelo educacional pensado para a cidade? Fala-se na criação de uma estação meteorológica comandada pela universidade. Como seria esse projeto?

O Polo da UFABC em Mauá foi criado em parceria com a prefeitura e prevê a realização de atividades de extensão universitária, cultura, ensino e pesquisa. A Escola Preparatória para o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) já está, inclusive, operando no prédio do Polo e atende neste ano a 320 alunos da cidade. A estação meteorológica já foi adquirida pela UFABC e será instalada em local a ser definido. Atualmente estamos buscando o melhor local em colaboração com a Defesa Civil de Mauá.

A UFABC tem firmado parcerias com prefeituras e Consórcio Intermunicipal para o desenvolvimento de cooperações técnico-científicas. Recentemente, a universidade firmou convênio para mapear a situação habitacional do ABC. Além de fortalecer o campo de pesquisas, essas parcerias poderiam contribuir para as receitas da instituição?

O foco principal nos convênios da UFABC não é financeiro, mas a possibilidade de providenciar benefícios para os parceiros e a sociedade. O convênio que visa o mapeamento da situação habitacional do ABC será realizado com recursos obtidos pela Universidade junto ao Ministério das Cidades. De uma forma geral, recursos externos obtidos por meio de convênios são vinculados à execução do próprio convênio e não incrementam a receita à disposição da instituição.

Como a UFABC tem se dividido entre os focos de Tecnologia e de Ciências Humanas?

Temos atualmente 122 professores credenciados na área de Ciências Humanas e Sociais, na qual oferecemos

sete cursos de graduação e quatro de pós-graduação. São 503 professores na área de Ciência e Tecnologia, com 19 cursos de graduação e 19 de pós-graduação. Todos estes professores são pesquisadores com título de doutor. Desde o ano passado, estamos conduzindo um processo de consultas públicas e estudos de viabilidade para a ampliação dos cursos oferecidos em diversas áreas.

A universidade possui convênios com empresas para encaminhamento dos graduandos ao mercado de trabalho?

Sim. Atualmente mantemos 539 convênios de estágio e mais de 60 convênios de pesquisa com empresas.

Parcerias internacionais estão na rota de interesse da instituição?

Parcerias internacionais são uma das nossas prioridades. A Universidade já inseriu 1.404 alunos no programa Ciência sem Fronteiras. A UFABC ainda mantém acordos institucionais de colaboração e apoia colaborações individuais de seus pesquisadores, com dezenas de universidades estrangeiras. Inclusive, por dois anos consecutivos, fomos ranqueados como a melhor universidade brasileira no quesito internacionalização, no ranking da Folha de São Paulo.

Recentemente divulgou-se um corte orçamentário de 30% promovido pelo governo federal nas contas da UFABC. Em que medida isso afetou as atividades?

Na verdade não houve um corte de 30% no orçamento. Houve nos primeiros meses do ano um corte de 30% no repasse financeiro mensal para os gastos correntes. Estes repasses agora estão normalizados e todos os compromissos da instituição estão sendo honrados.

Quais as principais metas e desafios à frente da UFABC?

Nossa meta é realizar atividades de ensino, pesquisa e extensão, buscando a excelência acadêmica com responsabilidade social. Já nosso desafio está em consolidar o crescimento físico e acadêmico da UFABC em um cenário economicamente difícil. ■

Arte como ativismo

Obra do artista plástico Eduardo Srur interage com o ambiente e o público e está em constante estado de mudança

• Mariangela Devienne
redacao@revistarepublica.com.br

Um homem-máquina. Esta imagem tem feito parte das reflexões do artista plástico Eduardo Srur sobre si mesmo e sua produção. A analogia com engrenagens frenéticas, mas azeitadas e de funcionamento harmônico, veio através de um amigo do artista. Sem dúvida Srur tem uma incrível inquietação criativa e produtiva. Paulistano de 41 anos, Srur expõe a céu aberto obras que provocam reflexões e reações diversas, o que faz delas intervenções em permanente estado de mudança. Diante do impacto de suas instalações urbanas, é natural a constatação de que somos agentes e também receptores do meio social, ambiental, político... Interagimos com Srur, o tempo todo.

Por isso a diversidade de temas e a urgência do artista em não parar. Trata da poluição dos rios, consumo, mobilidade urbana, geração de lixo e até da própria arte. Além dos cenários na capital paulista, Srur já participou de exposições em muitos países, entre eles Cuba, França, Suíça, Espanha, Holanda, Inglaterra e Alemanha. Através da empresa Attack Intervenções Urbanas, cria projetos especiais. O diálogo entre o cidadão e seu espaço está aberto. Dá pra sentir tudo. Menos indiferença.

Revista República - Como foi sua infância e juventude em São Paulo? Quando começou sua inquietação com a realidade da cidade?

Eduardo Srur - Influenciou bastante o deslocamento que fiz durante muito tempo entre São Paulo e Buenos Aires, onde morei também. Ficava viajando muito. Este deslocamento, a chegada a São Paulo, as mudanças que ocorriam nos centros urbanos podem ter influenciado a maneira como via a realidade, impactado a forma como vejo o mundo. Aí, quando montei meu escritório em frente ao rio Pinheiros, nos anos 1990, começa uma outra relação com a cidade.

Então, o rio Pinheiros foi o motivador para as instalações com foco ambiental?

Não imediatamente. Antes eu fiz a intervenção ▶



Acampamento dos Anjos, que eram barracas coloridas instaladas em edifícios e construções. Naquele momento foi um interesse que tinha a ver com o espiritual. As questões urbanas vieram depois. Primeiro veio o interesse poético, espiritual, e depois começo a me interessar pelas questões do homem com o meio ambiente.

Defina Eduardo Srur e sua arte.

Nada mais difícil do que definir a si mesmo. Do ponto de vista artístico é amplo, um conceito de arte que rompe as fronteiras do institucional e estabelece um diálogo com o coletivo. Daí a ideia de cutucar um problema. Sou movimentado pelo coletivo; minhas questões pessoais são menos importantes hoje. O que me interessa é ter ressonância com o coletivo, uma estratégia de um artista inserido no sistema o qual confronta. Existe uma provocação ao sistema.

É possível ter controle sobre a obra quando ela está no espaço público e gera manifestações espontâneas?

A questão é justamente trazer o público para o jogo. Eu crio uma obra aberta em que posso trazer outros participantes. Não estou entregando uma proposta fechada em si mesma. Esta provocação que eu faço é para as pessoas se aproximarem, refletirem, concluírem algo. O artista não responde. Ele pergunta. A arte não é hermética. A minha produção artística caminha com a dinâmica da cidade. Isso é uma mágica, um componente importante da arte, e é a vida de fato. Levar as intervenções ao espaço público cria esta dinâmica. Você tem uma estratégia de controle, mas quando a obra vai para a rua isso se perde um pouco. Na obra Touro Bandido, que foi uma ação não autorizada, acabei na delegacia. O touro foi apreendido. Já na instalação dos caiaques (tripulados por manequins) no rio Pinheiros, em São Paulo, a obra acabou encalhando numa ilha de lixo, o que não estava previsto e alterou a composição da obra. Isso não se controla.

Mas, por ser dinâmica, a arte urbana muda comportamentos?

A arte urbana tem comunhão com a velo-



cidade da cidade e de seus habitantes. Eu utilizo o contexto da cidade nas minhas obras e isso muda um olhar para algo e é capaz de mudar o comportamento naquele momento. Depois, se esse impacto vai permanecer dependerá da capacidade de cada um de manter essa mudança.

Quantas intervenções já realizou e qual das instalações foi a mais marcante para você. Por quê?

Não sei quantas intervenções realizei, eu nunca contei. O que tenho é uma troca com os trabalhos, mas ele é um só. As obras não acabam na exposição, é uma linha tênue que vai costurando tudo. O ritmo de trabalho é rápido. Tenho pressa e urgência.

Como é seu processo criativo? É mais comum surgirem intervenções espontâneas ou atualmente trabalha mais por projetos especiais através da Attack?

Muitas vezes, o local me escolhe, alguém da equipe propõe um trabalho – e eu costumo ouvir muito quem trabalha comigo –, e às vezes é um *insight*. Na verdade em qualquer momento da respiração algo pode começar e depois tem que inserir o trabalho nos 99% restantes deste processo. Acredito mais no trabalho do que em uma luz inspiradora. É espontâneo e impreciso. Ao mesmo tempo tenho um braço, que é a empresa Attack; ela me oferece estrutura para a produção de meus trabalhos autorais, mas também pode estar a serviço da economia criativa, de uma agência de marketing que queira sair um pouco da caixa e desenvolver projetos diferenciados para o interesse em comum.

Você acha que por não ser um “artista de



galeria” existe resistência da crítica e de outros artistas à sua arte?

Acho mais fácil dizer o seguinte: você tem uma bolha, um círculo, e dentro dele há o pequeno circuito da arte: elitizado, provinciano, que dá muito pouca oportunidade ao volume de artistas que a sociedade pode fornecer. E num círculo muito maior está a sociedade. Minha arte está na sociedade e eu não preciso do circuito da arte. O artista tem que interpretar aquilo que ele tem vontade de fazer. Eu realizo exposições na cidade. Mas posso também realizar em galerias. E depois a crítica de arte já não é mais a mesma. Perdeu o papel, está reduzida a releases porque as pessoas têm pressa. O que eu tenho de fazer é ter condições para criar o máximo que puder.

Em resumo: você trabalha o tempo todo...

Um amigo disse que sou uma máquina (risos). Não posso ficar passivamente esperando o circuito da arte se manifestar. O artista tem que tomar a arte para si e ter capacidade de criar seu próprio destino. Não pode ficar na mão de um agente. Há poucos espaços para a arte, poucos recursos. Isso limita a sua energia como artista. Digo que se eu não for bom artista nesta vida, serei curador na próxima (risos). Cabe eu ser um bom artista agora porque é o melhor papel que eu posso ter. É meu carma.

Já teve problemas por ter realizado

intervenções não autorizadas? Quais foram e o que aconteceu?

Tem intervenção que, se autorizada, enfraquece o conceito da obra. Muitas vezes, eu tenho que gerar um problema para que o trabalho fique mais forte depois. Foi o caso da intervenção em Brasília (A Arte Salva), por exemplo.

Conte como foi a intervenção Supermercado em que usou seu próprio corpo como ferramenta para manifestar-se contra a inércia frente ao consumo e à alimentação.

Eu sempre me uso como instrumento. Só que neste caso foi mais explícito. E também tem a ver com uma visão da pintura – que é bem marcante na minha produção –, apesar de não ser tão claro.

Já tratou de consumo, meio ambiente, política e muitos outros temas nas suas intervenções. Existe um “objeto do desejo” nas cenas urbanas de Eduardo Srur?

O mais importante é continuar trabalhando e criar condições para que eu seja uma pessoa íntegra no meu trabalho. Acho que esta conversa mostra uma vontade de ter condições para trabalhar e trazer uma forma diferente de as pessoas enxergarem a sociedade, a possibilidade de sair um pouco de uma anestesia e propor um novo olhar em relação ao mundo, às coisas. Outro dia eu me fiz esta pergunta: Onde quero chegar? Não sei. Isso é ruim, não acha?

Talvez não. Talvez seja isso mesmo. Ir para onde a sua inquietação te levar...

Talvez seja um problema e talvez a questão da máquina seja pertinente (risos). Eu não tenho tempo para pensar nisso. Criei uma engrenagem com olhar para o presente e a urgência está aqui, no meu dia. ▶



Trampolim Local/Ano: São Paulo, 2014

O quê: Esculturas e pintura artística em dimensões variadas representando personagens com características realistas posicionados na ponta de pranchas azuis. Tinham por objetivo aludir à impossibilidade de mergulhar ou nadar no rio Pinheiros devido à poluição. A resposta da cidade foi imediata: 300 ocorrências no Corpo de Bombeiros, selfies e grande número de posts nas redes sociais, mídia espontânea. Uma das esculturas levou um tiro de revólver e outra teve a cabeça decapada. Todas estas transformações foram incorporadas ao trabalho.

Caiaques Local/Ano: Rio Pinheiros/São Paulo/2006

O quê: Dezenas de caiaques coloridos e tripulados por manequins foram dispostos sobre as poluídas águas do rio Pinheiros, em São Paulo. A intenção era lembrar as pessoas da existência de um espaço abandonado da metrópole. A intervenção recriava as atividades de remo promovidas pelos clubes paulistanos até a década de 1920. Na última semana de exposição, uma imensa ilha de lixo encalhou os caiaques e alterou a composição da obra.

Palmitos Local/ano: Parque Villa Lobos/São Paulo, 2008

O quê: Instalação com 3 mil frascos de palmito em conserva de origem ilegal, apreendidos pela Polícia Florestal na fronteira do estado de São Paulo. O alimento foi extraído ilegalmente da mata e armazenado em frascos coletados em lixões, com água contaminada e sem os mínimos cuidados de higiene. A convite da Secretaria do Meio Ambiente, Srur criou uma obra visual no Parque Villa Lobos com esses palmitos, que estavam armazenados em um depósito do governo. Depois da exposição, o material foi incinerado.



A Arte Salva Local/Ano: Congresso Nacional/Brasília/2011

O quê: A intervenção não autorizada lançou 360 boias salva-vidas no espelho d'água em frente ao parlamento. As boias de plástico foram numeradas e adesivadas com a frase "A arte salva" durante uma oficina organizada com os alunos da Universidade de Brasília (UnB).

A ação mostrava a arte como uma possibilidade de salvamento e resgate da consciência cívica. Questionado sobre o motivo de não ter pedido autorização, Srur respondeu: "o Congresso é a 'casa do povo', e a arte transcende a política". Essa intervenção era apartidária; um presente da sociedade para o Congresso Nacional.

Carruagem Local/Ano: São Paulo/2012

O quê: A intervenção Carruagem foi feita para provocar um questionamento sobre os problemas de mobilidade nos grandes centros urbanos. Formada por uma réplica de uma carruagem imperial e por quatro cavalos esculpidos em escala real, a intervenção foi instalada a mais de 30 metros de altura no mastro da ponte Octávio Frias de Oliveira (ponte Estaiada), na marginal Pinheiros, em São Paulo. A obra comparava a velocidade média de deslocamento de um carro no trânsito paulistano no horário de pico com a velocidade de uma carruagem nos tempos do Império. ▶



Toro Bandido Local/Ano: av. Paulista e av. Faria Lima, São Paulo/2010

O quê: Esculturas de touros se apropriaram das vacas do evento Cow Parade, nas avenidas Paulista e Faria Lima, em São Paulo, para questionar o conceito da exposição que é considerada o maior evento de arte pública do mundo. Srur diz que na sua representação a vaca ficou estéril como objeto de reflexão, e o touro fazia uma inseminação artística nela. Por tratar-se de uma ação não autorizada, Srur respondeu a inquérito policial e o touro foi apreendido.

Supermercado

Local/Ano: Performance dentro de um Supermercado/São Paulo/2012

O quê: Instalação multimídia (vídeo de Fernando Huck) em que Eduardo Srur faz a performance. Formada por prateleiras repletas de alimentos manufaturados e monitores, espelhos e um sistema de áudio, a composição traz a condução de um carrinho de compras e o consumo dos produtos das gôndolas diretamente sobre o corpo do artista. A obra revela nossa cultura de excesso e desperdício em relação à comida. Recria de forma simbólica a relação humana, muitas vezes distorcida e distante da natureza, dos alimentos e do próprio corpo. O convite à participação das pessoas celebra o encontro entre o público, o artista e sua obra, mas, essencialmente, transforma o espectador em cúmplice da ideia central da instalação: o impulso de consumo que domina a sociedade contemporânea.



Labirinto Local/ano: Parques de São Paulo/2012

O quê: A intervenção foi exibida nos principais parques públicos da cidade de São Paulo: Ibirapuera, Villa Lobos, da Juventude e Ecológico do Tietê. A obra foi construída com 100 toneladas de materiais recicláveis (400 fardos de lixo reciclável com garrafas de refrigerante, copos e embalagens plásticas, papelão, latas de alumínio, cabos de aço e espelhos plásticos), formando um labirinto de composição geométrica e dois acessos para circulação do público em seu interior. Todo o material utilizado nas exposições foi captado em cooperativas de reciclagem da cidade e depois devolvido. Foram feitas visitas guiadas com deficientes visuais para ativar outros sentidos como o tato, o olfato e a audição. O espectador era convidado a entrar no labirinto em busca da saída entre as paredes de resíduos sólidos. ■

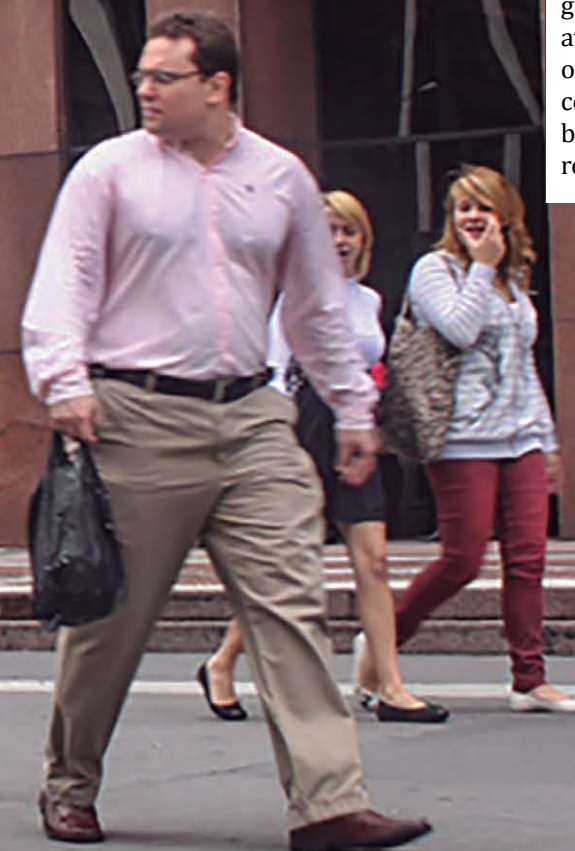




FOTO: DIVULGAÇÃO

Jundiaí exibe programas produzidos pela Fundação Municipal de Televisão Educativa

Quem quer um canal de TV?

Desligamento do sinal analógico permite às prefeituras terem seus próprios canais, mas os municípios devem considerar todo tipo de ônus – o maior deles, orçamentário

• Leo Oliveira
redacao@revistarepublica.com.br

É um sonho de nove entre dez cidades do Brasil: ter seu próprio canal de TV. No país, a chamada comunicação social, os meios para falar com um conjunto grande de pessoas, é, na maior parte, mediada. A raiz latina da palavra foi a mesma que resultou em mídia – os meios de comunicação. Pouquíssimas prefeituras têm condição de transmitir mensagens para parcela significativa de seus municípios sem recorrer a emissoras de rádio, canais de TV, jornais e revistas ou mesmo outdoors. Ou seja, à chamada mídia.

Desde os anos 1990, com o advento da TV a cabo, a concessão de um canal para transmitir programação própria tornou-se uma possibilidade para os municípios. Possibilidade, entretanto, limitada pelo número de assinantes. As prefeituras que recorreram à TV a cabo só conseguiam comunicar-se com as classes A e B e com uma fatia da classe C. A limitação desencorajou a maior parte dos municípios. Os assinantes de TV normalmente são os mesmos que leem jornais com frequência. A mídia privada como meio difusor de informações ainda oferecia uma relação custo/benefício melhor.

Agora a situação é diferente. O governo federal, por meio do Ministério das Comunicações, vem programando desde 2013 o desligamento do sinal analógico das TVs. Vale para a todas as emissoras que usam o espectro de radiodifusão, as ondas transmitidas pelo ar. A maior parte das redes privadas já está anunciando a conversão de seus sinais.

O próprio ministério corre para pedir que o telespectador faça sua parte. Os aparelhos adquiridos nos últimos anos já têm um receptor digital e para eles a conversão é simples, às vezes automática. Quem tem aparelhos antigos, por outro lado, deve trocá-los ou pelo menos adquirir um conversor, que pode custar entre R\$ 40 e R\$ 200.

A adoção do modelo digital também abriu o espectro. A transmissão analógica é limitada em conceitos como o de ondas e o de conurbação, muito complicados para os leigos. O que vale saber é que a transmissão digital acomoda os canais de maneira que um não interfira no outro. Assim, é possível dispor de mais sinais específicos, principalmente no sistema UHF. Foi o que possibilitou ao governo separar uma gama de canais para exploração por parte da comunidade e do poder público. ▶

Prazo

Mas as prefeituras tinham um prazo para fazer valer sua exclusividade em relação ao chamado Canal da Cidadania. O primeiro prazo expirou em junho de 2014 e dá mostra do fracasso do Ministério das Comunicações justamente na função de comunicar. Até janeiro, 322 dos mais de 5,5 mil municípios brasileiros haviam solicitado um canal. Mais de 90% deles só estavam correndo contra o relógio: avisados de última hora, requisitaram a concessão sem planejamento prévio.

E, após o planejamento, a maior parte engavetou a ideia ou simplesmente desistiu dela. Guaxupé, cidade de 52 mil habitantes no sudoeste de Minas Gerais, foi uma delas. “O pedido junto ao governo federal foi cancelado pela própria Prefeitura, tendo em vista o alto custo para a aquisição de equipamentos e posteriormente para manter o canal em funcionamento com toda equipe técnica. Fomos informados de que o Governo Federal daria uma ajuda na aquisição dos equipamentos, mas mesmo assim ainda não é viável para o município este tipo de canal”, informou em nota a Prefeitura.

Hoje, as gestões municipais ainda podem solicitar a concessão. Caso ela não seja reclamada pela cidade, o governo do estado pode pedi-la; o município, no entanto, continua tendo prioridade. Para a maior parte das cidades, uma concessão exclusiva do Canal da Cidadania ainda é uma possibilidade real.

Documentação

Aqui começa o trabalho mais complicado. A relação de documentos solicitados pelo Ministério das Comunicações é longa. Exige documentação não só do ente federativo – no caso, a prefeitura –, mas também da pessoa física que ficará responsável pelo canal. Em primeiro lugar, não vale a pena que a TV seja dirigida diretamente pela prefeitura. O ministério vai exigir que a cidade instaure um conselho de Comunicação Social pelo menos paritário, do qual membros da comunidade façam parte. É uma forma de prevenir que a emissora seja usada para fins políticos.

Assim, compensa ao menos criar uma fundação ou uma associação que vai gerir o canal de TV. O trabalho é árduo. A criação exige autorização legislativa e a elaboração de um estatuto próprio, que distinga os objetivos específicos do canal daqueles que tem, por exemplo, uma secretaria de comunicação social.

Outro documento exigido (confira a relação completa no quadro) é o projeto técnico para instalação do sistema irradiante. Trata-se, aqui, de todos

aqueles equipamentos necessários para que uma emissora exiba seus programas: dispositivos de emissão, antena, cabos e, no caso das TVs digitais, computadores – se bem que nenhuma TV possa privar-se deles hoje em dia.

Para apresentar o projeto técnico – que só é exigido durante o processo de análise por parte do ministério –, a Prefeitura terá de contar com pessoal especializado com conhecimentos que geralmente não são exigidos de funcionários municipais. O melhor é contratar o projeto de uma empresa especializada, o que significa elaboração de edital, licitação – e tempo, muito tempo.

O Brasil tem uma pequena

gama de grupos interessados em que prefeituras diversas não lancem o canal da cidadania. São aqueles, é claro, que usufruem das concessões de redes privadas e que sofreriam concorrência de um canal público. Não é certo de que esses grupos estejam dificultando a divulgação. O que se sabe é que o próprio Ministério das Comunicações é moroso e mesmo ineficiente para falar sobre ele. **República** enviou perguntas por três vezes à assessoria do ministério e não obteve qualquer resposta. A dificuldade vale como advertência ao gestor público interessado em estabelecer um canal, que é direito da Prefeitura.

• **Primeiro prazo para as prefeituras pleitearem canal já expirou; apenas 322 municípios fizeram a solicitação ao Ministério das Comunicações**

FOTO: DIVULGAÇÃO



Thiago Godinho, superintendente da Fundação de Televisão Educativa

Orçamento

Nenhuma das exigências apresentadas anteriormente, contudo, vai significar maior desafio ao gestor do que a orçamentária. Você já tem ideia do quanto um canal de TV implica em gastos simplesmente para ter a permissão de funcionar. E a parte operacional é ainda mais cara. Dados da Associação de Comunicação Educativa Roquete Pinto (Acerp) referentes ao primeiro semestre de 2015 previam uma média de R\$ 715 mil apenas para a implantação do sistema de difusão. A Acerp, que até então se dispunha a assessorar municípios na implementação do canal, descontinuou esse projeto, mas seu site (canaldacidadania.org.br) ainda traz boas informações para quem vai desenvolvê-lo.

O valor obviamente varia conforme o custo de vida do local em que se quer instalar o canal. A estimativa engloba desde a antena – na verdade, um dos insumos mais baratos – até equipamentos como ar condicionado e link de micro-ondas.

Mas claro que um exibidor não vai querer apenas manter um link. Ele precisa prever os custos para desenvolvimento de uma programação, inclusive uma que dê as necessárias tinturas locais para o seu canal. Aqui é importante que ele pense qual modelo de canal quer. Precisa, por exigência da lei, ter finalidade informativa e educativa – neste caso, um facilitador. Se adequadamente projetados, programas dedicados à formação de professores ou à divulgação de temas educativos podem ser pagos com a verba carimbada da Educação.

Muitos administradores de TVs educativas recorrem a programações gratuitas produzidas pelo próprio governo e exibidas em canais como a NBR e a TV Escola. Com negociação, é possível recorrer até a programas produzidos pela TV Cultura, de São Paulo, ou pelo Canal Futura, das organizações Globo. Mesmo programação internacional, como a da britânica BBC, é uma possibilidade. ▶

Concessão pode levar mais de 2 anos

Para se obter a concessão do Canal da Cidadania, é preciso que a entidade esteja ligada a um ente federativo, ou seja, a uma prefeitura ou ao governo do estado. A solicitação deve ser dirigida diretamente ao Ministério das Comunicações. Órgãos do Ministério, como a Anatel e a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, serão envolvidos no processo, cujo trâmite pode durar dois anos ou mais.

Conheça os documentos necessários para a outorga:

Da Prefeitura ou da fundação que vai gerenciar o canal:

- ato de nomeação e/ou eleição de dirigentes, devidamente formalizado;
- ato normativo que disponibiliza recursos financeiros para o empreendimento;
- prova de inscrição do ente interessado no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- prova de regularidade do ente interessado relativa à Seguridade Social – INSS;
- prova de regularidade ou outra equivalente, na forma da lei, para com as fazendas federal, estadual e municipal, conforme o caso;
- prova de regularidade do ente interessado relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- demonstrativo do quantitativo e da natureza do público que poderá ser alcançado pela programação;
- documento devidamente registrado comprovando a constituição do Conselho de Comunicação Social local ou declaração de comprometimento com a criação deste Conselho em até sessenta dias depois de outorgada a autorização;
- projeto técnico para a instalação do sistema irradiante, conforme norma técnica específica para a TV Digital – somente deverá ser apresentado quando solicitado pelo Ministério das Comunicações, durante o processo de outorga.

Da pessoa física que vai dirigir o canal:

- prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos;
- certidões negativas dos Cartórios Distribuidores, relativas aos feitos cíveis e criminais em geral dos locais de residência nos últimos cinco anos e das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas;
- certidões negativas dos Cartórios de Protestos de Títulos, dos locais de residência nos últimos cinco anos e das localidades onde exerçam ou tenham exercido, no mesmo período, atividades econômicas;
- prova de quitação com as suas obrigações eleitorais.

Após a conclusão do processo de outorga, o Ministério das Comunicações vai abrir avisos de habilitação para selecionar as associações comunitárias que ficarão responsáveis pela programação em cada localidade.

MAIS INFORMAÇÕES NO SITE:

<http://www.comunicacoes.gov.br/espaco-do-radiodifusor/canal-da-cidadania>.

Produções

Essa programação educativa importada, no entanto, é normalmente complementar. O gestor estará mais interessado naquilo que pode falar sobre a cidade e para a cidade. E não tem outro jeito: ele terá de realizar produções próprias. Para isso, também terá alternativas. Pode desenvolver séries educativas em formatos fechados (de 20 episódios, por exemplo). Ou – alternativa mais cara, porém mais desejada – manter uma equipe de TV para desenvolver programas de jornalismo hard news ou de variedades.

Neste caso, a equipe deve ser composta, no mínimo, por diretor, repórteres (inclusive os operadores de câmera) e editor. Mas a adição de outros profissionais, como produtor, estagiários, pauteiro e artista gráfico aumenta a qualidade do produto final. Com todos esses profissionais, a TVE Jundiaí (SP – veja quadro) tem um orçamento de R\$ 4 milhões anuais.

Mesmo com todas as dificuldades, vale a pena manter em funcionamento um canal de TV Educativa – e lembrando que ele não pode ter veiculações de conteúdo político ou proselitismo? Feitos os cálculos, vale. “Se bem que ainda seja apertados, o recurso garante que quase 100% da programação produzida pelo município sejam sobre a cidade e para a cidade”, diz o superintendente da Fundação de Televisão Educativa de Jundiaí, Thiago Godinho.

Jundiaí aproveitou estrutura disponível para TV a cabo

Todos os dias a TVE (de “Educativa”) de Jundiaí exhibe e reexibe uma leva de programas produzidos pela própria Prefeitura de maneira indireta, ou seja, por meio da Fundação Municipal de Televisão Educativa de Jundiaí. É uma entidade com estatuto próprio criada em 1996 para produzir e exibir programas com recursos municipais, aproveitando que a lei de TV a cabo obriga as operadoras locais a concederem às prefeituras um canal com fins educativos.

Essa estrutura vai acompanhar a conversão do canal a cabo para o canal em sinal digital aberto. Está tudo pronto. A fundação já adquiriu os equipamentos para a mudança, prevista pelo governo federal para maio de 2016. Resta esperar que a concessão, solicitada ainda em 2013, seja outorgada pelo Ministério das Comunicações. De todos os municípios que solicitaram o Canal da Cidadania, Jundiaí é o único que já o tem condicionado a uma TV Educativa em funcionamento – pelo menos segundo os registros do ministério.

Jundiaí goza de antecedentes positivos que quase nenhuma cidade tem. A fundação pode fazer, por exemplo, transmissões ao vivo. Ela detinha uma unidade móvel com um link – uma antena para transmissão por micro-ondas –, mas mesmo para isso é preciso ter concessão do governo. Sem a antena, a cidade começou a utilizar o abrangente sistema de fibras óticas instalado em seu subterrâneo.

Os espaços que são ligados por esse sistema podem ter transmissão ao vivo sem interferência no espectro de ondas de TV. “Foi assim que nós transmitimos mais de 50 horas ao vivo de jogos regionais a partir do Conjunto Poliesportivo Dr. Nicolino de Lucca, o Bolão”, diz o superintendente da fundação, Thiago Godinho.

O Complexo Argos, onde está instalada a fundação, tem dois estúdios para transmissão ao vivo e agrega 15 câmeras do tipo HD, além de toda a parafernália necessária para seu funcionamento – cabos, microfones, cabeças de luz. Os programas são transmitidos ao vivo por cabo, mas também em streaming pelo site da emissora: www.tvejundiai.com.br.

A programação inclui dois jornais: Redação tve, que vai ao ar às 12h30 e depois é reprisado; e Jornal tve, que passa às 19h30, também com reapresentações. As reprises são uma forma não só de preencher a grade, mas de garantir que a população, carente de informações locais, tenha acesso aos programas.

A fundação também produz Oh Terra Querida!, um programa de variedades que é uma chance de mostrar aspectos da cultura e da sociedade do município. Embora seja cidade-polo, Jundiaí está situada entre duas metrópoles, São Paulo e Campinas, e não é incomum que as emissoras comerciais abertas tragam mais informações sobre essas cidades. Hoje, transmitindo por cabo, a programação pode ser acessada pelos 50 mil assinantes. Com a abertura próxima, cerca de 400 mil pessoas terão acesso à programação – um incremento de 700%.

São telespectadores que verão na TV os rostos conhecidos da própria cidade, entre eles os dos cerca de 40 funcionários da fundação. Também podem ver a exibição de bandas locais, algumas das quais nunca haviam se apresentado na TV. “Com toda a grade disponível por demanda no site Youtube, a TV proporciona para estes músicos a possibilidade de manter essa apresentação como a capa de seus portfólios”, diz Godinho. Não é pouca coisa para uma cidade que valoriza seus moradores. ■

Sessão solene homenageia Octopus pelos seus 37 anos

Agência de Santo André, Região Metropolitana de São Paulo, é reconhecida por contribuição com o desenvolvimento regional

FOTO: DIVULGAÇÃO



Homenagem à agência na Câmara de Santo André, na RMSP

• Fernanda Bertoncini
redacao@revistarepublica.com.br

A agência Octopus Comunicação – presente no ranking das 50 Maiores do País – foi homenageada em sessão solene realizada no dia 14 de outubro, na Câmara Municipal de Santo André, Região Metropolitana de São Paulo, em reconhecimento aos seus 37 anos de atuação e importante contribuição para o desenvolvimento da região do Grande ABC. A homenagem foi proposta pelo vereador Carlos Ferreira (PDT) e teve aprovação unânime dos parlamentares da casa.

O ato foi marcado por uma série de homenagens, resgatando capítulos da trajetória da agência, com a exibição de um vídeo e depoimento de Geraldo Brito, presidente do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado de São

Paulo (Sinapro). Em seguida, Ferreira entregou placa condecorativa ao presidente da Octopus.

“Aqui na Câmara, temos o ato de homenagear e reconhecer pessoas que fazem a diferença para a nossa cidade. E a Octopus está há 37 anos trabalhando em Santo André, gerando divisas, fomentado empregos e ajudando a trazer desenvolvimento econômico para o Grande ABC. O Paulo é um grande profissional, um grande publicitário. Então nos sentimos orgulhosos em poder homenageá-lo”, destacou o vereador Carlos Ferreira.

“O reconhecimento do mercado publicitário é muito importante para nós. Mas o reconhecimento da casa do povo (Câmara), que abriu esse espaço para poder falar um pouco desses 37 anos de trabalho da Octopus, nos enaideceu muito, nos deixou realmente orgulhosos. Afinal, 37 anos de história não se constroem em 37 dias ou 37 meses. Há muito trabalho envolvido”, disse Ferrari.

O publicitário também homenageou o Colégio Singular – seu cliente mais antigo – e Luiz Carlos Teixeira, o funcionário com mais tempo de casa,

há 21 anos na equipe.

O executivo destacou a importância de retomar a campanha “Quem é daqui, vota em candidato daqui”, cuja edição culminou na maior representatividade regional já vista, com sete deputados estaduais, na Assembleia Legislativa, e cinco parlamentares, na Câmara Federal. “É possível uma reedição desta campanha, a partir do envolvimento de todos os veículos de comunicação regionais”.

O presidente da Octopus também lembrou campanhas e trabalhos realizados junto à iniciativa privada, gestões públicas e ao terceiro setor. Neste ano, o grupo também esteve envolvido com a nova campanha da prefeitura de Santo André “Nossa cidade conquista, minha vida melhora”.

A solenidade foi presidida pelo vereador Evilásio Santana Santos (DEM), o Bahia, e contou com a presença do secretário de Comunicação de Santo André, Ronaldo Queiroz Feitosa, representando o prefeito Carlos Grana (PT); o desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, David da Costa Ferreira; o comandante do Comando de Policiamento Metropolitano Área Seis (CPAM-6), coronel Marcelo Cortez Ramos de Paula; o deputado estadual Luiz Turco; o vereador Carlos Ferreira – orador oficial da solenidade; e o ex-deputado federal Duílio Pisaneschi. ■

Rádio pública de Recife aguarda 50 anos para sair do papel

A emissora, que leva o nome de Frei Caneca, patina nos trâmites burocráticos e políticos para começar a operar

• Gil Luiz Mendes
redacao@revistarepublica.com.br

Se conseguir uma concessão de TV é caro e burocrático para as prefeituras, o que dizer das rádios? Será que o processo de licença e gestão é menos complicado? A contar de exemplos das emissoras mais antigas operando no País, parece que a novela é a mesma. Há 50 anos, Recife, capital de Pernambuco, aguarda pela emissora pública. Já a rádio Cultura de Amparo (SP), há 37 anos no ar, esbarrou no investimento inicial e quase não saiu do papel. Em Poços de Caldas (MG) está a primeira emissora municipal do Brasil, cuja programação sofre com as interferências do Executivo e agora busca retornar à vertente educativa original.

Em Recife, a rádio Frei Caneca seria a mais antiga do Brasil, com 55 anos, se tivesse entrado no ar na época de sua criação. Idealizada pelo então vereador Liberato Costa Júnior, em 1960, a Lei nº 590/60 foi sancionada por Miguel Arraes, prefeito do município na época. Cinco décadas depois, a emissora, que leva o nome do herói da Confederação do Equador, ainda esbarra em trâmites burocráticos para emitir suas ondas sonoras.

A atual gestão da cidade promete que a rádio estará em funcionamento até o primeiro semestre de 2016. Movimentos sociais reclamam que a prefeitura já deu outros prazos para a inauguração da emissora e que até agora não passaram de promessas.

A fim de retirar a ideia do papel e destravar as questões burocráticas, a Prefeitura do Recife, junto com o Fórum Pernambucano de Comunicação (Fopecom), Conselho de Cultura da cidade e mais 20 entidades da sociedade civil começaram a debater em 2014 como e quando seria instalada a rádio educativa municipal. Das 15 reuniões feitas, surgiram 54 propostas que já foram apresentadas ao prefeito.

Segundo Patrick Torquato, gerente de música da Fundação de Cultura do Recife e responsável por conduzir a implementação da emissora, falta muito pouco para que os recifenses possam escutar a Frei Caneca. “Até o final do ano será anunciado como será feita a última etapa. Ainda faltam definir questões como gestão, financiamento, contratação e programação. O pregão eletrônico para aquisição de equipamentos deverá ser concluído entre 60 e 90 dias após a divulgação do edital de licitação”, explica Torquato, que acredita que a rádio possa funcionar em caráter experimental ainda em 2015.

As promessas não cumpridas pela prefeitura, como a data que a rádio vai entrar no ar, incomodam aqueles que há anos trabalham para que a Frei Caneca possa, enfim, funcionar. “Em nenhum momento tivemos clareza sobre o cronograma da instalação da rádio”, relata o jornalista Ivan Morais Filho, integrante do Fopecom.

Em um ponto as duas partes parecem estar de acordo: quando no ar, a Frei Caneca terá participação ativa dos recifenses. “Uma das propostas é que de 6 a 8 horas semanais de conteúdo sejam produzidos com a participação da sociedade civil. Temos também a intenção de fechar parcerias com cursos de comunicação social”, detalha Patrick Torquato.

“Um das propostas que encaminhamos é compoendo conselho curador que vai dialogar sobre os conteúdos e funcionamento da emissora, que não deverá se limitar a uma ‘tocadora de música’, mas deverá ser um veículo importante para proporcionar a representação democrática nos espaços de diálogo, procurando incentivar a cidadania e o debate público de temas que são historicamente censurados na mídia comercial tradicional”, afirma Ivan. ▶

37 anos
é a idade da rádio de
Amparo - a mais antiga
educativa municipal do
Estado de São Paulo

Poços de Caldas

Em Poços de Caldas-MG (cidade a 461 km de Belo Horizonte) funciona a rádio Libertas FM. Criada em 1975, a Libertas é a rádio oficial da prefeitura. Por ser ligada ao Executivo municipal, a emissora tem sofrido com a interferência de cada gestão ao longo desses 40 anos, completados em 6 de novembro. Há três anos, Alessandro Gaiga está à frente da diretoria da rádio. Segundo ele, foi necessário mudar a programação, pois a antiga estava fugindo do papel que uma concessão educativa tem perante a sociedade.

“Voltamos com uma programação educativa. Temos um programa sobre psicologia feito em parceria com a PUC (Pontifícia Universidade Católica), além de campanhas ambientais e de saúde”, relata Alessandro.

De acordo com ele, apesar da resistência inicial, a maior parte da população aprovou as alterações na programação. “Nossa principal função é aproximar a gestão da população. Tocar música é bom, mas não é só isso”, completa.

Entenda as diferentes concessões de rádio

No dial brasileiro existem três tipos diferentes de emissoras de rádio: as comerciais, as educativas e as comunitárias. A diferença entre elas está no tipo de abordagem e frequência em que é transmitida.

As mais comuns são as comerciais, que podem ter o espaço da sua programação explorado comercialmente dentro das leis de radiodifusão. Os órgãos públicos e a iniciativa privada podem operar este tipo de emissora, mas grande parte das outorgas em FM é concedida para corporações privadas.

As rádios educativas são concedidas, em sua grande maioria, ao poder público. A radiodifusão para fins educativos não podem ter caráter comercial, nem fins lucrativos, de acordo com decreto de Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967. Essas emissoras devem prezar por uma programação que estimule a veiculação de material educativo-cultural, jornalístico e de entretenimento.

Já as emissoras comunitárias não podem ter fins lucrativos e são de responsabilidade de associações ou fundações comunitárias. O objetivo principal é atender pequenas comunidades como aldeias, vilas rurais ou até mesmo municípios de pequeno ou médio porte.

MAIS INFORMAÇÕES:

Ministério das Comunicações: www.mc.gov.br
Associação das Rádios Públicas do Brasil:
<https://arpub.wordpress.com>

Amparo

A história da rádio de Amparo, no Estado de São Paulo, começa com o sonho do radialista José Luiz Maza, que em meados de 1970 queria montar uma emissora educativa na cidade. Maza conquistou seu objetivo e já se vão 37 anos desde que a rádio Cultura de Amparo entrou no ar, sendo a mais antiga emissora educativa municipal do Estado e a segunda mais antiga do Brasil.

Mas não foi fácil. Apaixonado por rádio, Maza era funcionário, em 1974, da TV Cultura, responsável pela antena de transmissão no município. Naquela época, eram poucas as rádios FM no Brasil, ainda mais naquela parte do país. A princípio, Maza achou que podia fazer tudo sozinho. “Fiz um transmissor de 10 quilowatts e comecei a retransmitir o sinal da rádio Eldorado, de São Paulo. Tinha um alcance muito grande, chegava até Campinas. Mas os meus amigos da TV Cultura me avisaram que isso era ilegal e que eu poderia ser preso”, conta o radialista, que atualmente é o supervisor técnico da rádio Cultura de Amparo.

Para conseguir o objetivo de inaugurar uma emissora na cidade, ele teve de pedir apoio à gestão municipal, após ter a solicitação para obter uma emissora comercial negada. Foi assim que, no dia 27 de agosto de 1974, sob a portaria do Ministério das Comunicações, nasceu o Serviço Municipal de Radiodifusão, através da Lei nº 830/74. A rádio estava criada no papel, mas até entrar no ar foi um longo processo. “A prefeitura percebeu que não tinha dinheiro para iniciar a emissora. Eram necessários um milhão de cruzeiros na época, e tínhamos o prazo de três anos para a rádio entrar em funcionamento”, revela. Finalmente, quatro anos depois, em agosto de 1978, a rádio Cultura de Amparo iniciou suas operações.

Operando na frequência 102,9 MHz, a emissora conta com 14 funcionários, todos servidores públicos municipais concursados. Além dos 69.322 habitantes de Amparo, as ondas da rádio Cultura também alcançam as cidades do ‘Circuito das Águas Paulista’, da região metropolitana de Campinas, parte das regiões norte e nordeste do Estado de São Paulo e parte da região sul do Estado de Minas Gerais. “Levamos à população música



Estúdio da rádio Cultura de Amparo

Número de documentos exigidos diminui

Existem no país 9.973 licenciados para atuar com rádios comerciais e educativas. O Ministério das Comunicações (MC) registra também 4.377 rádios comunitárias outorgadas.

A outorga de concessão para uma rádio pública é dada após a publicação no Diário Oficial da União dos chamados Avisos de Habilitação, abrangendo, cada um deles, certo número de municípios, convidando os interessados a apresentarem suas propostas. A ação é gerenciada pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica do Ministério das Comunicações.

Apesar das dificuldades enfrentadas pelos municípios que buscam uma rádio pública, desde setembro deste ano está menos burocrático conseguir uma autorização para abrir emissoras comunitárias e educativas por conta do menor número de documentos exigidos.

Após a publicação da portaria nº 4.334/2015, que revoga a norma anterior sobre radiodifusão comunitária, o número de documentos exigidos caiu de 33 para sete. Entre as exigências que foram extintas, está a obrigatoriedade de um projeto técnico da emissora. “Essa nova norma vai facilitar para o entendimento dos documentos necessários em um processo de outorga de rádio comunitária. Isso vai resultar em mais rapidez na tramitação dos processos”, afirma o coordenador-geral de Radiodifusão Comunitária do Ministério das Comunicações, Samir Nobre.

Já para as rádios educativas também caiu o número de documentos solicitados de 18 para quatro, quando para entidades privadas, e de cinco para um, quando o interesse for de entidades públicas. A portaria nº 4.335 para emissoras educativas prevê a instauração dos processos de renovação pelo Ministério das Comunicações, com aviso prévio às entidades sobre o vencimento da outorga. O objetivo desta mudança é acabar com a grande quantidade de pedidos de renovação protocolados intempestivamente. ■



Michel Chiquie: serviços integrados num só local

FOTO: MARIO CORTIVO

Vistorias Express

Se um serviço como o Poupatempo faz jus ao nome, melhor ainda encontrar no mesmo espaço – no caso o segundo subsolo do Atrium Shopping – outro que ajuda na economia de tempo. Trata-se da empresa Vistorias Express - serviço de vistoria veicular e perícias automotivas num só local. Tais serviços são obrigatórios no caso de compra e venda, ou transferência de veículos. “Facilitamos a vida das pessoas que hoje não têm tempo e aqui podem resolver tudo em um único local”, explica Michel Chiquie, proprietário da empresa. “Geralmente, as vistorias são realizadas para garantir maior segurança durante as negociações e transferências de compra e venda de veículos”, explica.

“Essa mudança foi bem prática, pois permitiu que eu faça tudo no mesmo lugar. Há alguns meses, para conseguir este laudo eu teria que passar por uma série de lugares, enfrentar trânsito, e conseqüentemente perder mais tempo”, atesta Celso Kawagoe, que usou o Vistorias para retirar um laudo de transferência de veículo adquirido recentemente.

MAIS INFORMAÇÕES

Vistorias Express - Rua Giovanni Battista Pirelli, nº 155, 2º subsolo (estacionamento do Atrium Shopping); e em Mauá, na Rua Cineasta Glauber Rocha, nº 155. Site: www.vistoriasexpress.com.br. Telefones: (11) 3135-4804 e 4518-7474. ■

Mais tempo, menos burocracia

Poupatempo do Atrium Shopping, em Santo André (SP), passa a ter autoatendimento em 2016

• Marianna Fanti
redacao@revistarepublica.com.br

O Poupatempo, criado em 1996 pelo governo do Estado de São Paulo para desburocratizar o acesso dos cidadãos a serviços diversos, como emissão de cédulas de identidade, atestado de antecedentes criminais, carteira profissional, entre outros, trará uma novidade em 2016 para o posto de Santo André, na Região Metropolitana de São Paulo. A partir do ano que vem, serão implantados terminais de autoatendimento em sua unidade. “Os postos já contam com coleta biométrica e agendamento para serviços de RG e CNH, pagamento de taxa de RG via internet, além do aplicativo (SP Serviços) com todas as informações necessárias sobre o serviço”, afirma Tânia Andrade, superintendente de Operações do Poupatempo.

Após a implantação da unidade em Santo

André foi possível constatar o mesmo que já ocorreu em outros locais: os cidadãos passam a usar o Poupatempo e fogem dos despachantes, que antes eram a opção mais rápida – e nem sempre mais barata – para cumprir exigências de retirada de documentos diversos, especialmente casos que envolvem questões de trânsito. Como no Poupatempo é possível contar também com um posto do Departamento Estadual de Trânsito (DetranSP) e ainda ter por perto outras empresas credenciadas que oferecem serviços como lacração e vistorias veiculares, a burocracia ficou bem menor e o tempo economizado, ainda maior.

A unidade no Atrium Shopping foi projetada para atender a população da cidade e mais as demandas de Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra e São Caetano do Sul, todas do ABC Paulista. Antes, as demandas estavam centralizadas apenas na unidade de São Bernardo do Campo. Desde a inauguração do posto de Santo André, já foram mais de 400 mil atendimentos, aproximadamente 2,9 mil ao dia.

Fattori Informática

*Vendas - assistência técnica - formatação -
manutenção - remoção de vírus -
configuração - upgrade - montagens*

📍 RUA: TATUÍ, 521 - BAIRRO: CASA BRANCA - SANTO ANDRÉ
☎️ (11) 3593-3898 ✉️ FATTORI_ASS.TECNICA@HOTMAIL.COM

Entidades promovem debates regionais pelo Brasil para apoiar gestão municipal

Confederação Nacional de Municípios e Associação Brasileira de Municípios têm objetivos em comum, tratando de pleitos que fortalecem prefeituras

• Jéssica Lima
redacao@revistarepublica.com.br

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) e a Associação Brasileira de Municípios (ABM) vêm realizando fóruns pelo Brasil para discutir temas que apoiam as gestões municipais nas mais diversas áreas e assuntos. Entre os meses de setembro e outubro desse ano, CNM e ABM realizaram encontros regionais no sudeste para apresentação de cases e troca de experiências. A CNM escolheu São Paulo para sediar a primeira etapa e a ABM, o Rio de Janeiro. Os temas centrais são saúde e educação, além de demandas regionais em que as entidades elaboram para tratar junto aos governadores, associações estaduais e prefeitos.

Segundo o presidente da ABM, Eduardo Tadeu Pereira, os municípios adquiriram, ao longo dos anos, responsabilidades que são de outros entes federativos, como a de segurança pública, que compete ao Estado. “Muitas prefeituras acabaram tendo que implantar seus próprios órgãos de segurança, como a Guarda Civil Metropolitana”, explica. Tal situação onera os cofres municipais, mesmo nos casos em que o governo federal consegue arcar com as despesas da criação de uma unidade de saúde, por exemplo, mas não com a dos servidores que irão trabalhar no serviço. A folha de pagamento fica para o município, o que desequilibra a balança da responsabilidade fiscal – outra preocupação constante das entidades.

O presidente da APM, Marcos Monti, diz que os gestores precisam se mobilizar para enfrentar a crise. “Infelizmente teremos um Produto Interno Bruto (PIB) negativo este ano e isso impacta diretamente nas gestões municipais. Temos que promover algumas ações para che-

gar a 2016 sem sermos criminalizados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que só existe para o prefeito. Não existe para governador e presidente”, desabafa.

Nesse contexto, a CNM elaborou uma proposta de emenda constitucional visando que os municípios não admitam, de forma definitiva, servidores que venham a atender programas de outras áreas governamentais, como o Saúde da Família, que é de competência da União. Eles defendem também a proposta de que os pequenos municípios não precisem ter de 10 a 12 secretarias. Com prefeito, vice-prefeito, um secretário geral e departamentos para atender as demais áreas seria o suficiente, dando liberdade para que os municípios se organizem de acordo com a sua realidade.

O vice-presidente da CNM, Glademir Aroldi, diz que há necessidade de reformulação do Pacto Federativo, aumento da participação no bolo tributário para os municípios e que os gestores opinem diretamente nas decisões que os afetam. “Que ente federado é esse que não é chamado para discutir questões que impactam no seu orçamento, para trabalhar questões efetivamente importantes para a qualidade dos serviços prestados à população?”, questiona.

A reformulação do Pacto Federativo ganhou visibilidade no Congresso Nacional depois da XVIII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, que aconteceu em maio desse ano. “Esperamos que o Pacto Federativo realmente aconteça e que isso seja rápido, pois do jeito que estamos, seremos automaticamente réus. Não conseguiremos cumprir com nossas obrigações”, ressalta o prefeito



Eduardo Tadeu, da ABM: “municípios pegaram responsabilidades de outros

FOTO: ABM

de Nova Aliança (SP) e presidente da Associação de Municípios de Araraquarense (AMA), Jurandir de Morais.

O secretário de desenvolvimento social do Estado de São Paulo, Floriano Pesaro, presente no evento da CNM em São Paulo, reforça a necessidade de o Estado fortalecer o papel do prefeito. “Nossa preocupação é repassar os recursos e permitir com que eles realizem a execução financeira-orçamentária com recursos do Estado, assim como nós estamos cobrando da União o mesmo procedimento, o mesmo compromisso”.

Aroldi conta que a CNM têm dois mil projetos encaminhados ao Congresso e a União. “Desses, 400 são importantes e 40 são importantíssimos. Dos 40, a CNM faz um monitoramento mais intensivo”, explica. Quando uma pauta é aprovada, os prefeitos são notificados e há também o site, o facebook e o twitter que são atualizados, além do newsletter, que envia as notícias para os e-mails cadastrados.

As duas entidades são a favor da volta da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira). “Propomos que a criação de qualquer nova taxa ou contribuição contemple os municípios e de 0,38% da taxa defendida, 0,09% seja destinada aos municípios”, explica Eduardo Tadeu. ■

CNM tem

2.000

projetos encaminhados ao Congresso e a União. Desses, 400 são importantes e

40 são importantíssimos

Varrer a rodoviária foi atitude simbólica do prefeito de Itanhandu-MG, conhecido como Joaquim do Milho, diante da falta de dinheiro para pagar funcionária



Lei de Responsabilidade Fiscal é descumprida por mais de 50% dos municípios

Pesquisa da Firjan mostra que das 5.243 contas municipais, apenas 60 possuíam recursos para arcar com a folha de pagamento; contratação de pessoal para novos equipamentos implantados em parceria com os governos federal e estadual também geraram aumento de despesas

• Marcos Seabra
redacao@revistarepublica.com.br

Diante de uma plateia de quase envergonhados prefeitos e gestores públicos de municípios do Nordeste, Júlio Rodrigues, diretor do Departamento de Controle Municipal do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco iniciou seu discurso - no "Diálogo Municipalista - Encontro Regional do Nordeste", promovido em Recife pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM) -, com uma informação largamente conhecida: mais da metade das prefeituras de municípios pernambucanos não está respeitando a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Um pito desnecessário, afinal a plateia era formada exatamente pelos "infratores".

Os prefeitos pernambucanos não estão sozinhos. Segundo a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), a "bomba fiscal" contra os municípios foi armada em 2013. Naquele ano, de 5.243 contas municipais pesquisadas pela entidade, apenas 60 possuíam recursos suficientes para arcar com a folha de pagamento e pelo menos 796 prefeituras registraram gastos com pessoal acima do limite permitido pela LRF. "Esse número vem crescendo de forma alarmante, ano após ano, o que indica que, em termos fiscais, temos uma bomba relógio", avisa o gerente de Economia e Estatística da Firjan, Guilherme Mercês. Segundo a Firjan, está no Nordeste a maioria dos municípios (563) que ultrapassaram os limites da LRF.

De volta a Pernambuco, de acordo com o TCE-PE, o gasto com a folha de pagamento é o grande vilão municipal. Os prefeitos pernambucanos de 107 cidades, das 184 no Estado, ultrapassaram o limite máximo de 54% com esse tipo de despesa sobre as receitas no primeiro quadrimestre de 2015. Em outras 56 cidades, o gasto com pessoal já está acima dos limites de alerta e prudencial estabelecido pela LRF, ainda de acordo com o TCE-PE.

Para Júlio Rodrigues, a solução é uma só: "os prefeitos precisam pensar o seu município em função das receitas que arrecadam, sem comprometer os gastos com educação e saúde, que são prioritários". Fácil? Nem um pouco. Que o diga o prefeito Nado Coutinho da pequena Nazaré da Mata, na Zona da Mata pernambucana, a terra do maracatu de parcos 30 mil habitantes.

No primeiro quadrimestre deste ano, ele autorizou despesa com pessoal de R\$ 32,4 milhões, o equivalente a 77,68% da receita no mesmo período (R\$ 41,7 milhões). O prefeito alega que, assim que assumiu, tentou suspender a nomeação de aprovados em um concurso, mas tem sido obrigado pela Justiça a convocá-los. "Os repasses do Fundo de Participação dos Municípios têm diminuído e temos uma despesa alta com os servidores da educação". Ele disse, ainda, que cortou o próprio salário e o dos secretários em 20%. ▶

A também pernambucana Custódia, no Sertão, comprometeu 76,43% da receita (que foi de R\$ 52,4 milhões no primeiro quadrimestre) com a folha de pagamento (que consumiu R\$ 40,1 milhões dos cofres municipais).

E os exemplos se seguem em grande número pelo País.

“Se uma cidade compromete um percentual muito elevado com pessoal, como vai fazer para pagar as despesas de custeio, adquirir medicamentos e conservar as escolas?”, questionou Júlio Rodrigues. A resposta para a maioria dos municípios ligados à Associação Brasileira de Municípios, a ABM, já achou a saída: a flexibilização da LRF.

Flexibilização

“Ocorre que muitos prefeitos terão suas contas reprovadas pelo não cumprimento do teto da LRF, devido à queda das receitas e não por estarem contratando”, tentou justificar Eduardo Tadeu Pereira, presidente da ABM, após ouvir da presidente Dilma Rousseff que a saída não está na flexibilização da LRF, projeto, aliás, que ela não pretende levar adiante como querem os prefeitos. Na última semana de outubro, em encontro com a presidente, Tadeu Pereira entregou uma carta dos prefeitos com propostas para amenizar a crise dos municípios e melhorar as condições de gestão das prefeituras (veja quadro).

Um dos pontos em destaque no documento é a flexibilização. “Queremos que a legislação seja diferente em períodos de crise, principalmente no que diz respeito ao cumprimento do teto da folha de pagamento e ao endividamento dos municípios”, disse o presidente da ABM que acredita que “pequenos ajustes na lei podem aliviar bastante a situação das prefeituras”.

As contas de Custódia poderiam ser utilizadas como exemplo. Se hoje o município é o segundo no ranking dos “gastões” pernambucanos, há cinco anos a história seria diferente. O município saltou de uma receita de R\$ 47,6 milhões, em 2011 - quando gastava 48,5% com pessoal -, para polpudos R\$ 52 milhões atuais, e gasto com a folha de 76% disso. “A diminuição proporcional das receitas associada aos aumentos salariais que a prefeitura precisou dar contribuíram para a elevação dos gastos com pessoal”, garante o secretário de administração da cidade, Cristiano Dantas.

Quem paga a conta?

Outro ponto de degola fiscal dos prefeitos está na contratação de pessoal para novos equipamentos, via de regra, implantados em parceria com os governos federal e estadual. Até agosto passado esse era o drama da população de São João de Meriti, na Baixada Fluminense. A UPA do bairro Jardim Íris, periferia da cidade, pronta e equipada permanecia fechada desde novembro por falta de recursos.

O prefeito Sandro Matos alegava que não tinha condições de arcar com o custo mensal de manutenção da unidade municipalizada, de R\$ 1,3 milhão. O município arcava com R\$ 650 mil e o restante cabia ao estado (R\$ 400 mil) e ao governo federal (R\$ 250 mil). Além do atraso nos repasses, a arrecadação mensal foi caindo proporcionalmente e, em pouco tempo, o gasto com a folha passou a representar um percentual maior para o cofre municipal. Para não criar mais desgaste para a população a opção foi retomar o atendimento na unidade, e aumentar os gastos.

Exemplos semelhantes também proliferam pelo País. Em Várzea Grande (MT), por exemplo, a UPA local ficou pronta em dezembro do ano passado e ainda não funciona. O prefeito tenta passar a gestão para uma Oscip por falta de recursos para tocar o equipamento.

A solução, segundo a ABM, também está em uma mudança

legal. A ideia da entidade, e dos prefeitos, é inserir no artigo 62 da LRF uma cláusula que assegure que os municípios, pelo menos, sejam ressarcidos pelas despesas que assumem e que são de responsabilidade de outros entes. Ou seja, quando os governos estaduais e o federal demoram ou simplesmente não fazem os repasses contratados, as prefeituras, quase sempre, ficam meses a ver navios. E a despesa sobe.

De acordo com a economista da Associação Mineira de Municípios (AMM), Angélica Ferreti, as despesas assumidas pelos municípios ajudam a esvaziar ainda mais os cofres municipais. A elaboração de projetos e planos, como o Plano de Saneamento de Mobilidade Urbana e Diretor e o gerenciamento de recursos hídricos, são alguns exemplos citados pela técnica que agregam despesas nas contas das prefeituras.

Diante desta situação, acrescenta Angélica Ferreti, a única alternativa do gestor municipal é cortar gastos, mas as consequências podem ser piores do que infringir a LRF. “Algumas prefeituras decretam férias coletivas, reduzem o expediente de trabalho, além de proibirem novas contrata-

Por descumprir
teto da LRF,
contas devem
ser reprovadas



Vista da cidade mineira de Ubá

FOTO: ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO/PMU

ções. É importante lembrar que é preciso manter os serviços essenciais e as obrigações previstas na Lei. Ainda assim, seguramente essas atitudes acarretarão na redução da prestação de serviços ao cidadão”.

Uma fatia do bolo

Ainda no Recife, surgiu a proposta para a salvação das contas públicas municipais - e dos mandatos dos prefeitos: a CPMF. A ideia é pressionar as bancadas parlamentares dos respectivos estados no Congresso para que, se criada, a CPMF seja de 0,38% e não de 0,20% como quer o governo federal. “Ninguém quer criar mais impostos, mas já que estamos para criar... É bastante dinheiro. Isso vai salvar o mandato de vocês todos”, diz o assessor técnico da CNM, Eduardo Stranz, para a alegria da plateia no Encontro da capital pernambucana.

“Defender imposto é sempre constrangedor, principalmente na situação que vivemos, mas não temos alternativas. Precisamos nos unir, porque o Estado está precisando desse imposto. As prefeituras precisam desse imposto. Nós, prefeitos, defendemos a CPMF, desde que ela seja compartilhada com os municípios. Não do jeito que foi encaminhada para o Congresso”, afirmou o 2.º vice-presidente da CNM, Luiz Sorvos, após a reunião dos prefeitos com a presidente Dilma Rousseff.

O presidente da Associação de Prefeitos do Ceará, Expedito José do Nascimento, prefeito da cidade de

Piquet Carneiro, garante que vai ajudar a pressionar os deputados federais cearenses a apoiarem a CPMF com alíquota de 0,38%. “Ou o deputado toma posição junto com a gente, ou a gente coloca ele contra o povo porque as contas não estão mais fechando. Estamos sem dinheiro até para pagar os 13º”, alerta. Os cofres de Piquet Carneiro fecharam o primeiro semestre de 2014 com 46% de comprometimento da receita líquida com a folha de pagamento, situação muito mais confortável que a da maioria dos municípios cearenses.

Na mesma linha, o presidente da Associação dos Municípios de Alagoas (Ama), Marcelo Beltrão (PRB) informa que deverá ter uma reunião com a bancada alagoana para tratar do assunto. “Vamos ter uma reunião com a bancada em novembro para falar sobre essa pauta. Queremos que a bancada federal encontre uma saída para o último ano de mandato nos municípios”.

O presidente da Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe), José Patriota, procura ser mais cauteloso e disse que vai esperar passar esse primeiro momento de conversas com governo federal para convocar os parlamentares do Estado a entrar na briga.

“É difícil ser prefeito. Se olhar para sua questão familiar, pelo seu nome, pelo seu perfil, ninguém jamais seria prefeito. Estamos na ponta, onde o cidadão está, e ele bate na nossa porta”, avisa Paulo Ziulkoski, presidente da CNM, ao definir, hoje, a situação dos municípios e dos prefeitos. ▶

Prefeito substitui faxineira e varre rodoviária

No último inverno, Itanhandu, no Sul de Minas Gerais, teria amanhecido como quase sempre: frio e uma névoa que cobre parcialmente a cidade de pouco mais de 14 mil habitantes. Mas o dia começou diferente. Inusitado, na verdade.

Às voltas com a crônica falta de dinheiro, a faxineira Adriana Bertolino Souza, responsável pela limpeza na rodoviária da cidade sentiu no bolso o peso da decantada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Surpreendida, flagrou outra pessoa varrendo a rodoviária, sua atividade diária cumprida com horas extras que reforçavam o anêmico salário de R\$ 823 mensais pagos pela prefeitura.

Mas Adriana não pode reclamar. Quem estava de vassoura em punho era o prefeito Joaquim Arnoldo Evangelista Silva, o Joaquim do Milho, disposto a fazer de tudo para não ser enquadrado na LRF e ver seu futuro político comprometido por gastar mais do arrecada na prefeitura. “Se for necessário, não só varrendo, mas fazendo outro serviço que eu sei fazer para poder economizar”, justifica o prefeito.

Joaquim do Milho encerrou as contas de sua administração em 2014 batendo nos limites das despesas com pessoal em relação à arrecadação da cidade. Gastou no ano R\$ 14,6 milhões com a folha de pagamento, muito perto dos R\$ 14,8 milhões do limite máximo imposto pela LRF. Mas a prefeitura praticamente não aumentou as despesas com pessoal nos últimos três anos. Itanhandu fechou 2012 com um gasto de R\$ 14,2 milhões de gastos com a folha de pagamento. No ano passado, o que caiu foi a receita, e a folha passou a significar mais do que antes.

A iniciativa de Joaquim do Milho não é única em Minas Gerais e estados vizinhos, ainda que não tenha sido registrado nenhum prefeito de vassoura em punho pelas ruas em nome da LRF.

A exemplo de Joaquim do Milho, Bruno Siqueira (PMDB), prefeito de Juiz de Fora promoveu cortes nos gastos municipais de aproximadamente R\$ 100 milhões neste ano para ajustar as contas. Mas, diferente de Itanhandu, o município viu nos últimos cinco anos suas despesas com pessoal

Zezé Oliveira, prefeito de Caeté (MG), exonerou quatro secretários



FOTO: EQUIPE DE COMUNICAÇÃO/PMC

Vista da cidade de Caeté, na RMBH

crescer 51%, enquanto a receita corrente líquida não passou dos 43% de alta. Ainda assim, o crescimento da despesa com a folha de pagamento se deu em função da maior oferta de serviços públicos, em especial na área de saúde, e ainda está longe dos limites estabelecidos pela LRF. Hoje, Juiz de Fora compromete 47,41% da receita líquida contra os 51,3% e 54%, respectivamente.

Exemplos semelhantes se sucedem em todo o Estado. A situação anda tão crítica que a Associação Mineira de Municípios (AMM) aponta uma avalanche de decretos pelo interior a fora determinando

demissões, proibição do pagamento de horas extras e até suspensão de contratos com fornecedores.

A entidade não sabe dizer o número exato de cidades em crise, mas afirma que a “quebradeira” é geral. “As pequenas prefeituras têm dificuldades de onde cortar. A partir de agora, vão ter que tirar prestação de serviço, como medicamentos e médicos. O receio é de colapso total”, diz Antônio Júlio (PMDB), prefeito de Pará de Minas e presidente da AMM.

Em Ubá, na Zona da Mata mineira, o prefeito Vadinho Baião (PT) cortou no próprio salário. Em vez dos R\$ 20.184 mensais, está recebendo agora R\$ 17.736, nada desprezível, mas um pequeno esforço se comparado, porém, ao salário da faxineira de Itanhandu.

Em Caeté, na região metropolitana de Belo Horizonte, o prefeito Zezé Oliveira (PDT) exonerou quatro secretários. Outros titulares passaram a acumular pastas “órfãs”, e, com isso, serão R\$ 30 mil a menos de gastos mensais. As horas extras que antes representavam R\$ 150 mil nos custos mensais foram enxugadas em R\$ 40 mil.



FOTO: MIDIAMINEIRA

Arrecadação parou, diz Maria Jucélia, de Santana de Cataguazes



Vadinho Baião, prefeito de Ubá (MG), resolveu cortar o próprio salário

Mas nem sempre o corte de gastos é possível. “Tenho uma dívida de R\$760 mil com fornecedores. Só tenho quatro secretarias e não tenho onde cortar. Não estamos contratando ninguém, mas a situação está muito difícil. Contas

de água e luz subiram muito e arrecadação caiu porque a economia parou”, desabafa a prefeita Maria Jucélia Procaci (PSDB), de Santana de Cataguazes, cidade também na Zona da Mata Mineira com cerca de 4 mil habitantes. ▶



FOTOS: EQUIPE DE COMUNICAÇÃO/PMC

Em 2 anos, mais de 3 mil cidades têm piora na situação fiscal

Ainda em 2013, a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), ao realizar mais uma rodada anual do chamado Índice Firjan de Gestão Financeira (IFGF), não teve dúvida em afirmar que 796 cidades brasileiras, dos 5.243 municípios pesquisados, não cumpriam a Lei de Responsabilidade Fiscal. As contas dos 324 municípios restantes do País nem precisaram ser consultadas para afirmar que os seus prefeitos não cumpriam a legislação, já que não disponibilizaram os dados fiscais para o Tesouro Nacional.

Apesar de ter sido apresentado apenas em junho passado, os técnicos que elaboraram a pesquisa da Firjan não titubearam para afirmar que as transferências obrigatórias da União e dos governos estaduais, associado ao comprometimento

elevado de recursos com a folha de pagamento, tornavam os municípios dependentes em excesso. “As contas dos municípios nunca estiveram em situação tão ruim como em 2013”, avalia o gerente de Economia e Estatística da Firjan, Guilherme Mercês. De 2012 para 2013, 3.339

cidades pioraram sua situação fiscal.

A primeira e principal consequência para as cidades foi imediata, segundo o economista. “Em um cenário de desaceleração das receitas, fruto de um menor crescimento econômico, aumentou muito o comprometimento de gastos com pessoal. Aí, a alternativa dos municípios foi cortar investimentos, que tiveram uma queda muito grande”. A consequência foi o pior para as mais de 191,2 milhões de pessoas – 96,5% da população brasileira – que vivem nessas cidades e que viram a qualidade dos serviços públicos declinarem cada vez mais.

A Firjan avaliou ainda que as contas de 4.417 prefeituras apresentam situação fiscal difícil ou crítica, 808 têm boa gestão e 18 têm gestão de excelência. A pior situação foi observada no Nordeste, onde 563 municípios estão às voltas com a seca do caixa, o que equivale a 33,7% das prefeituras da região. “O Nordeste apresenta quase 80% dos 500 piores municípios do Brasil no que diz respeito à gestão fiscal”, acrescenta Mercês. Os estados nordestinos com maior proporção de prefeituras com má gestão fiscal são Alagoas (66%) e Sergipe (62,7%), seguidos da Paraíba (56,2%) e de Pernambuco (41,3%).

O Sul permanece como a melhor região no que se refere à gestão fiscal, com apenas 4% (47 municípios) acima do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal, embora o Centro-Oeste comece também a melhorar as condições fiscais dos seus municípios, destacou o economista. No Centro-Oeste, apenas 31 cidades (7,2%) deixaram de cumprir a lei.

Entre os estados, os mais bem posicionados são Santa Catarina (2% com gastos acima do teto da LRF), Paraná (2,4%) e Rio de Janeiro (2,4%). Entre as capitais, a primeira em termos de excelência da gestão fiscal é o Rio de Janeiro, única que obteve conceito A no IFGF.

O índice da Firjan é composto por cinco indica-

Guilherme Mercês: “municípios nunca estiveram em situação tão ruim”



Vista da cidade Maceió

dores: receita própria, que mede a dependência dos municípios em relação às transferências dos estados e da União; gastos com pessoal, que mostra quanto os municípios gastam com pagamento do funcionalismo em relação ao total da receita corrente líquida; investimentos, que acompanha o total de investimentos em relação à receita corrente

líquida; liquidez, que verifica se as prefeituras estão deixando em caixa recursos suficientes para honrar suas obrigações de curto prazo, medindo a liquidez da prefeitura como proporção das receitas correntes líquidas; e custo da dívida, correspondente às despesas de juros e amortizações em relação ao total das receitas líquidas reais. ■

O que pedem os prefeitos:

• Criação de uma Mesa Federativa no Congresso

Implantação de um canal de diálogo permanente entre o Congresso e as entidades municipalistas, com reuniões periódicas, para que essas possam ser consultadas sempre que houver uma propositura que possa afetar aos municípios.

• Revisão de pontos da Lei de Responsabilidade Fiscal

Flexibilização da lei em períodos de crise, principalmente no que diz respeito ao cumprimento do teto da folha de pagamento e ao endividamento dos municípios. Inserir no artigo 62 uma cláusula que assegure que os municípios sejam ressarcidos pelas despesas que assumem de responsabilidade de outros entes.

• Revisão da Lei de Licitações

Atualização dos valores das modalidades de licitação e dispensa, previstos no artigo 23 e 24, I e II, da lei 8666/93, que hoje estão defasados em 197% (soma da inflação acumulada de maio de 1998 a julho de 2015). Extensão do Regime Diferenciado de Contratações (RDC), que hoje é utilizado pelo Governo Federal, para os municípios.

• A CPMF

Proposta de que a criação de qualquer nova taxa ou contribuição contemple os municípios, de forma que a divisão entre os entes federativos seja coerente com as demandas de cada um deles. No caso da CPMF, defendemos uma taxa de 0,38%, de forma que 0,09% seja destinado para os municípios.

• Judicialização da gestão

A interferência do Ministério Público e do judiciário na definição dos serviços que os municípios devem custear onera os cofres municipais, sobretudo na Saúde, com a imposição para oferta de remédios de alto custo. Portanto, que o Congresso defina, através de lei, o papel de cada ente federativo na oferta de serviços e regulamente a atuação do Ministério Público, dos órgãos de fiscalização e controle e do judiciário no âmbito da gestão municipal.

FONTE: FRENTE NACIONAL DE PREFEITOS

Por Wladimir Antonio Ribeiro e
Eduardo Stênio Silva Sousa

MUNICÍPIOS EM CRISE E O ORÇAMENTO DE 2016

Arrecadação diminui, despesas aumentam e Judiciário vem sendo "generoso" na imposição de obrigações à administração pública municipal

FOTOS: DIVULGAÇÃO



Eduardo Stênio é graduado em Direito pela Universidade de Brasília e advogado do escritório Manesco, em Brasília.



Wladimir Antonio Ribeiro, mestre em Direito Constitucional, é advogado do escritório Manesco em São Paulo

tas acima. Isso porque o projeto de lei do orçamento é ato que inicia o processo legislativo, cabendo o debate, e a aprovação do orçamento, ao Poder Legislativo. Na realidade tal conduta prestigia o Poder Legislativo, reconhecendo nele o locus para "as escolhas difíceis", tendo em vista se tratar de um Poder plural, com a participação de todas as forças políticas, e democraticamente legítimo, porque formado pelo voto popular.

Talvez nunca o papel plural do Legislativo tenha sido tão importante para que o debate do orçamento seja centralizado, salvaguardando-o dos interesses dos estamentos e dos grupos de pressão, que podem ser até interesses legítimos, mas que deve ser sopesados com os outros interesses, também legítimos. E que o Legislativo saiba executar o seu papel de mediador, definindo o que é e o que não é prioridade para 2016. ■

As finanças municipais estão vivendo momentos dramáticos. Por conta da queda da atividade econômica as receitas caíram bruscamente, especialmente as transferidas pelo Fundo de Participação dos Municípios, administrado pelo Governo Federal, e vinculado à arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados IPI). As despesas, ao contrário, têm evoluído, seja pelo aumento de demanda por serviços públicos em razão do efeito da crise sobre as famílias, seja por causa das inúmeras despesas criadas por via judicial.

Este último ponto chama a atenção. O Judiciário tem sido generoso no reconhecimento de direitos e na imposição de obrigações à administração pública, contudo faz isso sem se preocupar com os aspectos orçamentários ou financeiros. Cria despesas "obrigatórias" que competem com as outras funções do Poder Público. Com isso, não é rara a situação de que a merenda escolar ser prejudicada porque houve obrigação de se criar mais uma creche, mesmo sem recursos; ou, ainda, a suspensão da contratação de médicos por causa da determinação da compra de medicamentos de elevado valor.

Recentemente o Supremo Tribunal Federal editou decisão sobre o regime de precatórios que obriga a todos os entes da Federação qitem débitos acumulados de precatórios até 2020. A decisão

não levou em consideração o nível de endividamento ou de receitas de cada ente, o que faz com que a regra, editada de forma linear, tenha efeitos muito diferentes em cada ente da Federação.

No final das contas, seja pela queda de receitas, seja pelo aumento de despesas "obrigatórias", o orçamento de muitos Municípios estará inviabilizado. Haverá receita de menos para despesas de mais – e justamente no último ano de mandato de prefeitos e vereadores. Como o prefeito deve proceder nessa situação?

O prefeito não raro pode estar em um mato sem cachorro. Se não for previsto na proposta de orçamento a despesa "obrigatória", poderá ser responsabilizado, inclusive por descumprimento de decisão judicial. Mas como prever tais despesas se não há receita suficiente para suportá-las?

Talvez a solução tenha que ser a mesma que foi adotada pelo Governo Federal: encaminhar a proposta de orçamento prevendo déficit, deixando ao Legislativo a tarefa de cortar despesas ou aumentar receitas para que a peça orçamentária tenha equilíbrio.

E há aqui um debate jurídico importante: pode o Poder Executivo enviar para o Legislativo proposta que preveja déficit, como fez este ano o Executivo Federal?

A resposta é positiva. Pode, e até deve, se não houver alternativa – como nas situações descri-

Mansão



Buffet & eventos

O Lugar certo para o seu evento!!

Realizamos casamentos, debutantes, formaturas e eventos corporativos!!!





Todas as quintas feiras à partir das 19:00 horas, realizamos uma degustação exclusiva!
Agende e venha participar do nosso cardápio variado.

POSSUIMOS 3 SALÕES DE FESTAS
LIGUE : (11) 4354-9222 / (11) 4397-6888
(11) 94033-2244

ESQUINA COM RODOVIA ANCHIENTA KM 28

Programa Saúde na Escola praticamente zera anemia em crianças da rede pública

Redução da doença, acolhimento e acompanhamento preventivo de monitores, acesso ao oftalmologista e boa higiene bucal impactam no rendimento escolar

• Fernanda Bertoncini
redacao@revistarepublica.com.br

O desafio de acompanhar o crescimento e o desenvolvimento infantojuvenil, com foco no desempenho escolar de centenas de crianças que frequentam a rede pública municipal de Belo Horizonte tem um forte aliado na capital mineira. A cidade aderiu, em 2008, ao Programa Saúde na Escola (PSE), do Ministério da Saúde, e mudou a realidade de muitas famílias.

O PSE é uma política pública integrada e permanente de educação e saúde do governo federal, que atua como um dos principais instrumentos para a melhoria na qualidade de vida de estudantes e jovens as rede pública de ensino.

Com uma metodologia diferenciada dos demais municípios atendidos pelo programa – a partir da contratação de monitores fixos alocados nas unidades escolares – Belo Horizonte praticamente extinguiu os casos de anemia em alunos cadastrados no Sistema Único de Saúde (SUS), totalizando apenas cinco ocorrências registradas neste ano, e alcançou 100% de imunização em crianças de 0 a 5 anos, matriculadas na rede pública de ensino, em igual período. Segundo levantamento da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher, desenvolvida pelo Ministério da Saúde, 20,9% das crianças menores de 5 anos sofrem de anemia no Brasil.

A Secretaria de Educação custeia a contratação de um monitor em cada escola, que trabalha diariamente, das 7h às 17h, com ações de promoção da saúde e prevenção de doenças e agravos. Entre os temas abordados estão a dengue, o uso consciente de recursos naturais, como a água, a prevenção de cáries e outras patologias bucais, além de campanhas de vacinação. O investimento na contratação desses profissionais totaliza R\$ 5 milhões ao ano e é proveniente de recursos do tesouro municipal. ▶



Em BH, PSE
atendeu 103
mil estudantes
em 2014 e
ofereceu

6,5

mil consultas
oftalmológicas

Em 2014, o Programa atendeu 103 mil estudantes das 189 escolas municipais, oferecendo 6,5 mil consultas oftalmológicas, que resultaram na doação de 2.370 óculos, além de avaliação antropométrica, detecção precoce de doenças de base como hipertensão arterial e diabetes, vacinação, nutrição e boas práticas de saúde.

Para a coordenadora do PSE em Belo Horizonte, Ludmilla Skrepchulk Soares, os números refletem o bom desempenho administrativo dos recursos disponibilizados pelo governo federal e o incremento de ações que potencializaram os resultados da cidade, a partir da gestão compartilhada entre secretarias municipais de Educação e Saúde.

“Elaboramos um cronograma que prevê avaliação anual de saúde dos estudantes. São 20 equipes formadas por um enfermeiro e um técnico de enfermagem, que levam atendimento para dentro das escolas e alcançam alunos do ensino infantil, de 0 a 5 anos, e dos ciclos um e dois, com idades que variam de 6 a 14 anos”, pontua.

O atendimento é feito dentro de cada unidade escolar, em uma sala reservada e equipada com balança, estetoscópio, computador e ferramentas que possibilitam um acompanhamento eficaz e direcionado às crianças. “Ali, elas se sentem acolhidas e podem responder melhor à entrevista, que nos orienta às suas necessidades. Esse primeiro olhar sobre a saúde dos alunos possibilita diagnosticar precocemente algumas patologias como hipertensão arterial e diabetes, além de podermos redirecioná-los aos centros médicos para acompanhamento com especialistas como psicólogos, psiquiatras, endocrinologistas, entre outros”, classifica.

Para cada unidade, é levado em consideração dados que indicam as principais carências daquele público, sobretudo em áreas de maior vulnerabilidade socioeconômica. Para tanto, os monitores do PSE criam projetos com temáticas específicas como sexualidade, posse responsável de animais, cultura da paz, violência contra a mulher, uso de drogas, entre outros assuntos.

Rendimento escolar

Segundo a diretora da Escola Municipal Prefeito Aminthas de Barros, também localizada em Belo Horizonte, Ângela Braga Bezerra Suga, os alunos assistidos pelo programa tiveram a oportunidade de serem acompanhados de forma intensiva e continuada. “Essas crianças não estavam inseridas na cultura de ter um acompanhamento médico contínuo. Muitas vezes, os pais só procuravam o serviço de saúde para casos de emergência, para sanar problemas pontuais. Agora, eles têm acesso às informações

que possibilitam uma melhora imediata na qualidade de vida, além de serem redirecionados aos postos de saúde, quando notada alguma necessidade especial”, garante.

Ângela associa a queda nos casos de anemia, o acolhimento dos monitores, as boas práticas de higiene bucal e a imunização das crianças, a um melhor rendimento escolar. “A avaliação a qual são submetidos nos permite identificar variações que afetam o dia-a-dia dessas crianças, com impactos imediatos na aprendizagem”, aponta.

Na saúde bucal, os resultados impressionam. A rede pública de Belo Horizonte conseguiu zerar os códigos 4 e 5, que correspondem ao número de dentes abertos (com cáries), em uma única criança. “Quando trabalhamos conceitos de alimentação equilibrada, com diminuição do consumo de açúcares, refrigerantes e outros alimentos prejudiciais à saúde, associados às boas práticas de higiene bucal – com a escovação diária supervisionada – temos uma reeducação completa. Isso, em ambiente escolar, reflete na mudança de hábitos não só da criança, mas de toda a família”, destaca a coordenadora.

Nas escolas cuja frequência é de meio período, a escovação assistida ocorre uma vez ao dia, enquanto alunos matriculados no período integral passam pela escovação duas vezes do dia. Adicionalmente, as escolas distribuem por ano dois kits de higiene bucal, compostos por escova de dente, pasta e fio dental.

Dieta equilibrada

De acordo com Ludmilla, a orientação nutricional vai além da nutrição básica e abrange uma série de cuidados com a alimentação, associados a uma merenda equilibrada e de qualidade. “Nosso maior desafio ainda é o combate à obesidade e ao sobrepeso. Conseguimos vetar, nas unidades escolares que atendem alunos de 6 a 14 anos, guloseimas e frituras. Nas escolas voltadas à educação infantil, de 0 a 5 anos, temos um resultado ainda melhor, uma vez que essas crianças não trazem alimentos de casa e se beneficiam exclusivamente da merenda escolar”, justifica. Embora o Programa Saúde na Escola esteja em todas as escolas da rede municipal de Belo Horizonte, nem todas as crianças recebem o acompanhamento das equipes técnicas. “Hoje o acompanhamento só é possível com a autorização da família. Por esta razão, não conseguimos atender, ainda, a todos os alunos da rede municipal. Mas estudamos uma maneira de tornar a adesão compulsória. Uma vez matriculado, o aluno passa a ser assistido automaticamente pelo PSE. ▶

Imunização em crianças de 0 a 5 anos, matriculadas na rede pública de ensino de BH



FOTO: WILSON MAGAÕ/FMSBC

Em São Bernardo, programa já ultrapassou meta da OMS na área de saúde bucal

São Bernardo do Campo-SP, Região Metropolitana de São Paulo, o PSE tem possibilitado importantes ganhos na qualidade de vida dos alunos da rede pública municipal. Em vigor desde 2013, possibilitou ampliar o atendimento e acompanhamento de crianças e jovens das 205 escolas municipais – incluindo estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) –, além da extensão a outras 17 escolas estaduais, localizadas em áreas de vulnerabilidade socioeconômica.

O repasse de verba federal para saúde bucal é de R\$ 780 mil por ano, o que permitiu ao município ter indicadores melhores que os estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS). “Segundo levantamento da Secretaria de Saúde, a média municipal é de 1,1 cárie por criança com até 12 anos de idade – menos da metade da média nacional, de 2,07 cáries por criança –, enquanto o limite considerado aceitável pela OMS é de 3 cáries por criança na mesma faixa etária”, atesta Isabel Fuentes, diretora do Departamento de Atenção Básica da Secretaria de Saúde.

Para ela, estar com a saúde em dia é fundamental para potencializar o aprendizado dos alunos. “Levamos equipes de saúde às escolas para identificar e prevenir doenças que possam dificultar o processo de aprendizagem. No ambiente acadêmico, os alunos recebem avaliação da saúde bucal, acuidade visual, antropometria (peso e altura) e acompanhamento da carteira de vacinação”, destaca.

Após as avaliações, para os casos que necessitam de um acompanhamento mais criterioso, é feito o encaminhamento às Unidades Básicas de Saúde (UBS) ou aos ambulatórios de especialidades do município.

A cidade também deu um salto no atendimento aos estudantes de 2009 para cá. Após a adesão ao PSE, as equipes de atenção básica à saúde passaram de 16 para 132. Já a saúde bucal, que não contava

com nenhuma equipe em 2009, soma agora 78.

Outra ação do PSE, em São Bernardo, que tem melhorado o desempenho escolar de muitos alunos da rede pública de ensino é a avaliação de acuidade visual. São aplicados testes que identificam alterações na visão. Caso o exame seja positivo para a necessidade de uso de óculos, o aluno é encaminhado para uma consulta com o oftalmologista. Atestada a necessidade, o estudante escolhe o modelo e os óculos são confeccionados gratuitamente.

Em um ano de aplicação de exames de vistas, cerca de 7 mil consultas foram realizadas pelo programa, com a entrega de mais de 2 mil óculos. Um dos beneficiários foi o aluno Renan Palmeira, de 9 anos, matriculado na Emeb Maria Therezinha Besana, localizada no bairro Baeta Neves. “Ele se queixava de dores de cabeça e dizia que via tudo embaralhado. Com o uso dos óculos, melhorou bastante e até suas notas começaram a subir. Nós não tínhamos condições de pagar pelo tratamento”, relata a mãe, Inaiara Palmeira Alves.

“Muitas vezes a criança sofre de problema de visão, mas a família não consegue perceber. Pode se manifestar com dores de cabeça, queda no rendimento escolar, ou em sintomas que, num primeiro momento, não são detectados. Devolver a capacidade de enxergar bem a esses alunos é contribuir com uma melhor assimilação do que está sendo visto em sala de aula”, diz Isabel.

Os exames de vista e a compra dos óculos são feitos por meio do PSE, em parceria com o Ministério da Saúde, que repassa os recursos a todos os municípios que aderem ao programa, em gestão compartilhada pelas Secretarias de Saúde e Educação do município. Em São Bernardo, o incentivo totaliza R\$ 435 mil ao ano. ▶

Merenda escolar

No município outra atenção do PSE é com o acompanhamento nutricional das crianças, através do incentivo às boas práticas alimentares. De acordo com um levantamento da Secretaria de Saúde, dos 85 mil alunos da rede municipal, 1.400 apresentam algum tipo de restrição alimentar. Para esses casos, as escolas disponibilizam uma dieta individualizada, de acordo com a orientação médica. As nutricionistas desenvolvem receitas especiais que são testadas e aprovadas pelos alunos.

“É primordial inculcar na rotina das crianças a importância de boas práticas alimentares, além do incentivo a atividades físicas para combater a obesidade e o sobrepeso. Procuramos sempre alertar para o consumo excessivo de salgadinhos, frituras, doces, refrigerantes, macarrões instantâneos, entre outros alimentos industrializados, ricos em calorias, mas pobres em nutrientes”, pontua a nutricionista Maria Fernanda Nóbrega.

Maria Fernanda destaca, ainda, a necessidade de ensinar a criança a comer à mesa, sem distrações. “Sentar à mesa, compartilhar o dia com os familiares, ajuda a criança a se alimentar com mais consciência e sem exageros. Trabalhamos muito a escolha dos alimentos corretos junto à família. Não adianta ensinarmos as crianças, se os pais não aderirem a um modelo de vida mais saudável”, explica.

Em São Bernardo, as merendeiras das escolas da rede pública também são alvo constante de treinamentos e oficinas para habilitá-las a executar novas receitas, sempre em linha com as orientações nutricionais advindas do PSE. ■

Em São Bernardo, um levantamento da Secretaria de Saúde demonstrou que são

1,4 mil

crianças com algum tipo de restrição alimentar



FOTO: WILSON MAGAOPMSBC

Para aderir ao Programa Saúde da Escola

Todos os municípios brasileiros podem aderir ao PSE. Participam todas as equipes de Atenção Básica, com ações estendidas para as creches e pré-escolas. Para novas adesões ao programa em 2016, o Ministério da Saúde abrirá o processo seletivo em dezembro de 2015.

- a adesão é feita por meio do Portal do Gestor: <http://dab.saude.gov.br/sistemas/sgdab>

- a partir dela, o portal monitora o desenvolvimento de todas as etapas até a concretização de processos avaliativos que apontem os resultados alcançados.

- os gestores municipais de saúde possuem, sob sua administração o CNPJ e senha do Fundo Municipal de Saúde/ Distrito Federal (FMS).

- por meio dessa informação, é possível acessar o Portal do Gestor e administrar os usuários que utilizarão o sistema.



Vista da cidade de Campinas (SP), destaque em resiliência pela ONU

Brasil resiliente

ONU convida cidades do mundo a colocar em prática ações de redução de riscos; Brasil lidera ranking com mais de 500 cidades, sendo Campinas o destaque

• Liora Mindrisz
redacao@revistarepublica.com.br

Resiliência é a capacidade de se adaptar às adversidades ou mudanças bruscas. Na vida é uma atitude de proatividade quando tudo parece perdido. Casos de morte repentina ou de vida, como a vinda de um novo membro na família. Sempre é hora de recalcular o plano já traçado. No caso da gestão municipal, esse substantivo tão emblemático pode e deve ser aplicado no que se trata a redução de riscos. Pensando nisso a Organização das Nações Unidas (ONU) lançou em 2010 a campanha mundial Cidades Resilientes, da qual o Brasil é o país com maior representatividade, tendo mais de

quinhetas cidades participantes.

A iniciativa do Escritório das Nações Unidas para a Redução de Riscos e Desastres (UNISDR) foi baseada nas cinco prioridades instituídas pelo Marco de Ação de Hyogo (Japão) no ano de 2005, após a ocorrência do tsunami, quando 168 países assumiram o compromisso de colocar em prática ações de redução de riscos frente às catástrofes. “Foi quando se notou que a questão era mais de âmbito local do que uma política nacional”, explica David Stevens, assessor de programas sênior e chefe do escritório da UNISDR no Brasil.

“Assim, os cinco passos de Hyogo se tornaram os dez passos do Cidades Resilientes, um beabá local para ajudar as cidades a resolverem questões dos impactos, que

diz respeito não só a estar pronto para ter as respostas, mas reduzir os riscos de desastres”. O lançamento da campanha “Construindo Cidades Resilientes – Minha Cidade está se preparando” no Brasil aconteceu em 2011 e foi uma ação conjunta com a Secretaria Nacional de Defesa Civil (Sedec), do Ministério da Integração Nacional.

“A finalidade da campanha é aumentar o grau de consciência e compromisso em torno das práticas de desenvolvimento sustentável, como forma de diminuir as vulnerabilidades e propiciar o bem-estar e segurança dos cidadãos”, revela o Ministério da Integração Nacional por meio de sua assessoria de comunicação. O governo federal afirma ainda que o lançamento da campanha veio a calhar, pois em 2011 ocorreu um dos maiores desastres ambientais do país, quando inundações e deslizamentos de terra na região serrana do Rio de Janeiro provocaram quase mil mortes. “Com isso, foi despertada em toda a sociedade brasileira a necessidade de discutir com prioridade o tema redução do risco de desastres”. ▶

Como um município pode aderir à campanha:

Para aderir é preciso que cidade já tenha em andamento ao menos cinco itens básicos dos dez passos sugeridos (veja quadro).

É necessário enviar ao escritório da ONU uma carta de adesão do prefeito e o formulário inicial.

O site da ONU é global, por isso alguns documentos estão em inglês e outros em espanhol. Assim, há promotores no Brasil que ajudam a traduzir o documento e ajudar no “caminho das pedras”.

Em São Paulo, a Defesa Civil do Estado é o ponto focal da campanha e ajuda nas novas inscrições. Em outros estados também é a Defesa Civil o órgão de referência para esse auxílio.

Após a adesão, há ciclos para serem completados, onde a cidade comprova as ações de resiliência.

FONTE: DEFESA CIVIL DE CAMPINAS

No topo

Hoje o Brasil é o país com o maior número de municípios inscritos na campanha, com mais de 570 adesões (contabilizadas até o fim de outubro de 2015), número que continua crescendo a cada mês, considerando que há sempre cidades na lista aguardando a certificação. Os destaques ficam para os estados de São Paulo, Espírito Santo e Paraná, mas outros estados do sudeste como Minas Gerais, Porto Alegre e Santa Catarina também demonstram compromisso com o programa. Falta, ainda, aumentar a adesão especialmente nos estados do norte e nordeste.

“Depois do interesse de Campinas, as coordenadorias estaduais perceberam a oportunidade e replicaram. Houve a compreensão de que era uma ferramenta importante. O Brasil é um país federativo onde a responsabilidade sempre cai na mão do prefeito”, explica David Stevens.

Para o Ministério da Integração Nacional é possível afirmar que o expressivo número de municípios significa maior conscientização e o aumento da percepção de riscos pelos gestores locais. “Soma-se a isto o importante papel a ser desempenhado pelos demais entes da federação no incentivo e no apoio às ações municipais”. O governo federal destaca, como mote no aprofundamento do tema, a 2ª Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil (CNPDC), coordenado pelo Ministério e que teve como um dos quatro eixos temáticos a “Promoção de uma Cultura de Proteção e Defesa Civil na Busca de Cidades Resilientes”.

O processo de realização do evento mobilizou quase 41 mil participantes nas diversas etapas, entre sociedade civil, profissionais de áreas setoriais e agentes e gestores de Proteção e Defesa Civil, proporcionando uma ampla discussão do tema Cidades Resilientes.



Prefeito de Campinas, Jonas Donizette, com Sidnei Furtado, diretor de Defesa Civil na cidade; abaixo, recebendo o reconhecimento da ONU

Nova fase da campanha

Após a adoção do “Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030” pelos países membros da ONU, em março deste ano, durante a III Conferência Mundial de RRD, verificou-se a necessidade de a campanha “Construindo Cidades Resilientes” ser reformulada. Em função disto, ela passará a contemplar os princípios e as ações prioritárias acordadas no novo marco para os próximos 15 anos.

“Com efeito, a atuação do Ministério da Integração Nacional também deverá ser reformulada e a campanha no Brasil terá novos rumos, que deverão ser anunciados durante o evento de relançamento da Campanha nas Américas”, afirma o Ministério, em nota. A previsão é que este evento ocorra no início do próximo ano.

“O Ministério irá fazer uma maior integração e um melhor alinhamento de seus objetivos com as políticas públicas do governo federal. Será possível, por exemplo, estabelecer um foco maior no conjunto de municípios prioritários, ou ainda promover a inserção de condicionantes e incentivos aos municípios, como a existência de planos de contingência e Cartão de Pagamento da Defesa Civil (CPDC)”. ▶



FOTO: CARLOS BASSAN/PREFEITURA DE CAMPINAS

As 10 metas para uma Cidade Resiliente

- 1** Coloque em prática ações de organização e coordenação para compreender e aplicar ferramentas de redução de riscos de desastres, com base na participação de grupos de cidadãos e da sociedade civil. Construa alianças locais. Assegure que todos os departamentos compreendam o seu papel na redução de risco de desastres e preparação.
- 2** Atribua um orçamento para a redução de riscos de desastres e forneça incentivos para proprietários em áreas de risco, famílias de baixa renda, comunidades, empresas e setor público para investir na redução dos riscos que enfrentam.
- 3** Mantenha os dados sobre os riscos e vulnerabilidades atualizados. Prepare as avaliações de risco e utilize-as como base para planos de desenvolvimento urbano e tomadas de decisão. Certifique-se de que esta informação e os planos para a resiliência da sua cidade estejam prontamente disponíveis ao público e totalmente discutidos com eles.
- 4** Invista e mantenha uma infraestrutura para redução de risco, com enfoque estrutural, como por exemplo, obras de drenagens para evitar inundações; e, conforme necessário, invista em ações de adaptação às mudanças climáticas.
- 5** Avalie a segurança de todas as escolas e centros de saúde e atualize tais avaliações conforme necessário.
- 6** Aplique e imponha regulamentos realistas, compatíveis com o risco de construção e princípios de planejamento do uso do solo. Identifique áreas seguras para cidadãos de baixa renda e desenvolva a urbanização dos assentamentos informais, sempre que possível.
- 7** Certifique-se de que programas de educação e treinamento sobre a redução de riscos de desastres estejam em vigor nas escolas e comunidades.
- 8** Proteja os ecossistemas e barreiras naturais para mitigar inundações, tempestades e outros perigos a que sua cidade seja vulnerável. Adapte-se à mudança climática por meio da construção de boas práticas de redução de risco.
- 9** Instale sistemas de alerta e alarme, e capacidades de gestão de emergências em seu município, e realize regularmente exercícios públicos de preparação.
- 10** Após qualquer desastre, assegure que as necessidades dos sobreviventes estejam no centro da reconstrução, por meio do apoio direto e por suas organizações comunitárias, de modo a projetar e ajudar a implementar ações de resposta e recuperação, incluindo a reconstrução de casas e de meios de subsistência.

Fonte: http://www.unisdr.org/files/26462_guiagestorespublicosweb.pdf.



Atuação educativa da Defesa Civil de Campinas é fundamental para a prevenção

Campinas é destaque entre cidades brasileiras

Tanto o Ministério da Integração Nacional quanto o Escritório das Nações Unidas para a Redução de Riscos e Desastres concordam: Campinas é o grande destaque entre as cidades brasileiras que aderiram à campanha Cidades Resilientes. Tamanho envolvimento com o programa fez o próprio diretor da Defesa Civil municipal, Sidnei Furtado, se tornar promotor da campanha no Brasil - um dos 25 promotores mundiais.

O município aderiu ao programa em 2013, mesmo ano que ganhou certificado da ONU de “resiliência modelo”, e os resultados das boas ações já são notados: reduziu de 75 para 30 as áreas consideradas de alto risco de desastre, uma queda de 60%. “É um número muito representativo e isso está relacionado à estratégia que já vinha sendo utilizada, mas que se intensificou com a campanha Cidades Resilientes”, revela Sidnei. Além do mapeamento e da remoção das áreas de risco, Campinas incluiu um sistema permanente de alerta prévio, que funciona 24 horas.

“O prefeito que tiver interesse em aderir deve saber que o Cidades Resilientes envolve a necessidade de uma ação inter-setorial. Mesmo que a Defesa Civil seja o órgão operacional das ações, o prefeito precisa estar envolvido e disposto. Em Campinas temos hoje um sistema de alerta envolvendo 70 funcionários, 40 a mais de quando iniciamos as ações. Essa equipe se reveza fazendo monitoramento de radares, sensores, estações meteorológicas, pois não adianta saber onde está o risco se não antecipar o alerta. Também contamos com o apoio de outros 55 funcionários de diversas secretarias. Temos de assistentes sociais a engenheiros. Se alguém achar que vai fazer a cidade resiliente só com a defesa civil ou só com o gabinete está enganado. Tem que ter um comitê e ser abrangente”.

Sidnei explica que Campinas quer acabar com a ideia reativa, ou seja, apenas lidar com os danos depois dos desastres. Portanto, além do mapeamento e sistema de alerta, um outro grande destaque foi a informatização dos sistemas. “Tudo fica registrado e é cruzado: desde a ligação do cidadão através do callcenter, o atendimento das viaturas que possuem tablets, até o cadastro do cidadão na prefeitura. Sistemas informatizados melhoraram o processo. Um problema comum que acontece nos municípios é que com novas eleições e eventual mudança de gestão, as informações também se perdem. Com a informatização o histórico permanece, independente de gestão. Isso é uma grande vitória”, comemora.

Também pode ser considerada uma vitória para os municípios da região de Campinas o fato de a cidade ter compartilhado seu sistema. “O prefeito Jonas Donizette entendeu que, sozinha, nenhuma cidade consegue dar conta de toda a complexidade que envolve a redução de riscos. Por isso, determinou que houvesse o compartilhamento dos conhecimentos, experiências e apoio com outras cidades”. Todas as cidades da região de Campinas aderiram à campanha e, com isso, a resiliência se tornou uma política metropolitana que tem mostrado seus resultados.

Mas Sidnei lembra que nem tudo são flores e ainda há muito o que melhorar. “O número de vistorias preventivas tem que equilibrar com o número de ocorrências. É importante o envolvimento da sociedade e eu posso afirmar que essa sensibilização é a parte mais difícil. Tem que haver um contato permanente. Aqui nós fazemos campanhas preventivas, distribuimos folhetos e fazemos a atualização de mapeamentos frequentemente”. ■

CIDADES PARANAENSES SE DESTACAM EM RANKING DO SANEAMENTO BÁSICO

Curitiba, Maringá e Londrina foram destaques em levantamento que avalia o tratamento de água e esgoto em municípios do Brasil

• Gil Luiz Mendes
redacao@revistarepublica.com.br

Ao abrir uma torneira em Londrina (PR), o morador do município tem a certeza que toda aquela água é tratada e que terá o destino correto após o uso: o tratamento de esgotos. O cenário é o mesmo na capital do Paraná, Curitiba, e em Maringá. As três cidades paranaenses foram destaque no ranking do Instituto Trata Brasil, que enumera os municípios com os melhores índices de saneamento básico do país, usando dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (Snis) do Ministério das Cidades. Apesar de divulgados anualmente, o Trata Brasil utiliza dados do Snis com defasagem de dois anos, ou seja, os dados analisados neste caso são referentes aos índices de 2013.

Para sair do 13º lugar no ranking e alcançar a quarta colocação neste último levantamento, Londrina elegeu o tratamento de água e de esgoto como prioridades. Atualmente, o volume de esgoto tratado é de 86%, índice 3,02% a mais em relação ao último ranking. “A gestão da água e do esgoto na cidade são de responsabilidade conjunta da prefeitura e da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar). Entretanto, há 11 anos o contrato entre as partes está vencido. Um dos objetivos desta gestão municipal foi solucionar esse problema”, explica Carlos Geirinhas, assessor executivo da prefeitura de Londrina.

Dentre os ajustes feitos entre Estado e município, está o investimento da Sanepar de R\$ 84 milhões para a duplicação do sistema Tibagi, aumentando o fornecimento de água dos atuais 1,200 l/s para 2,400 l/s - suficiente para garantir 15 anos de abastecimento de Londrina, segundo Geirinhas. Constituído por unidades de captação, adução e tratamento de água bruta, estações elevatórias e ▶

FOTO: DIVULGAÇÃO



Londrina saiu da 13ª posição no ranking de saneamento e assumiu o

4º lugar

adutora de água tratada, o sistema Tibagi entrou em operação em dezembro de 1991. A produção do sistema integrado recebe contribuições do Rio Tibagi (54%), Ribeirão Cafezal (34%), Aquífero Guarani (5%) e outros 29 poços (7%). A obra de duplicação vai beneficiar mais de 600 mil pessoas.

Outro fator importante para conseguir bons resultados e ser referência no saneamento básico é a preocupação da prefeitura de Londrina de evitar o desperdício dos recursos naturais. “Nosso índice de perdas é de 21,9%. A meta é que, no futuro, consigamos baixar para até 16%. Estamos com números bem melhores do que a média nacional”, destaca Geirinhas. A média nacional de perda d’água de 36,9%. Dentre as cidades avaliadas no Trata Brasil 2015, Limeira (SP) é a que tem o menor índice de perda, com 11,16%. A gestão de Limeira é privada e sob responsabilidade da Odebrecht Ambiental.



FOTOS: DIVULGAÇÃO



Curitiba

Quinta melhor cidade do país quando o assunto é coleta de esgoto, atendendo a 99,1% da população e segunda no fornecimento de água tratada, Curitiba é a capital com os números mais expressivos no ranking do Trata Brasil pelo terceiro ano consecutivo. Para aperfeiçoar ou aumentar o esgotamento sanitário e o abastecimento de água, a capital paranaense segue as diretrizes do Plano Diretor, que é atualizado e revisado a cada 10 anos, tendo como base um planejamento de 30 anos.

A cidade tem pouca disponibilidade de recursos hídricos por conta da sua localização, na cabeceira do rio Iguaçu. Para a melhoria do abastecimento estão sendo planejadas a construção de novas barragens. Por ora, os sistemas integrados Iguaçu, Iraí, Passaúna e Miringuava dão conta da demanda do município.

O Programa de Despoluição dos Rios Urbanos da Sanepar é outro fator que explica o bom desempenho de Curitiba no levantamento do Instituto Trata Brasil. O programa prevê o monitoramento da qualidade das águas dos rios do município, tendo um diagnóstico para corrigir possíveis problemas de estrutura nos coletores e receptores do sistema de esgoto. “Trabalhamos para que continuemos evoluindo. Quem tem saneamento de qualidade também tem saúde. Fazemos isso com planejamento, investimentos e comprometimento da nossa equipe”, afirma o presidente da Sanepar, Mounir Chaoiche.

Maringá

Por dois anos consecutivos, a cidade de Maringá conquistou o reconhecimento como segundo melhor município do Brasil quando o assunto é saneamento básico. Além de ter 100% de água tratada, o município paranaense tem a segunda melhor posição no envio de esgotos para tratamento, alcançando índice de 93,6%.

De 2011 a 2014, R\$ 26,8 milhões foram aplicados em obras de saneamento, como a reforma e ampliação da Estação de Tratamento de Esgoto Alvorada, onde foram construídos decantadores, filtros biológicos, leitos de secagem de lodo, interligações hidráulicas e ligações elétricas. A estação de tratamento atende perto de 93 mil habitantes. Neste ano, R\$ 58,5 milhões estão sendo utilizados para serviços no município, como a implantação de 21.675 metros de rede coletora de esgoto e 867 ligações prediais.

A Sanepar em Maringá vem sendo premiada por eficiência na gestão. Em 2013, 91% dos colaboradores foram treinados. A meta era qualificar 75% do

quadro. O resultado apareceu nos índices de produtividade que é medido pelo número de ligações por empregado. A média foi de 1.201 ligações por funcionário. “Nos últimos quatro anos, focamos nossa atuação em uma administração por resultados. Quando percebemos algum desvio nos nossos indicadores, várias ações são elaboradas e colocadas em prática a fim de reverter a situação”, explica Valteir Galdino da Nóbrega, gerente-regional da Sanepar.

Ministério das Cidades

Além das parcerias entre a Companhia de Saneamento do Paraná com os municípios, outro elemento importante para o destaque do Estado no saneamento básico foi a sua aproximação com o Ministério das Cidades. Atualmente, 284 obras ou serviços têm a participação do governo federal, através da segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2), financiadas pelo BNDES. “Temos investidos R\$ 4,2 bilhões no Paraná em obras de sane-

amento, sendo quase R\$ 2 bilhões especificamente para as cidades de Curitiba, Maringá e Londrina. Parte do valor para essas obras é viabilizada pelos financiamentos”, detalha Paulo Ferreira, secretário nacional de saneamento.

Curitiba tem 41 projetos sendo realizadas com recursos do Ministério das Cidades. Em Maringá, são 12 e em Londrina, dez obras que têm verbas oriundas do governo federal. “Estes investimentos são para controle de perdas, eficiência em gestão e melhorias para os municípios”, detalha Ferreira.

O caminho trilhado pelo Estado do Paraná, com destaque para as três cidades, serve de exemplo para as demais do país, de acordo com o secretário. Para ele, a divulgação dos dados pelo Instituto Trata Brasil, através dos números do Snis, faz com o que os municípios busquem o aperfeiçoamento para melhor oferecer os serviços de saneamento. “É uma saudável competição para que os Estados tenham mais empenho para alcançar boas colocações no ranking”.

Melhores cidades em tratamento de esgoto

Colocação	Município
1º	Jundiaí
2º	Maringá
3º	São José do Rio Preto
4º	Uberlândia
5º	Niterói
6º	Curitiba
7º	Limeira
8º	Londrina
9º	Ponta Grossa
10º	Petrópolis

Melhores cidades em atendimento de água tratada

Colocação	Município
1º	Belo Horizonte
2º	Curitiba
3º	Porto Alegre
4º	Santo André
5º	Osasco
6º	São José dos Campos
7º	Uberlândia
8º	Londrina
9º	Niterói
10º	Florianópolis

Novo sistema

Criado em 1994, o Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento é uma plataforma que reúne dados e indicadores, provenientes das empresas que operam no Brasil, sobre o fornecimento de água, coleta e tratamento de esgoto e manejo de resíduos sólidos. O Ministério das Cidades reúne os dados enviados, por meio da internet, pelas empresas responsáveis, como companhias estaduais, autarquias ou empresas municipais, departamentos municipais e empresas privadas.

“Os dados declaratórios são solicitados para todos os 5.570 municípios do país. Eles assumem a responsabilidade pela autenticidade das informações”, explica Ferreira. “O Snis é um bom instrumento de planejamento para o futuro. Essa discussão de melhores performances das cidades brasileiras só é possível graças a esse sistema”.

De acordo com a Lei nº 11.445/2007, o Ministério das Cidades deve criar e administrar o Sinisa, um novo sistema de informações sobre o saneamento básico. A pasta já iniciou o processo para a concepção da nova plataforma que pretende ser mais abrangente, reunindo um novo conjunto de dados e indicadores. ■

ATLAS MOSTRA UM BRASIL MENOS VULNERÁVEL SOCIALMENTE

Estudo do Ipea leva em conta três dimensões: Infraestrutura Urbana, Capital Humano e Renda e Trabalho; queda foi de 27%

• Liora Mindrisz
redacao@revistarepublica.com.br

Analisando os dados divulgados nos censos demográficos de 2000 e 2010 é possível encontrar muita informação sobre o desenvolvimento do País na década. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) colocou a mão na massa, destrinchou informações contidas nos levantamentos e construiu o Atlas da Vulnerabilidade Social no Brasil. Entre as descobertas da análise, concluiu que no período a vulnerabilidade social no Brasil teve uma queda de 27%.

“Claramente este numero nos indica que houve um avanço significativo em termos de qualidade de vida nos municípios brasileiros, muito embora não apresentem redução uniforme em todas as regiões do país, o que revela, sobretudo, a permanência de um quadro de disparidades regionais, com a concentração

de municípios na faixa de muito alta vulnerabilidade social nas regiões norte e nordeste”, revela a Coordenadora de Estudos em Desenvolvimento Urbano do Ipea, Bárbara Oliveira Marguti.

Para o Ipea, o índice de vulnerabilidade é medido a partir da análise de dados de três dimensões: Infraestrutura Urbana, Capital Humano e Renda e Trabalho. A média aritmética destes subíndices entra no cálculo do índice de vulnerabilidade social (IVS) final com o mesmo peso. “Para o cálculo dos subí-

ndices, foram utilizados 16 indicadores calculados a partir das variáveis dos censos demográficos do IBGE, para os anos de 2000 e 2010 com seus respectivos pesos”, explica Bárbara. “Para a construção de cada dimensão do Atlas, utilizando os pesos equivalentes para cada indicador, foi necessário utilizar parâmetros máximos e mínimos, em cada indicador, para transformá-lo, também, num indicador padronizado, com valores variando de 0,000 a 1,000”.

Entre outros destaques do estudo, o subíndice Renda e Trabalho teve melhora em quase todas as regiões estudadas, sofrendo maior redução no País, ficando com 34%. “Este índice passou de alta vulnerabilidade para média. Isso decorre principalmente do avanço da ocupação ou redução da desocupação, redução do trabalho infantil e do

avanço dos rendimentos médios das famílias brasileiras neste período”.

Por outro lado, quando se trata de infraestrutura urbana a redução foi a menor, de 15,9% no período analisado, passando da faixa de médio IVS para Baixo IVS. Bárbara, que é também da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais, explica o número: “O índice de infraestrutura urbana é composto por três indicadores que buscam mensurar o saneamento básico, a falta de coleta de lixo e desloca-

Avanços foram significativos, com diferenças regionais



FOTO: DANIEL CARON/FAS

Infraestrutura urbana reduziu em 15,9%

mento. O indicador referente ao saneamento básico evoluiu 66%, o de falta coleta de lixo urbana apresentou uma redução de 31%. No entanto, os dados referentes ao indicador de deslocamento urbano não apresentaram evolução, pois são somente para o ano de 2010, o que acaba influenciando na análise do indicador geral”.

ABC Paulista

Alguns pontos positivos podem ser observados nas análises das sete cidades que compõe o ABC Paulista, na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). São Caetano do Sul possuiu índice muito baixo (0,181) em 2010, mesmo ano que o índice da Região Metropolitana de São Paulo apresentou IVS médio (0,299), o que significa que a vulnerabilidade social no município é menor quando comparada ao conjunto de municípios que compõe a RMSP.

De acordo com a equipe do IVS sob a coordenação de Bárbara Marguti, em relação ao percentual de redução, Rio Grande da Serra apresentou a maior redução no período analisado, correspondendo a 30% - valor próximo ao verificado para o Brasil (27%). Nas regiões metropolitanas analisadas no Atlas, a paulista é a que apresenta menor evolução na dimensão Infraestrutura Urbana, que foi de apenas 1,5% entre 2000 e 2010.

“Ainda analisando a dimensão de infraestrutura urbana,

o indicador de tempo de deslocamento para o trabalho merece destaque, pois é possível observar que os municípios de Mauá e Rio Grande da Serra possuem o maior percentual de pessoas vulneráveis (que possuem renda igual, ou inferior, a meio salário mínimo, em valores de agosto/2010) que gastam mais de uma hora para chegar ao trabalho, 32% e 28,5% respectivamente, número semelhante ao de toda RMSP, 33%. No conjunto dessa dimensão, com exceção de Rio Grande da Serra e Ribeirão Pires, nenhum outro município obteve redução do IVS Infraestrutura Urbana”.

Por sua vez, na dimensão Renda e Trabalho, São Bernardo do Campo se destaca com 43% de redução. O número é alto até quando comparado ao índice brasileiro, que apresentou uma queda 34% durante o mesmo período. Já na Região Metropolitana de São Paulo, o resultado foi semelhante, com redução de 40% nessa dimensão.

MAIS INFORMAÇÕES NO ENDEREÇO:

<http://ivs.ipea.gov.br/ivs> ▶

Curitiba é referência com queda de 34% na vulnerabilidade

Uma cidade melhor para se viver. Esse é um dos maiores desafios para qualquer gestor público: impulsionar seu município a um desenvolvimento sustentável, que o diferencie de outras cidades brasileiras. De acordo com o Atlas de Vulnerabilidade Social do Ipea, em Curitiba, capital paranaense, a busca por excelência trouxe indicadores expressivos, com queda de 34% na vulnerabilidade social, frente ao patamar máximo de 26%, alcançado por outras regiões metropolitanas do País. A capital se destacou na dimensão Renda e Trabalho.

O programa Curitiba Mais Humana representa importante ferramenta na consolidação destes dados. “A instalação de comitês intersetoriais regionais para o desenvolvimento de políticas sociais voltadas especificamente aos bairros atendidos pelas 10 administrações regionais (espécie de subprefeituras), permitem dar suporte ao programa”, destaca a superintendente da Fundação de Ação Social (FAS), Jucimeri Silveira.

Os comitês foram criados com o intuito de envolver todas as secretarias e órgãos que atuam nas administrações regionais – áreas como Educação, Saúde, Assistência Social, entre outras – para identificar dificuldades e potencialidades em suas áreas, a fim de elaborar um plano de ação regional para melhorar o acolhimento da população em situação de vulnerabilidade.

“A ideia é ter um olhar mais participativo de cada território, aproximando, cada vez mais, o poder público da população. Essa análise nos guia na decisão de direcionar recursos conforme as especificidades de cada região. Uma comunidade que reúne mais idosos, por exemplo, poderá ter mais atividades

voltadas a este público”, sintetiza Jucimeri.

De acordo com a superintendente, uma vez diagnosticadas as demandas prioritárias, uma equipe composta por gestores de várias políticas públicas faz um monitoramento semanal da evolução desses indicadores. A formação conta com a realização de oficinas com as equipes dos 45 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), além de englobar os Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS).

Segundo a superintendente da FAS, o programa Curitiba Mais Humana está principalmente voltado às pessoas em situação de extrema pobreza e em situação de vulnerabilidade ou risco social, cuja renda mensal per capita é de até R\$ 77,00.

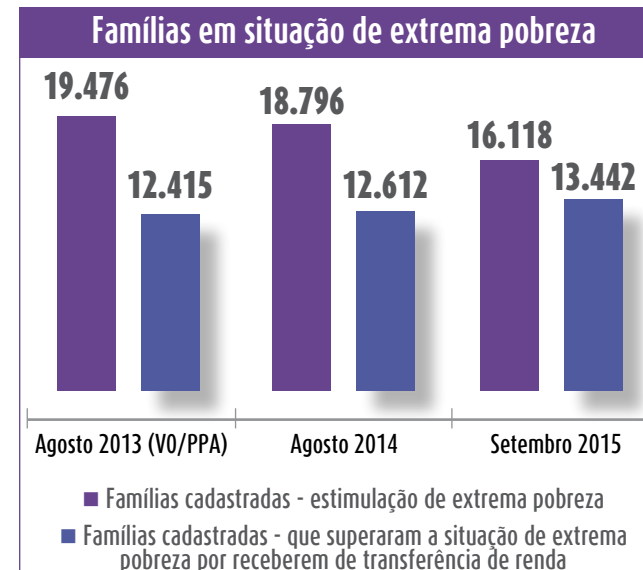
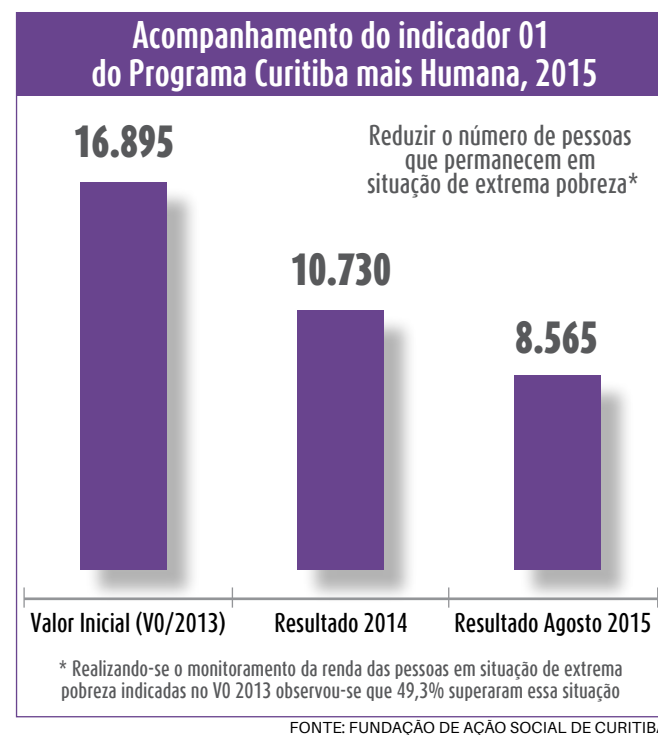
“Do total de famílias cadastradas como em situação de extrema pobreza, muitas são selecionadas pelo Ministério do Desenvolvimento

Social para serem beneficiárias do Programa Bolsa Família, recebendo mensalmente transferência de renda que lhes possibilite ampliar a renda familiar e superar a extrema pobreza”.

No entanto, o levantamento da FAS aponta para o fato de que, apesar do total ser significativo, uma parcela – 16,6% de 2.676 famílias em setembro de 2015 – permanece em situação de extrema pobreza e é considerada prioritária para atendimento da Política de Assistência Social.

Monitoramento da extrema pobreza

O sucesso do programa Curitiba Mais Humana está intimamente ligado à criação do indicador, que monitora a superação das famílias que permanecem em situação de extrema pobreza, a partir do acompanhamento das famílias

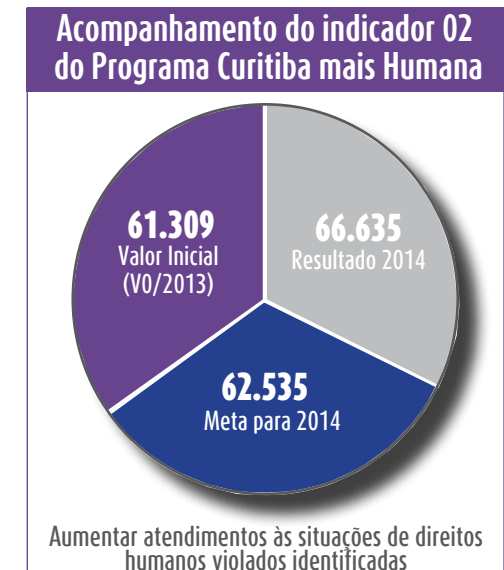


identificadas nesta situação em 2013.

“Em 2013, quando foi formulado o programa, contabilizávamos 16.895 pessoas que permaneciam em situação de extrema pobreza (não recebiam nenhum benefício de transferência de renda). Destas, 8.330 (49,3%) superaram a situação de extrema pobreza até o mês de agosto de 2015, ou seja, 8.565 permanecem, ainda, na mesma situação”, estima Jucimeri.

A queda no indicador está vinculada ao trabalho social de busca ativa e ao atendimento realizado às famílias, além do cenário socioeconômico do município.

No acompanhamento do trabalho social junto às famílias prioritárias para atendimento, surge o segundo



indicador do programa, que registra os resultados aferidos no sentido de ampliar o atendimento às situações de direitos humanos violados identificadas.

Ainda segundo levantamento da área de Risco Social da prefeitura de Curitiba, entre os anos de 2013 e 2014 já foi computada a ampliação de 8% dos atendimentos. Os indicadores e o monitoramento dos dados territoriais ajudam diretamente no planejamento das ações assistenciais futuras. (por *Fernanda Bertoini*) ■



Programa Curitiba Mais Humana prioriza combate à extrema pobreza



Marta Chagas de Oliveira começou a vender o produto e logo se tornou distribuidora

QUEM BATE?

Para aumentar as vendas e vencer a crise econômica, Zini Alimentos investe no porta-a-porta

• Gabi Bertaiolli
redacao@revistarepublica.com.br

O mercado de venda direta porta a porta aparece como alternativa em tempos de crise. De acordo com a Associação Brasileira de Empresas de Vendas Diretas (ABEVD), no ano passado o setor atingiu R\$ 41,66 bilhões em volume de negócios – entre empresas associadas e não associadas – com média de 4,5 milhões de revendedores diretos (profissionais autônomos atuantes).

Investir nesta estratégia também foi a escolha da Zini Alimentos, localizada em São Paulo (SP) para aumentar as vendas, mesmo em um período desfavorável para a economia brasileira. “Conseguimos aumentar o fluxo de vendas em até 30% e, ao mesmo tempo, dar oportunidade de emprego para quem estava fora do mercado. O porta-a-porta auxilia na manutenção de um preço mais acessível, pois não há necessidade de embutir as taxas das grandes redes varejistas. É possível, tanto para o distribuidor quanto para o revendedor porta a porta, ter uma margem de lucro de até 50%, mantendo um bom valor de revenda ao consumidor final”, explica Enrico Vezzani, presidente da Zini Alimentos. As massas – Gnocchi Alla Romana, Lasanha Versatile, Macarrão Palline e Nhoque Patato – não necessitam de refrigeração.

Marta Chagas de Oliveira, moradora de Santo André, começou a revender os produtos da Zini porta a porta e logo se tornou uma distribuidora, alcançando a marca de uma tonelada de massa vendida por mês. “Antes de começar a revender, eu comprei o produto, fiz questão de experimentar, para conhecer a qualidade do que eu estaria vendendo. Hoje, como distribuidora, atendo açougues, mercados e restaurantes. Pretendo superar a marca de uma tonelada, conquistando ainda mais clientes, já que a Zini é reconhecida no mercado”. Enrico Vezzani se surpreendeu com os resultados e disse que aposta no mercado do Grande ABC. ■

Fluxo de vendas da empresa de massas aumentou em

30%

Coaching

Um processo de coaching empresarial ajuda gestores e colaboradores a vender mais, trabalhando o alinhamento das equipes de forma que alcancem suas metas e melhores resultados. No caso das vendas porta a porta, um trabalho de coaching empresarial ensina a ampliar e manter uma rede de relacionamento para aprimorar os resultados. “Em tempos de crise, há quem chore e quem venda lenços. No coaching ajudamos os clientes a enxergarem como vender lenços”, enfatiza Gisa Azeredo, que é coaching empresarial em São Caetano.

Capacitação oferecida por órgãos federais ainda tem baixa procura

Justamente os municípios pequenos procuram menos a formação, apesar da deficiência de técnicos e da existência de diversos cursos gratuitos à disposição

• Antonio Ferreira
redacao@revistarepublica.com.br

O desenvolvimento de um município passa pela capacidade dos gestores públicos e o do corpo técnico – apoio essencial para estudo e elaboração de projetos nas mais diversas áreas que vão resultar em obras, programas e políticas públicas para melhor atender a população.

Porém, infelizmente, boa parte dos municípios encontra dificuldades de diferentes ordens para formar um bom corpo técnico, entre eles o de promover contínua formação dos funcionários públicos. O investimento que o município poderia conquistar via linhas de financiamento de órgãos financeiros federais, por exemplo, não é liberado justamente porque esbarra na qualidade dos projetos enviados. E tudo acaba ficando pelo meio do caminho.

Para colaborar com o aprimoramento do corpo técnico, o governo federal vem investindo em formação através do EAD (Ensino à Distância), que têm na transmissão do conteúdo via internet seu maior aliado. Há casos em que aulas presenciais e em campo são necessárias. Depende do tema que está sendo trabalhado.

A República conversou com dois ministérios que oferecem este tipo de curso das Cidades, do Meio Ambiente, e também com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap). A fim de especializar os técnicos, as aulas são divididas por temas e, dentro destes, com mais subdivisões - o Ministério das Cidades, por exemplo, chega a ter 10 cursos na área de Gestão de Projetos Urbanos.

O formato é dividido em módulos que contam com acompanhamento de um docente especialista no assunto que atua na mediação de fóruns ou correção de exercícios, e outros módulos autoinstrutivos. A plataforma virtual contribui para a redução das despesas com deslocamento, além de permitir que os alunos aprendam em horários flexíveis.

“Muitas são as dificuldades dos gestores e técnicos municipais na implementação da política urbana. Há desconhecimento dos instrumentos do Estatuto da Cidade, que podem otimizar o processo de planejamento e gestão muni-

cipal e, igualmente, o desconhecimento sobre os programas e ações do Ministério das Cidades, que possibilitam, entre outras ações, a realização de obras de infraestrutura urbana e acesso a recursos”, informa o Ministério das Cidades.

Apesar da importância desses cursos para servidores públicos de todas as prefeituras, o maior interesse e participação têm ficado concentrados nas capitais ou de municípios mais populosos. As cidades menores, geralmente mais carentes de formação técnica para elaboração de projetos e programas, não parecem interessadas ou sequer ficam sabendo das aulas.

“A procura mais intensa para o tema Elaboração de Planos de Resíduos Sólidos é por parte de técnicos situados em municípios com mais de 20 mil habitantes. Do total de 472 aprovados, 35% correspondem ao público localizado em municípios com menos de 20 mil habitantes. É preciso aprimorar a focalização do curso, para que o público-alvo seja atingido em sua plenitude”, exemplifica o Ministério do Meio Ambiente.

“Em termos de alcance, temos técnicos de 82% dos municípios brasileiros matriculados nas atividades de capacitação do programa. Os dados apontam que o Estado de São Paulo tem maior número de participantes certificados, seguidos por Minas Gerais, Rio de Janeiro e Paraná. O alcance é predominante nas capitais, talvez em função do acesso à internet e à divulgação”, completa o Ministério das Cidades. O acesso à banda larga, de fato, é considerado um diferencial e estímulo à participação.

A Enap tem uma coleta de dados de 2014, quando ofereceu 35.268 capacitações em 32 cursos. O levantamento aponta que o Sudeste lidera a lista de procura, com índice de 33%. Por outro lado, o Norte concentra apenas 8% dos gestores e técnicos que participaram. Também há um levantamento por estados, que aponta índices baixíssimos, na casa de 0% ou 1% fora do Sudeste. São Paulo novamente se destaca, com porcentagem de 13%. ▶



FOTO: DIVULGAÇÃO

Formação qualifica equipe da Defesa Civil de Santo André

A Defesa Civil de Santo André, ligada ao Semasa (Serviço Municipal de Saneamento Ambiental), apostou na importância da formação e nas ferramentas oferecidas pelo governo federal para qualificar servidores públicos e melhorar ainda mais o trabalho em campo junto à população.

“Quando eu assumi a direção da Defesa Civil, em janeiro de 2013, logo na primeira reunião com a equipe, todos colocaram que queriam ter mais acesso a cursos de formação. Fizemos um planejamento estratégico e levantamos as necessidades, relacionando as áreas de interesse”, recorda a diretora da Defesa Civil de Santo André, Débora Diogo.

De dois para cá, os funcionários ganharam mil horas de treinamento somente com a participação em cursos gratuitos promovidos principalmente pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sedec) - ligada ao Ministério da Integração Nacional - e universidades federais.

Entre os cursos realizados, destaca-se o de Capacitação para Usuários do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres, que explica como preencher todos os documentos necessários quando uma cidade ou Estado são vítimas de um evento de grande porte em que seja preciso decretar estado de calamidade pública, tais como inundações, deslizamentos de terra e vendavais. O documento permite ao Governo

Federal enviar apoio técnico e de infraestrutura, além de liberar o FGTS aos moradores.

Os agentes participaram também de dois outros cursos: Um deles foi o Capacitação em Gestão de Desastres e Ações de Recuperação, realizado pelo Sedec em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina. Seu objetivo é orientar gestores como agir com eficiência e rapidez em caso de desastres. O segundo foi o curso Capacitação em Gestões de Risco, este organizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em formato semipresencial. Muitas das horas preenchidas com aprendizado vieram também da Agência Nacional das Águas (ANA).

“Hoje, os agentes estão mais desenvolvidos para falar em público quando participam das ações educativas que realizamos no município”, explica a assistente técnica da diretoria da Defesa Civil de Santo André, Maíra Soares Galvanese. “Muito do que fazemos hoje tem relação com a capacitação que tivemos, como a organização dos atendimentos emergenciais e de recuperação, de Assistência Humanitária e Gestão de Riscos, tudo foi absorvido por meio desses cursos. Melhoramos muito nosso conhecimento dos conceitos, no que diz respeito à organização necessária para os atendimentos preventivos e emergenciais. Com a formação, os atendimentos ficaram mais qualificados e integrados”, completa Débora. ■

Apresentação de estudantes durante evento em Santo André

Cidades brasileiras compartilham iniciativas inovadoras em encontro

FOTOS: DIEGO BARROS/PSA

Evento reuniu em Santo André, Região Metropolitana de São Paulo, contou com a participação de mais de 30 municípios, que trocaram boas práticas de gestão pública

• Fernanda Bertoncini
redacao@revistarepublica.com.br

O Encontro Nacional de Cidades Educadoras, realizado nos dias 3 e 4 de novembro, no Teatro Municipal de Santo André, na Região Metropolitana de São Paulo, reuniu cerca de 800 pessoas, de mais de 30 cidades brasileiras, que discutiram a educação além dos muros da escola.

O evento integra a programação da Rede Nacional de Cidades Educadoras, composta por 15 municípios coordenados por Santo André, e possibilitou a troca de informações sobre ações que contribuem para a construção de cidades mais humanas e com mais qualidade de vida para a população.

De acordo com o secretário de Educação de Santo André, Gilmar Silvério, a ideia de reunir

os 15 municípios associados e mais outras cidades interessadas em compartilhar experiências surgiu da necessidade de criar um espaço para intercâmbio entre as gestões públicas. “O encontro permite que as administrações falem de políticas públicas exitosas em diversas áreas, disseminando boas práticas entre si, com a sociedade civil e com o terceiro setor”, afirma.

Foram apresentadas 30 experiências e outros 40 banners com detalhamentos de iniciativas que deram certo em diferentes segmentos, com destaque para mobilidade urbana, inclusão social, meio ambiente, geração de renda e direitos humanos, voltados à importância de se educar em todos os ambientes sociais e não apenas através das instituições formais de ensino.

A organização nacional faz parte da Rede Internacional de Cidades Educadoras (AICE), que reúne 478 municípios de 36 países.

Na avaliação da diretora da Rede Cidades Educadoras da América Latina, Laura Affonso, o encontro nacional prepara as cidades para o Congresso Internacional de Cidades Educadoras,

que será realizado entre os dias 2 e 4 de junho de 2016, em Rosário, na Argentina. “Os municípios experimentaram aqui diversas formas de abordagem para as suas vivências e podem se preparar para o congresso internacional, que agrega um número muito maior de cidades, e que também nos oferece uma grande diversidade de experimentos”, explica.

Laura reforça que o conceito de Cidade Educadora é um compromisso político que o município assume, com o intuito de pensar e planejar ações para a promoção de uma cidade sem exclusão, com uma plataforma de cidadania plena de participação, com equilíbrio, e que assiste com atenção ao direito de todos. “Para tanto, é preciso trazer pro-

postas culturais, de integração, práticas esportivas, infraestrutura e mobilidade”.

O município trouxe à pauta a formação de conselheiros mirins, compostos por alunos da rede pública municipal, por meio do Plano Plurianual Participativo (PPA) e do Orçamento Participativo (OP Criança). “Por intermédio do PPA e do OP Criança, inserimos os alunos da rede pública de ensino na discussão e planejamento da cidade. Demos voz e voto às crianças em suas unidades escolares e as demandas geradas foram incorporadas pelo prefeito (Carlos Grana) à peça orçamentária”, detalha Silvério.

O secretário salienta a importância de outras cidades se associarem ao projeto. “A nossa luta é pelo fortalecimento da Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE), com o objetivo comum de transformar as boas políticas e tornar as cidades, de fato, espaços educativos. Cada praça, rua, hospital, centro de lazer e de convivência são espaços privilegiados para a disseminação de conhecimento à população. E, por meio da educação, alimentamos o sonho de uma cidade com menos desigualdade, com mais justiça social, implicando diretamente na redução nas desigualdades de gênero e na violência contra as mulheres e crianças”.

Laura avalia que as cidades brasileiras têm grande potencial e reúnem muitas vivências a serem partilhadas. “Basta olhar para a bagagem cultural de Paulo Freire. O Brasil tem muito a ensinar a outras cidades do mundo e há muito o que se absorver de outras culturas também. É uma troca rica e incontestável”, assegura a diretora da AICE.

Modelos e ações

As propostas culturais, serviços à população e de infraestrutura oferecidos pelas cidades contribuem para a inclusão e o desenvolvimento de seus moradores. De olho em modelos que possam ser replicados em seu município, a secretária de Educação de Carapicuíba, Aparecida da Graça Carlos, compareceu ao encontro e participou dos debates e painéis.

“Embora ainda não sejamos associados da rede de Cidades Educadoras, Carapicuíba trouxe a experiência do atendimento psicopedagógico nas unidades escolares. Desde 2009, o psicopedagogo está dentro das unidades escolares e faz o acolhimento de crianças e das famílias, sobretudo em casos em que há dificuldade de socialização ou de aprendizagem”, aponta.

Aparecida destaca, também, o trabalho de ampliação de áreas de convivências, a abertura das escolas aos finais de semana e a parceria entre Saúde e Educação, que leva pediatras a visitarem as unidades escolares a cada 15 dias, como ações que melhoraram a qualidade de vida dos municípios e estão em linha com a filosofia das Cidades Educadoras.

Já Itapetininga, interior de São Paulo, que figura entre os 15 municípios pertencentes à rede de Cidades Educadoras, trouxe cerca de 70 alunos, com idades entre 6 e 12 anos, para apresentações culturais.

As crianças fazem parte do Programa Itapetininga Mais Educação (PIME), que atende cinco Centros de Educação Complementar (CECs), com assistência para aproximadamente 400 crianças.

“Os espaços funcionam no contraturno das escolas em período regular e oferecem oficinas sobre ética, cidadania, mate-

Cidade Educadora é compromisso assumido por uma cidade sem exclusão



Laura Affonso, diretora da Rede Cidades Educadoras da América Latina

mática, letramento, dança, capoeira e artes, com abordagem lúdica, para que seja sempre uma experiência agradável, significativa e contextualizada”, afirma uma das coordenadoras do projeto, Adriana Albuquerque Fim.

Aline Franciele Ramos Parrilha, mãe de Isabelle Parrilha, de 7 anos, contou que a filha teve uma melhora significativa na aprendizagem, depois de frequentar as oficinas diariamente. “A convivência social melhorou muito. Ela se soltou mais, deixou de lado a timidez e desenvolveu um olhar diferenciado sobre tudo que a cerca. Hoje ela veio aqui para se apresentar e essa experiência a deixou encantada e nos deixa muito orgulhosos também. Ela diz que agora quer ser atriz”, relatou comovida.

MAIS INFORMAÇÕES:

<http://www.cidadeseducadorasbrasil.net.br/> ■

De cabeça nos livros

Curso preparatório para o Enem e para concursos é oferecido exclusivamente para travestis e transexuais

• Felipe Martins
redacao@revistarepublica.com.br

Preconceito, discriminação e portas fechadas são dificuldades comuns no caminho dos travestis e transexuais em escolas e também no mercado de trabalho. Mas uma ideia do Coletivo Transformação, de São Paulo, quer mudar isso. O Coletivo vem promovendo um preparativo para um grupo de 15 pessoas enfrentar o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e também concursos públicos.

O encontro acontece às quintas-feiras no Centro de Referência e Defesa da Diversidade, no bairro República, em São Paulo - serviço administrado pelo Grupo Pela Vidda/SP e conveniado à prefeitura de São Paulo.

A maior parte dos frequentadores é formada por pessoas na faixa dos 20 anos, mas há exceção, como a de Thaís de Azevedo, travesti que aos 66 anos decidiu voltar a estudar. “É uma pedagogia totalmente diferente e um mundo novo de aprendizagem. Nós descobrimos que somos pessoas, que temos direitos e que podemos e devemos ter acesso aos estudos”, defende. Ela, inclusive, já concluiu um curso técnico de auxiliar de enfermagem, mas não exerce a profissão por não ter concluído o ensino médio.

Foi no mercado de trabalho, entretanto, que Thaís sofreu o maior preconceito de sua vida. “Eu trabalhava em uma loja de um grande shopping de São Paulo e utilizava o banheiro feminino. As outras vendedoras fizeram um abaixo-assinado para que eu não o utilizasse mais. Não tive outra escolha e precisei sair. A situação ficou insustentável”, destaca.

Já a travesti Mel Pinheiro trabalha em um salão de beleza, mas não mede esforços para entrar na faculdade de estética ou culinária. No ano passado, ela concluiu o ensino médio pelo Ensino de Jovens e Adultos (EJA).



Thaís de Azevedo voltou a estudar aos 66 anos

FOTO: MARIO CORTIVO

“Somos pessoas com direitos e devemos ter acesso ao estudo”

O objetivo principal das aulas é resumir de forma clara e objetiva os temas que são cobrados com frequência nas provas do Enem e em concursos públicos. Cursos semelhantes já são oferecidos no Rio de Janeiro e em Belo Horizonte.

“Durante as aulas fazemos debates e contamos as histórias de vida. É necessário ter sensibilidade para tratar dessas questões”, afirma Jefferson Lopes, um dos coordenadores do curso. Segundo ele, cerca de 15 professores, todos voluntários, se revezam nas mais variadas disciplinas dando aulas ou, ainda, planejando o conteúdo. Destes 15, três se declaram trans.

As aulas se encerram em dezembro, mas a expectativa é de que em fevereiro os encontros sejam retomados.

Direitos garantidos

O Diário Oficial da União publicou, em março deste ano, duas resoluções que garantem mais direitos à comunidade LGBT do país.

Uma delas é a utilização do nome social de travestis e transexuais em documentos relacionados a ocorrências de segurança pública. A outra é a garantia da utilização desse nome nas escolas e universidades, na escolha dos uniformes e na utilização dos banheiros baseados na identidade de gênero de cada pessoa.

No Enem, por exemplo, os nomes sociais começaram a ser utilizados na prova do ano passado. Foram 102 solicitações em 2015, número que já alcançou os 278 na edição deste ano.

INFORMAÇÕES SOBRE O CURSO DO COLETIVO TRANSFORMAÇÃO:
Telefone (11) 3151-5786. ■



PACIENTES INTERESSADOS EM:

Implantes dentários

Ligue e agende uma avaliação com o Dr. Ricardo Moreira

(11) 4468-1327

Maximplantes Clínica Odontológica LTDA.
Rua Gonçalves Crespo, 15 - Vl. Valparaíso - Sto. André

Resp. Técnico Ricardo Moreira - CRO 82725

Apoio:
AOESP

FORA DO FOCO

Distúrbios como a Dislexia e o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade precisam de diagnóstico precoce e tratamento específico; preconceito prejudica socialização das crianças

• José Fernandes
redacao@revistarepublica.com.br

A simples leitura de um texto pode se tornar uma tarefa traumática e estressante para crianças que sofrem de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) ou de Dislexia – um distúrbio genético de linguagem. O diagnóstico só pode ser feito por meio de laudo, a partir de avaliação de uma equipe multidisciplinar, porém é fundamental a atenção de pais e professores para ajudar na identificação precoce dos distúrbios. Quanto antes diagnosticar, mais cedo pode ter início o tratamento adequado.

O TDAH é um transtorno neurobiológico crônico que se caracteriza por desatenção e impulsividade. Estes sinais devem obrigatoriamente manifestar-se na infância, mas podem perdurar por toda a vida, se não forem devidamente reconhecidos e tratados.

Estima-se que o distúrbio afete de 3% a 5% das crianças em idade escolar, sendo mais comum entre os meninos. As dificuldades para manter o foco nas atividades e a agitação motora podem prejudicar o aproveitamento escolar.

Já a Dislexia se caracteriza pela dificuldade de decodificar o estímulo escrito ou o símbolo gráfico, além de comprometer a capacidade de aprender a ler, escrever com fluência e compreender um texto.

Em diferentes graus, os portadores desse transtorno não conseguem estabelecer a memória, associar os fonemas às letras. A Associação Brasileira de Dislexia estima que o transtorno acometa de 0,5% a 17% da população mundial e pode manifestar-se em pessoas com inteligência normal ou mesmo superior e persistir na vida adulta.

DIAGNÓSTICO

O professor de Neurologia Infantil e membro do Núcleo Especializado em Aprendizagem da Faculdade de Medicina do ABC (NEA-FMABC), Rubens Wajnsztein, explica que o diagnóstico de TDAH deve ser feito por uma equipe multidisciplinar. São necessárias consultas e avaliações específicas de médicos, psicólogos, pedagogos e

Mãe comemora cada nota como vitória

Diagnosticada com TDAH desde que iniciou a vida escolar, Débora de Oliveira Ribeiro, que hoje esta matriculada em uma escola pública de Santo André, na Região Metropolitana de São Paulo, sofre com as brincadeiras maldosas dos amigos e se esforça para acompanhar a classe. A adolescente é uma das pacientes do ambulatório da Fundação Medicina do ABC, onde faz tratamento para diminuir o impacto do transtorno.

Clarice Firmina de Oliveira, mãe da adolescente, explica que a filha se esforça bastante, mas apresenta dificuldade em aprender, interpretar textos e manter a concentração. “Cada nota alta que ela consegue, comemoro como uma grande vitória, para incentivá-la”, conta. A mãe disse ainda que o transtorno costuma levar a filha ao isolamento, o que pode ser traço de uma possível depressão, devido à falta de compreensão dos colegas de classe.

Débora já recebeu muitos apelidos, entre eles alguns cruéis como “burra” e “capeta”, pois, além da dificuldade de aprender e acompanhar a classe, também há a hiperatividade. “Sempre que reclamam dela, tenho que explicar o problema e o impacto que isso acarreta no aprendizado e no comportamento”, recorda Clarice.

Para ela, faltam informação e preparo para os professores lidarem com os alunos que têm algum tipo de problema. “Fala-se muito da escola ser um espaço de inclusão, mas infelizmente não é isso que ocorre”.



Clarice Firmina orienta a filha, que tem dificuldade de manter a concentração

FOTO: MARIO CORTIVO

fonoaudiólogos, entre outros profissionais. Esta equipe consolida um diagnóstico em conjunto. “A interdisciplinaridade nas avaliações é uma recomendação da comunidade científica, pois o diagnóstico isolado está mais suscetível a erros. Mesmo assim, infelizmente, nem sempre essa recomendação é seguida na prática médica”, diz.

O neurologista destaca que, apesar do aumento do diagnóstico de TDAH, boa parte da população ainda permanece sem diagnóstico e tratamento. “Esse aumento de casos é uma tendência, principalmente se levarmos em conta que a população está mais bem informada e busca mais os serviços de saúde, da mesma forma que pesquisas e avanços científicos garantem hoje maior capacidade de diagnóstico.”

Graus de TDHA

O TDAH é dividido em três graus de intensidade: leve, moderado e severo. Rubens afirmou que a medicação nos casos leves não é recomendada, diferentemente dos pacientes severos, que devem ser medicados. Já situações moderadas são avaliadas individualmente e a medicação dependerá do grau do problema, ou seja, de quanto o transtorno atrapalha o dia-a-dia do paciente. “Independentemente da gravidade, todos os casos englobam orientações familiares e escolares, além de terapia cognitivo-comportamental. O ideal é que essas orientações e terapias ocorram simultaneamente”, salienta. ▶

Tratamento em grupo ajuda na socialização da criança

Atuando há 33 anos no atendimento e reabilitação de pessoas com algum tipo de deficiência, a Associação para Valorização das Pessoas com Deficiência (Avape) oferece atendimento para pessoas que sofrem tanto de Dislexia quanto de TDAH. Profissionais que atuam na instituição traçam planos individuais de tratamento e também atendimento em grupo para ajudar a promover a socialização dos pacientes.

A gerente de serviços de reabilitação profissional e centro de convivência da instituição, psicóloga Flávia da Silva Rego, explicou que cada caso é analisado individualmente para que as deficiências recebam tratamentos específicos. “Se o paciente precisa focar mais em suas atividades, vamos desenvolver esta parte. Quando é o caso de trocar letras, como o “o”, pelo “u”, a fonoaudiologia pode trabalhar isso”, exemplifica.

A instituição conta com um grupo multiprofissional – formado por neurologistas, fisiatras, neuropediatras, pediatras, psiquiatras, psicólogos, psicopedagogos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos e assistentes sociais. “Não existe um prazo médio para consultas, que podem ocorrer até três vezes por semana, dependendo do quadro”, explica.

A psicóloga diz ainda que o tratamento em grupo ajuda na socialização das crianças. “Eles precisam saber que não são os únicos a ter Dislexia ou TDAH. Com o acompanhamento médico e tratamento adequado isso pode ser superado. Criança tem que se socializar e, principalmente, brincar.”

ALFABETIZAÇÃO

Os sintomas da dislexia variam de acordo com os diferentes graus de gravidade do distúrbio e tornam-se mais evidentes durante a fase da alfabetização, no período escolar. Entre os mais comuns estão dificuldades para ler, escrever, soletrar, entendimento de texto, identificação de fonemas e associá-los a letras, troca de letras, entre outros.

O diagnóstico também deve ser multidisciplinar. Antes de afirmar que uma pessoa é disléxica, é preciso descartar a ocorrência de deficiências visuais e auditivas, déficit de atenção, escolarização inadequada, problemas emocionais, psicológicos e socioeconômicos que possam interferir na aprendizagem.

Nos dois casos é fundamental estabelecer o diagnóstico precoce para evitar que sejam atribuídos aos portadores dos transtornos rótulos depreciativos, o que trará reflexos negativos para a autoestima e o projeto de vida dos pacientes.

A psicóloga e gerente de serviços de reabilitação profissional e centro de convivência da Associação para Valorização de Pessoas com Deficiência (Avape), Flávia da Silva Rego, confirma que na instituição há muitos relatos de crianças atendidas que sofrem bullying na escola ou mesmo na família. “Se uma pessoa tem dificuldade em aprender ela não pode ser simplesmente taxada de burra. Pais e professores devem estar atentos, pois tais ‘brincadeiras’ podem acarretar agravamento do quadro, quando a criança não quer se socializar por sentir vergonha, o que pode levar também a um quadro de depressão.” ■

Integração que já supera três décadas

Grupo Informal dos Administradores de Pessoal (Grinape) se reúne mensalmente para renovar ideais de valorização humana que remontam à formação em 1974

• Wilson Felipe
redacao@revistarepublica.com.br

Integrar e valorizar o profissional de recursos humanos, mantê-lo informado sobre tendências e projetos para o desenvolvimento da carreira de modo a estimular o estreitamento da relação entre capital e trabalho e, ao fim e ao cabo, garantir redução de custos e satisfação ao trabalhador.

Foi com esses objetivos que, em 1974, foi formado o Grupo Informal dos Administradores de Pessoal (Grinape), uma espécie de “Clube de Profissionais de RH”, que se reúne mensalmente em restaurante da tradicional Rota do Frango com Polenta, em São Bernardo do Campo, na Região Metropolitana de São Paulo.

Mas não se trata de um “Clube do Bolinha” ou “da Luluzinha”, isto é, os encontros não estão restritos apenas a profissionais de RH. As reuniões, gratuitas, são abertas a todos os interessados pelo tema e recebem participantes dos mais variados segmentos, como da indústria automotiva, de serviços e transportes. Não raro, estudantes universitários marcam presença quando o assunto abordado nas palestras lhes interessa.

“O Grinape tem uma característica peculiar, pois não é associativo, não exige pagamento de mensalidade e a presença não é obrigatória. Os participantes tem muito a ver com o tema da palestra. Além de permitir o acesso a novas ferramentas relacionadas à



Sônia e Walter Veiga: integração e confraternização em busca de bons resultados

gestão de pessoal, os encontros são um momento de confraternização, de integração e oportunidade de se fazer network”, explica Walter Veiga, um dos coordenadores do grupo, ao lado da também coordenadora Sônia Aparecida Pozato, graduada em Administração de Empresas com MBA em Recursos Humanos.

As reuniões, que são realizadas sempre a cada penúltima quinta-feira do mês, não recebem hoje nenhum remanescente da época da fundação. Mas os ideais originais ainda norteiam os encontros. A cada rodada aproximadamente 50 pessoas participam dos encontros, mas houve ocasião em que esse número chegou a 350.

Facebook e mailing com 13,4 mil registros fazem parte do arsenal usado pelo Grinape para divulgar palestras e encontros, que começam às 19h e terminam por volta das 22h30. “Vale lembrar que o convidado é quem paga pelo seu jantar. Isso para quem quiser ficar para o jantar, pois não é obrigatório. Mas é um bom momento para

confraternizar, reencontrar e fazer novos amigos”, aponta Walter Veiga.

ASSISTENCIAL

Como gestores de pessoal que buscam melhorar a relação humana entre capital e trabalho, os integrantes do Grinape decidiram aproveitar os encontros para também estender a mão ao próximo. Assim, desde 2002 passaram a colaborar com a Instituição Assistencial Casa do Caminho Ananias, vinculada ao Centro Espírita Redentor. Instalada em imóvel no Jardim Santo André, a instituição atende a cerca de 120 crianças carentes daquela região, mas também tem trabalho social. ■

FOTO: MARIO CORTIVO

Grupo “vende desaparegos” na rede social

• João Schleder
redacao@revistarepublica.com.br

Uma ida ao shopping é suficiente para perceber que está praticamente impossível adquirir produtos de grife, por conta dos altos valores praticados. Alternativa antiga é o brechó, local de compra e venda de itens usados, a maioria de boa qualidade. Antes instalados em endereços físicos, muitos migraram para o universo virtual. O “Adoro Bazar no ABC” é grupo fechado no Facebook. Criado pela esteticista Alessandra Roberta Gualassi, a página possui mais de 12 mil membros e já movimentou cerca de R\$ 85 mil.

“Sempre vendi ‘desapegos’ e resolvi há alguns anos criar uma página pessoal, onde comercializava itens que eu não usava mais. O sucesso foi tão grande que algumas amigas quiseram participar. O grupo surgiu para que todas pudessem postar produtos, sendo eu responsável pelas negociações”, explica.

Para participar do “Adoro Bazar no ABC” é preciso ser convidado por membros ou solicitar participação e aguardar a aprovação. “Queremos pessoas que realmente façam a diferença. Buscamos qualidade, não quantidade”, diz a administradora. Como são muitos pedidos, Alessandra conta com a ajuda da amiga Luciana Bicineri. “Fico o dia todo cuidando, mas como havia muita demanda, pedi auxílio”.

Página criada pela esteticista Alessandra Gualassi para vender o que não usava já possui mais de 12 mil membros

O comércio *on-line* costuma ser cômodo. Os cuidados são necessários para que não haja prejuízos. Alessandra sugere: “pedimos para que os negócios sejam finalizados em locais públicos e movimentados. Outra recomendação é não pagar antes de ver o produto em mãos e atestar a conservação”. Os administradores não costumam participar das vendas. Exceções são abertas quando os valores são altos.

No “Adoro Bazar no ABC” os membros costumam oferecer roupas, sapatos, poltronas, mochilas, utensílios de cozinha. Mariana Martin Bianco Reina entrou para o grupo para vender produtos que não serviam mais, alguns do período da gestação. “Vendi 60% dos itens que postei. Em alguns casos acabo fazendo trocas”, afirma. Os resultados foram tão satisfatórios que ela também vende itens para outros familiares.

Caminho inverso

Alessandra está fazendo o caminho inverso e em breve também promoverá bazares físicos. O objetivo é criar maior interação entre os membros. “Vai ser um grande encontro entre os participantes. Tomaremos um café e todos poderão levar seus desaparegos para vender, como não poderia deixar de ser”. ■



Criadora do bazar virtual, Alessandra Gualassi, quer qualidade

Como era antigamente

Produzir a própria pasta de dente ou o desodorante ganha adeptos entre os que buscam uma vida mais natural

• João Schleder
redacao@revistarepublica.com.br

Vivian Yujin Chun não compra aromatizante ambiental, sabonete, creme corporal, protetor labial e alguns produtos de limpeza. Farmacêutica e bioquímica, ela cria tudo em casa. “Tenho pesquisado bastante e, em breve, também farei a minha própria pasta de dente.”

Elena Maria Rezende deixou de ir ao supermercado há mais de um ano para comprar desodorante. A socióloga sabe que o produto é essencial para prevenir os odores eliminados pela transpiração, mas preferiu começar a produzir o seu próprio cosmético.

Ambas fazem parte de um grupo que prefere cada vez mais receitas caseiras, em detrimento de produtos industrializados. “Busco uma vida mais saudável, sem influência de aditivos químicos em excesso no organismo, além da própria consciência ambiental”, afirma Elena.

Para fabricar o próprio desodorante, à base de bicarbonato de sódio, álcool de cereais, água e óleos essenciais, como sálvia, menta, lavanda, limão, eucalipto e alecrim, Elena fez uma oficina de plantas medicinais e uso doméstico de produtos caseiros e naturais.

Nestes cursos, além do ensino das receitas caseiras, podem ser conhecidos os prejuízos causados por produtos industrializados. “Vários deles são nocivos à saúde. Alguns desodorantes, por exemplo, contém triclosan”, diz Vivian. O agente pode estar ligado ao crescimento de células cancerígenas, segundo ela.

O químico Fernando Bello refuta Vivian. “Essas teorias conspiratórias sempre existiram. A verdade é que tudo em excesso faz mal à saúde. Por exemplo, o tutano de boi, usado em alguns xampus, é nocivo sim, mas em grandes proporções. A quantidade usada pelas indústrias é pífia”, afirma. “O triclosan é um bactericida regulamento, usado em todos os desodorantes e não há evidência de que faça mal.”

No ano passado, questionada pela agência norte-americana Bloomberg, o FDA (Food and Drug Administration), órgão que regulamenta medicamentos nos Estados Unidos, colocou em questão o triclosan, afirmando que não se sabe

com certeza se ele é perigoso para os seres humanos.

A Sociedade Brasileira de Dermatologia garante que os cosméticos industrializados no país seguem as regras da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e, em sua maioria, também do FDA. “Produtos que apresentem risco à saúde não são liberados por esses órgãos”, afirma a dermatologista Lilia Guadanhim.

A médica ainda alerta para os riscos da utilização de produtos caseiros. “A substituição de desodorantes pode trazer riscos, em especial em receitas que utilizem o limão, que pode causar irritações e manchas na pele.”

PÓ DE JUÁ

Denise Dhiira Mazeto há cerca de dez anos não usa nenhum produto químico no corpo. Além de desodorante (à base de leite de magnésia), xampú (bicarbonato de sódio) e condicionador (suco de limão), ela faz a própria pasta de dente, usando pó de juá. “Depois que parei de usar determinados produtos, em um curto espaço de tempo comecei a me senti bem melhor.”

A substituição do creme dental por produtos caseiros não é bem vista pela dentista Karen Alves Oliveira. “Existem vários estudos e artigos que comprovam que a efetividade da remoção da placa dental é muito maior quando a pasta de dente é usada. Já pasta de juá e sal marinho são agentes abrasivos que podem danificar o esmalte dos dentes. É preciso tomar muito cuidado.”

Denise concorda com a dentista e diz que existem muitas fontes, mas é preciso ter discernimento pra distinguir o que é melhor pra cada um. “Muitos desodorantes naturais, por exemplo, são feitos com álcool e óleos essenciais. Eu prefiro algo prático, como o leite de magnésia. Eu não acho conveniente usar álcool no corpo.”

Vivian tem a mesma opinião. “Sou bioquímica e, mesmo assim, procuro ler bastante, além de já ter feito vários cursos. Muitas pessoas acham que basta comprar os ingredientes e sair misturando. Não é assim que funciona”. ■



Elena Maria Rezende fez um curso e hoje produz seu desodorante sem aditivo que considera nocivo

CAMINHO NATURAL

Preocupada também com essa questão, Vivian criou a Coletiva Caminho Natural, que promove encontros acerca do tema há um ano. Em agosto, o projeto promoveu diversas oficinas de curta duração para tratar de temas, como “Saúde através das plantas” e “Menos química, mais saúde”. “É a forma que encontramos para compartilhar conhecimento. Por que temos que usar produtos que não sabemos como foram feitos, se podemos fazer em casa?”

Muito mais do que Bonito

Considerado o melhor destino de ecoturismo do Brasil, cidade do Mato Grosso do Sul encanta pelas belezas naturais, mas também agrada pela gestão municipal organizada e eficiente, através da adoção do Voucher Único

Viviane Bazzomini
redacao@revistarepublica.com.br

O nome do lugar já faz supor muita coisa sobre ele: Bonito. E é mesmo. Conhecer Bonito, a cidadezinha do Mato Grosso do Sul premiada como o melhor destino de ecoturismo do Brasil, vale a pena. São passeios inesquecíveis, que aproximam o visitante da natureza - tanto que o faz perder o fôlego e desejar repetir a dose várias vezes. Mas quem está acostumado a conhecer cidades e pontos turísticos pelo Brasil, percebe que o sucesso de Bonito vai muito além das belas paisagens. Bonito recebe cerca de 250 mil turistas no ano.

A cidade surpreende também por uma eficiente gestão da visitação a seus atrativos naturais, o que em, primeiro lugar, ajuda a preservá-los, mas ao mesmo tempo proporciona conforto e segurança aos turistas, garantia de negócio aos empresários locais e fonte de receita para o município.

O nome que resume essa gestão eficiente é Voucher Único. E o melhor é que o modelo pode ser aplicado por outras estâncias turísticas e já vem sendo procurado por cidades como Brotas, no interior de São Paulo, cujo desenvolvimento social e econômico também está alicerçado no turismo.

Voucher é uma palavra inglesa que significa garantia ou título. Como vem do verbo vouch, de atestar ou confirmar, é muito usada como sinônimo de documento comprovativo. Em turismo, é o voucher o comprovante em nome do cliente atestando ter ele direito a um serviço, no caso passagens, reservas de hotéis, aluguel de carros etc.

Organização

Em Bonito, porém, o Voucher Único vai muito além de um simples ingresso e nele está estruturada a organização turística do município.

Ao mesmo tempo em que é mecanismo de controle de acesso aos atrativos turísticos e documento fiscal, o voucher permite integrar on-line todos os prestadores de serviços de turismo, ou seja: agências, hotéis, proprietários dos espaços turísticos, guias e transportadores.

“É uma ferramenta imprescindível para Bonito, que não se imagina sem ele”, afirma Juliane Ferreira Salvadori, secretária de Turismo, Indústria e Comércio.

“Fiquei surpreso com a organização. Nunca tinha visto um voucher assim, com tantas informações juntas”, diz o diretor de escola José Mauro Capp, que visitou Bonito em agosto passado. “Me senti muito seguro. Viajamos em família, de carro, e sempre dá uma certa apreensão ir a lugares desconhecidos. Ainda mais que tudo lá tem trecho de estrada de terra. Mas o voucher também dá, mesmo para quem não contrata o transporte, o melhor horário para sair do hotel”, complementa. ▶

Preocupação ambiental

A preservação ambiental foi o principal motor da criação do Voucher Único de Bonito, como explica Juliane. “Ele não é só um mecanismo de controle de acesso aos atrativos da cidade. Ele também é um controle de carga destes pontos turísticos, porque cada local só tem vagas para um determinado número de visitantes por dia.”

A preocupação com o meio ambiente é mais do que imprescindível. As belezas naturais de Bonito, como grutas com formações geológicas que levam milênios para se formar, nascentes de água puríssima e matas que abrigam animais raros, são sistemas muito sensíveis à ação humana. Sem controle, sua preservação fica ameaçada, o que pode inviabilizar até a própria atividade de ecoturismo.

Desde 2010, o sistema de reservas integrado é on-line, ou seja, todas as agências têm acesso a ele em tempo real. Por isso, quando procurado por um turista, o agente de viagens pode checar se há vagas disponíveis no passeio solicitado para a data solicitada e, só então, efetivar a reserva. “Diariamente eu sei quantas pessoas visitaram cada um dos atrativos. Assim também faço a análise da origem e do fluxo”, complementa Juliane.

Além disso, alguns passeios devem ser feitos obrigatoriamente com guia local, que passa por formação específica para atuar nos atrativos da cidade. “Eles são os nossos fiscais, nos reportando se há problemas na área visitada. São muito importantes no trabalho de preservação”. ▶



FOTOS: DIVULGAÇÃO

Prêmios recebidos por Bonito (MS):

Melhor Destino de Ecoturismo do Brasil”-

Prêmio O Melhor de Viagem e Ecoturismo- 2015/2016, da Revista Viagem e Turismo, em parceria com o Guia Quatro Rodas, da Editora Abril.

Melhor destino de turismo responsável do mundo em 2013

pelo World Travel Market (WTM), considerada uma das maiores feiras da indústria de turismo da Europa.

1		2		3	
QR Code		Município de Bonito Secretaria de Administração e Finanças Central de 150/20 - Rua Santana do Paraíso, 837 Centro - Fone: (67) 3255-1826 - Ineato - MS		COMTUR BONITO - MS	
4		5		6	
BONI TOUR RUA CEL. PILAD REBUÁ, 1463 CEP: 79290-000 Fone: 3255-1628 Insc. municipal: 35093 CNPJ: 33.771.486/0001-10		VOUCHER ÚNICO 78940 Guia		Reserva 30520	
7		8		9	
Data / Hora 31/07/2015 11:30		Cidade Bonito		UF MS	
10		11		12	
Identificação do cliente 10040200789405 Viviane Raymundi Raimundo		Quant. Pax 3		Valor Unitário 30,00	
13		14		15	
Nome do guia Pousada Pantaneira		Quant. Chd 0		Valor Chd 0,00	
Transporte Particular		Quant. Free 0		Valor Free 0,00	
Observações		Subtotal passeios 90,00		Valor Refeição 0,00	
		Refeições Free 0		Subtotal refeições 0,00	
		TOTAL GERAL 90,00			

Assinatura do responsável da agência

- 1 QR Code
- 2 Logo da Prefeitura
- 3 Logo do Conselho Municipal de Turismo
- 4 Identificação da agência de turismo
- 5 Número do Voucher Único
- 6 Atracção e número da reserva
- 7 Dia e hora de ingresso na atracção
- 8 Nome do turista ou principal do grupo, cidade e estado de origem
- 9 Nome do guia
- 10 Número de pessoas do grupo, preço da atividade, quant. de ingr. gratuitos e valor total para o grupo
- 11 Hotel
- 12 Número de ref., preço unitário, quant. de ref. gratuitas e valor total da ref.
- 13 Nome do transport., pl. do veículo e CNPJ da empresa
- 14 Total do Voucher
- 15 Assinatura do agente de turismo



Empresários visionários

Para ela, que atualmente gerencia o sistema na Prefeitura, os responsáveis pela criação do Voucher Único, há 20 anos, estavam à frente do seu tempo. O primeiro modelo do Voucher Único era emitido em papel e tinha cinco vias.

“Os que iniciaram a implantação foram visionários na questão ambiental. Eles perceberam que a superpopulação em algumas atrações poderia provocar danos ao meio ambiente e criaram o controle de carga para o atrativo, garantindo a manutenção de sua qualidade”, afirma.

Juliane conta ainda que já atendeu representantes de cidades de países próximos do Brasil, como Argentina, e de outros estados que estavam em busca de informações sobre o Voucher Único para a implantação na sua localidade. Ela salienta, porém, que o modelo deve se adequar às necessidades e especificidades do turismo de cada cidade, fazendo questão de reforçar que para todos os casos o apoio do empresário local é essencial.

A secretária diz que o Voucher Único de Bonito é um exemplo de sucesso porque conta com o empenho contínuo dos empresários do setor da cidade. “Não é um projeto que se implanta do dia para a noite”, destaca.

Dentro da Prefeitura de Bonito, o Voucher Único tem interfaces com diversas áreas. As principais, porém, são as secretarias municipais de Turismo, Indústria e Comércio e de Administração e Finanças. ■

PRINCIPAL ATIVIDADE ECONÔMICA: TURISMO

4 mil empregos no turismo

42 atrações vinculadas

50 agências de turismo

80 hotéis

FONTE: SECRETARIA DE TURISMO DE BONITO

NÚMEROS DE BONITO:

Área
4934,318 km²

Área urbana
3,483 km²

Altitude
315 m

População
20 mil hab.

Visitantes
250 mil/ano

Distância até a capital Federal (Brasília):
1399 km

Distância até a capital estadual (Campo Grande):
265 km

Orçamento Municipal
R\$ **63** milhões

Principal receita ISS:
40%

FONTE: SECRETARIA DE TURISMO DE BONITO



Vôlei masculino, que já foi estrela na época da parceria com a Pirelli, atualmente vai mal

FOTO: DIEGO BARROS/PSA

Santo André: de capital do esporte a coadjuvante

Cidade do ABC Pauista, que foi base do Brasil nos Jogos Olímpicos, está na 2ª divisão

• Antonio Ferreira
redacao@revistarepublica.com.br

Durante toda a década de 1980 e meados dos anos 1990, Santo André (Região Metropolitana de São Paulo) era chamada de “capital do esporte” graças à parceria com a multinacional Pirelli. A cidade servia o Brasil com quantidade e qualidade, a ponto de os atletas se reunirem para fotos em Jogos Olímpicos. Mas, em 1994, a fábrica de pneus retirou o seu apoio, e o esporte foi entrando em decadência, até se tornar coadjuvante.

Nos últimos Jogos Regionais, um aquecimento para os Abertos, terminou na sétima posição. Ficou à frente apenas de Peruíbe e da pequena Ribeirão Pires, com quem brigou até o último dia contra a vice-lanterna. O município viu de longe, bem de

longe, a vizinha São Bernardo e sequer superou as modestas Praia Grande e Guarujá. Na mesma época dos Regionais, em julho, o país participava dos Jogos Pan-Americanos de Toronto, e a cidade contribuiu com apenas duas jogadoras do time de basquete: Tássia e Jaqueline. São Caetano, a título de comparação, enviou 38 representantes ao Canadá. Hoje, está na 2ª divisão dos Jogos Abertos do Interior, não tem mais estrelas capazes de dar uma medalha ao Brasil em Olimpíadas e se mantém com poucos patrocinadores.

“A gente conquistava os Regionais e os Abertos com um pé nas costas, o vôlei ia com o time B ou C e ganhava mesmo assim. Na verdade, joguei uns

10 anos esses eventos e nunca perdi uma partida. Fomos absolutos nessas competições entre o fim de 1970 e começo de 1990. Se a cidade não ganhava, ficava em segundo e perdia por detalhes”, diz William Carvalho, um dos craques da equipe de vôlei, que chegou a ser sagrar campeã mundial de clubes. Atualmente, amarga a 2ª divisão da Superliga e nem figura no adulto entre as mulheres.

A cidade chegou a fechar as portas para o vôlei, mas voltou a ter um time masculino em 2013. “Estamos num projeto de reestruturação. O processo é lento, não tem jeito. Achei natural a queda (de qualidade) da modalidade, aconteceu em todo o estado de São Paulo”, avalia o técnico Marcelo Madeira, lembrando que conseguiu patrocinadores por conta da tradição que Santo André tem na modalidade.

Para William, que hoje treina o time feminino de São Bernardo, falta “carinho” com o esporte de Santo André. “Não existe uma preocupação, poderia se focar nas categorias de base e ter modalidades como espelho para os jovens, com grandes atletas. Isso não acontece”, lamenta o ex-capitão da Seleção Brasileira. “Deveria ser feita uma força-tarefa, um mutirão com ex-jogadores para resgatar o que foi perdido”.

Márcio Cattaruzzi é presidente da LBF (Liga de Basquete Feminino), mas liderou a Pirelli na parceria vitoriosa e critica o trabalho que tem sido feito. “Santo André nunca teve uma política para o esporte, vai pelo entusiasmo de algumas pessoas, caso da Laís (Elena, técnica do basquete feminino) e um ou outro abnegado. Eles querem atender todos os esportes e não atendem ninguém. Tem que formar (atletas), dar quantidade grande para tirar qualidade”, comenta o dirigente. ▶

FOTO: MARIO CORTIVO



FOTO: MARIO CORTIVO

Quando a Pirelli retirou seu apoio ao esporte da cidade, em 1994, várias modalidades entraram em decadência

William Carvalho, um dos craques da equipe de vôlei campeã mundial de clubes

UNANIMIDADE

Citada por Cattaruzzi, Laís Elena é unanimidade, com méritos. Ela se aposentou da função de técnica recentemente, após 32 anos no cargo, mas não larga o basquete. É coordenadora da modalidade e diz que a única solução para enfrentar os problemas é trabalhar.

“O basquete feminino tem um respaldo maior (da administração) por ter construído uma história. O momento é ruim, mas há uma pergunta para se fazer: qual é o trabalho que você fez? Quem tem trabalho colhe frutos, quem não tem precisa contratar jogadores, e com dinheiro de patrocínio é fácil”, analisa a ex-treinadora, orgulhosa com as categorias de base do esporte que dirige, com atletas em todas as seleções, apesar da vida financeira difícil - apenas a Prefeitura injeta dinheiro no basquete. “Estou indo atrás de academia e fisioterapia para o time, até a questão do transporte está complicada”, completa.

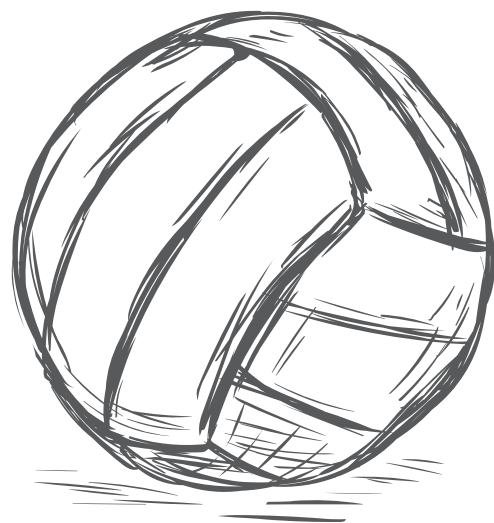
E os patrocinadores? Por que as empresas, principalmente as da casa, não se aliam ao esporte municipal? Segundo William Carvalho, a falta de planejamento da administração afasta os interessados. “Não há grandes projetos para os (potenciais) patrocinadores. Se você tem algo interessante, consegue captar verba pela Lei de Incentivo ao Esporte”, aposta.

FORMAÇÃO DE BASE

A Secretaria de Esporte e Lazer de Santo André (SEL) - que se manifestou por nota - acredita que os Jogos Regionais não servem como parâmetro de avaliação, pois várias adversárias utilizam suas verbas para “contratação de equipes prontas visando o resultado imediato e a mídia positiva”. Nessa última edição dos Regionais, a cidade foi a primeira colocada apenas na ginástica artística e handebol, ambos no feminino. A secretária lembrou que o valor aprovado para o esporte em 2015 foi de R\$ 2,6 milhões para 14 modalidades. Questionada se há algum projeto para alavancar o esporte de alto rendimento ou a base, a SEL respondeu que fez uma parceria com a Secretaria de Educação para fortalecer o núcleo de educação física, o que propiciou a presença de 24 escolas municipais nos Jogos Escolares. A ideia é que os jovens mais promissores sejam direcionados para a base e, daí, para as equipes do município. Um exemplo é a natação, com 1.500 alunos na iniciação, 250 meninos na categoria de base e 25 atletas no alto rendimento.

Sobre projetos aprovados por meio da Lei de Incentivo, a secretária citou dois já incentivados: Faixa Dourada, no judô, e outro na ginástica artística, sem citar o nome.

A pasta prometeu para o futuro a entrega de um ginásio de ginástica artística na Vila Alpina, além de um Centro de Iniciação ao Esporte no bairro Cata Preta, com estrutura para o atletismo. A modalidade, aliás, ficou na última posição dos Regionais pela carência de locais adequados ao esporte em Santo André. ■



No auge, Pirelli investiu US\$ 6 milhões em um ano

Em 1989, considerado o último grande ano da parceria com Santo André, a Pirelli investiu cerca de US\$ 6 milhões no esporte. A fábrica de pneus foi a primeira que fez centros de treinamentos, capazes de acomodar 22 modalidades, lado a lado.

“Cada esporte tinha a sua estrutura, o vôlei e o basquete possuíam ginásios bons para treinamento e competições nacionais. Havia também ginásio de judô e piscina aquecida para a natação”, recorda o ex-diretor da Pirelli, Márcio Cattaruzzi. “A gente tinha que fechar o portão durante os nossos treinos porque havia superlotação”, lembra William Carvalho, do badalado e histórico time de vôlei.

William, aliás, era obrigado a espalhar o conhecimento adquirido e a experiência das quadras pelos centros esportivos da cidade, um projeto da prefeitura e da Pirelli para fomentar as categorias de base. “Ele tinha que dar aula e isso servia para todas as modalidades”, garante Cattaruzzi.

Foi com o apoio da Pirelli que o Brasil conquistou medalhas importantes em Jogos Olímpicos. Base da delegação nacional nas edições de 1980, 84 e 88, o trabalho realizado resultou em medalhas de todas as cores, inclusive o ouro do judoca Aurélio Miguel, em 1988.

Depois de 14 anos, a Pirelli praticamente deixou o esporte em 1992, mantendo por apenas mais duas temporadas a equipe de vôlei.

O antigo centro de treinamento ficou aberto apenas para os funcionários da multinacional, até 1997, mas fechou na sequência e o lugar acabou vendido para a UniABC (Universidade do Grande ABC) em 2001. Era o fim de uma época de ouro do esporte andreense.

Concessionária Autorizada
ABCD e Região

Saeco®

Máquinas de Café Espresso

www.phtcafe.com.br

Vendas - Locação - Assistência Técnica

Café Campo Grande:
Black e Red



Fornecemos outras marcas
confira em nosso site ou ligue!

Venha experimentar o café
e conhecer nosso novo Show-Room

Preço especial de lançamento
Garanta já a sua. Ligue agora!



Máquina de Café Espresso
Portátil Delta Q Qoll Automática

4335-9664 / 4338-5245

Rua Tiradentes, 118 - Centro - SBC



Uma festa em que poucos dão as caras

Reféns de estádios vazios e taxas altas, clubes do ABC acumulam prejuízos para organizar os jogos de futebol

FOTO: MARIO CORTIVO

• Antonio Ferreira
redacao@revistarepublica.com.br

Sabe aquela festa que o organizador gasta horrores e quase ninguém aparece? Esse é o drama vivido pela maioria dos times pequenos do Brasil, inclusive os do ABC, na Região Metropolitana de São Paulo. Dos principais da região, São Caetano e São Bernardo foram os únicos que tiveram coragem de se manter em atividade no segundo semestre, mas acumulam prejuízos para fazer uma partida de futebol. O diademense Água Santa, a sensação do momento, e o Santo André, dispensaram os campeonatos atuais e só voltam aos gramados em 2016. Os clubes funcionam como associações ou empresas e, por isso, sem retorno financeiro para pagar as despesas, fica difícil fechar as contas.

Vice-campeão da Copa Libertadores da América, o São Caetano entrou em queda livre e joga a Série D do Campeonato Brasileiro. No jogo de estreia da competição, em julho, o Azulão recebeu o Lajeadense (RS) no Anacleto Campanella. Goleou por 4 a 0, mas murchou quando a CBF (Confederação Brasileira de Futebol) divulgou o boletim financeiro: prejuízo de R\$ 12.728. Tirando a concentração, que vai mais R\$ 4 mil em média e nem aparece no borderô, o time banca ambulância, arbitragem, salários das pessoas que trabalharam na partida e policiamento (veja quadro).

O lucro não vem porque as taxas cobradas são altas e o público não vai ao estádio - 498 "testemunhas" prestigiaram o confronto com o Lajeadense. "Todos os jogos do São Caetano sempre tiveram prejuízo e hoje é maior porque vem árbitro de

fora de São Paulo. Os problemas (financeiros) existem desde a época boa, não temos arrecadação compatível ao espetáculo", lamenta o presidente do Azulão, Nairo Ferreira de Souza, que já fez de tudo para buscar o lucro. "Já levei ingressos nas escolas e entreguei para crianças, fiz sorteio de geladeira e motocicleta", recorda.

O São Bernardo é o único do ABC na Série A-1 do Campeonato Paulista e dá sorrisos com os boletins financeiros de fevereiro a abril. Os lucros são notáveis, especialmente quando os grandes da capital se apresentam no Primeiro de Maio, o histórico estádio da cidade. No fim das contas, o dinheiro ganho no começo do ano é usado para pagar as despesas do restante da temporada.

Neste momento, o Tigre disputa a inexpressiva Copa Paulista, torneio criado pela Federação para os clubes não ficarem ociosos. Na abertura da competição, a torcida praticamente ignorou o duelo contra o Nacional e o saldo negativo se fez presente. O São Bernardo arrecadou R\$ 9.430, mas desembolsou R\$ 10.929,71 com os custos.

"A Copa Paulista não tem apelo nenhum e o campeonato se tornou deficitário neste ano com o aumento do valor do policiamento", avalia o presidente Luiz Fernando Teixeira. O dirigente diz que a cobrança desse item segue o Estatuto do Torcedor, mas ele não concorda. Para Teixeira, a segurança de um jogo de futebol deveria ficar a cargo de seguranças particulares, assim como é na Copa do Mundo, e não da polícia

militar. Esse tipo de serviço, de fato, responde pelos gastos mais altos nos borderôs do Tigre, chegando a quase R\$ 6 mil por partida.

"Por isso não estamos concentrando, embora eu considere importante. Também pedi para que jogássemos à tarde, porque à noite tenho que locar um gerador (usado em caso de queda de energia) e aí já vão mais R\$ 3 mil, mesmo sem usá-lo", completa o presidente do Tigre. Diante desse cenário, Santo André e Água Santa abriram mão das vagas de direito na Copa Paulista e da chance de classificação para a Copa do Brasil - oportunidade dada ao campeão. Segundo levantamento feito pela República, o Ramalhão teve prejuízo de cerca de R\$ 75 mil nos confrontos em que foi mandante de fevereiro a maio, durante a Série A-2 do Campeonato Paulista.

"Clube nenhum pode contar com renda de bilheteria, mesmo na A-2 todos os jogos são deficitários. Às vezes, temos menos prejuízo fora de casa do que em casa, porque só pagamos a concentração", compara o diretor de futebol do Santo André, Juraci Catarino, atestando esse grave problema envolvendo os pequenos do Brasil, que vão do sul ao norte e esmagam os grandes em quantidade. Por enquanto, o Água Santa é uma rara exceção porque leva, em média, de quatro a cinco mil torcedores no campo, mas mesmo assim preferiu guardar dinheiro nesse segundo semestre.

Ex-atleta sugere estádios menores

Ruy Cabeção é um dos líderes do Bom Senso Futebol Clube, movimento criado em 2013 por boleiros conhecidos com o intuito de cobrar melhorias no futebol. Para Ruy, que se aposentou há pouco tempo dos gramados, a revolução deveria partir da CBF e Federações. "Seria interessante jogar em estádios com pouca capacidade de público, assim as despesas caem." Procurada pela reportagem, a Federação Paulista de Futebol informou que arca com a arbitragem de todas as partidas da Copa Paulista e ainda cobre os gastos com árbitros na quarta divisão do Campeonato Paulista representado na região por EC São Bernardo, CAD e Mauaense, além de fornecer bolas e R\$ 20 mil de cota por participação. Mas, admite, estuda mudanças para derrubar os custos e elevar as despesas dos seus filiados. Já a CBF, de acordo com o presidente do São Caetano, banca viagem, alimentação e transporte na Série D.

Em março, em jogo atípico de lucro pelo Paulistão, o São Bernardo arrecadou R\$ 308,9 mil contra o Palmeiras no estádio Primeiro de Maio. As despesas totalizaram quase R\$ 95 mil, suficiente para quitar o salário de boa parte do elenco do Tigre. Um dinheiro que foi embora na velocidade que entrou. Essa é a vida dura de um pequeno. ■



Vender jogador traz esperança

Recentemente, o São Caetano negociou o zagueiro Luiz Eduardo com o São Paulo e não recebeu um tostão em troca. A esperança é que o jogador vingue no Morumbi e seja vendido para que a próxima negociação, aí sim, renda lucro ao Azulão.

"Você tem que revelar atletas e negociar com um clube grande ou de fora do país. A saída é diminuir os custos e ser formador (vendedor)", diz Nairo Ferreira de Souza, presidente do Azulão, ressaltando que cortou a folha salarial em 80% de 2014 para cá. "No Santo André, a parte social arca com os prejuízos; é preciso fazer milagres no futebol", resume Juraci Catarino.

Para o presidente do São Bernardo, a solução para inverter o processo seria criar mais divisões do Brasileiro - são quatro atualmente. Assim, o torcedor apoiaria o time em peso durante todo o ano, deixando as contas no azul em dezembro.

"Hoje pago mais para os jogadores do que alguns adversários porque eles sabem que depois de quatro meses estarão desempregados. Se eles têm proposta semelhante à nossa de uma equipe que esteja no Brasileiro, eles vão escolhê-la porque terá um salário garantido até dezembro", lamenta Luiz Fernando Teixeira, do Tigre.

"O futebol no Brasil precisa ser revisto. Não temos nada para comemorar, os estádios estão vazios, os clubes quebrados e os empresários recebendo muito", desabafa Teixeira.



RELIGIOSOS E ÍNDIOS EM COMUNISMO

Ataques dos invasores levaram padres e nativos para próximo aos rios Uruguai e Paraná, formando as 30 Missões, sete no Noroeste Gaúcho

• Lucas Borges
redacao@revistarepublica.com.br

No fim da rodovia RS-536, Noroeste do Rio Grande do Sul, descansa uma cidade. O perfil simples das casas e dos moradores não revela e tampouco alardeiam as placas e indicações de turismo, negócio relegado por aquelas bandas. Mais fácil apreender a história pelo ar.

Pôr um pé nesse lugar já indica que o solo é sagrado. O sol reflete nas ruas de pedras grossas e nos rostos dos esparsos locais em suas varandas, sorvendo o amargo, o mate, e parece contar um segredo aos forasteiros. “Ei, psiu, aqui em São Miguel das Missões o ser humano já deu certo, sabia?”

Por mais que se ensine nas escolas e em um filme de Hollywood - “As Missões”, com atuações de Robert De Niro, Jeremy Irons e Liam Neeson e trilha sonora de Ennio Morricone, vencedor do Oscar de Melhor Fotografia em 1987 - trate do assunto -, não se reverbera tanto essa experiência.

Fundada em 1534 pelo basco Inácio de Loyola, ao lado de seis camaradas espanhóis, portugueses e franceses, em Paris, a Companhia de Jesus foi autorizada a propagar a mensagem da igreja católica na América do Sul a partir de 1566, em tempos de ascensão do protestantismo.

Famosos pela obstinação e pela disciplina, os jesuítas logo se tornaram uma importante ordem dentro do catolicismo. Mas por aqui as coisas demoraram a engrenar. A exemplo de outros destinos ermos onde decidiram catequizar - até no Japão eles chegaram -, em nosso continente muitos mártires foram feitos até que se criasse com habitantes nativos a relação que chamou a atenção do cinema e de grandes pensadores mundiais.

Alguns desses mártires viraram santos, a exemplo do paraguaio Roque Gonzáles de Santa Cruz. Qualquer semelhança com o nome do famoso atacante da seleção paraguaia de futebol não é mera coincidência.

JESUÍTAS E GUARANIS

Foi na região onde hoje se encontram Argentina, Brasil e Paraguai, então território do reino espanhol, que se desenvolveu com mais sucesso a troca de experiências entre religiosos europeus e índios. Entre as muitas tribos espalhadas pelo continente, ali os guaranis eram o povo dominante, desenvolvendo a agricultura com mais primor que seus conterrâneos, como retrata o historiador José Roberto de Oliveira no livro “Pedido de Perdão ao Triunfo da Humanidade”.

Segundo Bartolomeu Meliá em “O Guarani Conquistado e Reduzido”, cerca de um milhão e meio de guaranis viviam na América no momento da chegada dos colonizadores. Haveria, inclusive, contato constante entre eles e o maior império do território sul-americano, o Inca, localizado do outro lado da Cordilheira dos Andes, contato esse facilitado pelo Caminho do Peaberu, estrada que ligaria o Oceano Pacífico ao Atlântico. ▶



300

mil guaranis capturados das comunidades jesuíticas

30 povos e perto de 150 mil hab.

FOTOS: DIVULGAÇÃO BLOGSPOT MUSEU DAS MISSÕES

Meliá também conta que os índios eram convencidos a se juntarem aos padres na fé cristã sendo presenteados com ferramentas de ferro, material desconhecido por eles. Nem todos confiavam na oferta e muitos religiosos acabavam sendo assassinados. A princípio, nenhuma discrepância com toda a história da colonização americana. O que se desenvolveu a partir desse primeiro contato, no entanto, entrou para os anais.

SETE POVOS DAS MISSÕES

Uma série de preceitos regravava as missões jesuíticas, além da instrução da doutrina cristã. Segundo as leis promulgadas pelos reis espanhóis, “conservar a raça indígena, afirmar a paz interior dos povos, resguardar a liberdade do guarani e aperfeiçoá-los no exercício da agricultura e da indústria” também deveria ser uma obrigação. O desenvolvimento dessas estruturas interessava à coroa espanhola como forma de povoamento do território e de fortalecimento das divisas com o reino de Portugal, estabelecidas pelo famoso Tratado de Tordesilhas.

A imposição da fé cristã em substituição às crenças politeístas e à idolatria à natureza sempre serão motivo de questionamentos, mas, de fato, o convívio com os missionários apresentava uma oportunidade interessante aos guaranis, perseguidos por bandeirantes escravistas do lado português do território e por caçadores em busca de material humano para as “encomiendas” - prática não muito

distante da escravidão - do lado espanhol.

Inicialmente, nem mesmo as missões foram respeitadas pelos traficantes de índios. Em “Gloria y Tragedia de Las Misiones Guaranies”, de Silvio Palacios e Ena Zoffoli, calcula-se que até 300 mil guaranis tenham sido capturados das comunidades jesuíticas apenas pelos bandeirantes paulistas até que as vítimas passassem a se defender.

Oprimidos pelos ataques avassaladores dos invasores, padres e nativos se transportaram do que hoje é conhecido como o Oeste de São Paulo e o Noroeste Paraná ainda mais para o Sul, próximo aos rios Uruguai e Paraná, onde se formaram a partir do final do século XVII as 30 missões, sete delas dentro do atual território brasileiro, no Noroeste Gaúcho.

Os missionários armados e protegidos - construíram ao lado dos nativos o que se denominou muitos anos depois o “socialismo cristão”, experiência alcunhada pelo filósofo iluminista francês Voltaire como “triunfo da humanidade”. A religião ditava o convívio nessas cidades, nas quais forasteiros espanhóis eram proibidos de entrar. Alguns poucos sacerdotes administravam a população, distribuída em casas meticulosamente formadas em torno da igreja local, em acordo com os indígenas, estabelecendo os líderes locais em pequenas repúblicas independentes e decidindo os assuntos políticos, econômicos e penais, como descrito em “Pedido de Perdão ao Triunfo da Humanidade”. No cotiguaçu, viúvas e idosos recebiam cuidados especiais. A

língua e costumes guaranis - como o consumo do mate, o chimarrão - eram preservados.

Homens e mulheres dividiam-se entre os cuidados com os rebanhos, manufatura e lavoura e a produção era compartilhada entre os locais, estocada, repassada às demais missões e, em última instância, trocada com negociantes externos. Aos guaranis também foram transmitidos ensinamentos artísticos e até hoje é possível testemunhar, em São Miguel das Missões, município das mais intactas ruínas dos arredores, patrimônio da humanidade pela Unesco e casa de museu projetado por Lúcio Costa, e também nas cidades vizinhas, as pinturas, as esculturas e a arquitetura barroca moldados pelos nativos sul-americanos. Música, dança e teatro eram atividades comuns nas missões e instrumentos musicais próprios eram construídos nos territórios jesuíticos.

TRATADO DE MORTE

A próspera comunhão entre os 30 povos, cuja população se aproximou de 150 mil habitantes por volta de 1730, virou exemplo para o mundo, mas foi ignorada pelos governos de Espanha e Portugal. A ascensão da Companhia de Jesus e a crescente influência da ordem incomodavam uma Europa. Transmitiam-se boatos sobre o enriquecimento dos sacerdotes e a acumulação de metais preciosos, na realidade, inexistentes na região.



Herança dos guaranis é muito viva no Paraguai, que tem o guarani como língua oficial do País

Em 1750, os espanhóis assinaram a partir do Tratado de Madri a entrega da região dos Sete Povos das Missões em troca da Colônia de Sacramento, entreposto pirata criado pelos portugueses dentro do território castelhano, em frente a Buenos Aires, na margem oposta da foz do Rio da Prata.

De repente, 30 mil guaranis se viram obrigados a atravessar o Rio Uruguai para o lado espanhol da fronteira, abandonando o legado estabelecido nas Sete Missões. Boa parte deles, claro, resistiu, liderada pelo líder guarani Sepé Tiaraju, dando início às Guerras Guaraníticas, confronto registrado no filme “As Missões”. Venceram os exércitos unidos de Espanha e Portugal após seis anos de derramamento de sangue e destruição.

O tratado foi revogado 11 anos depois, permitindo que os antigos habitantes da região a ela retornassem. Em 1768, contudo, os jesuítas foram expulsos da Espanha e de suas colônias, a exemplo do que já havia acontecido nove anos antes em Portugal e no Brasil. Emigrados pela Europa, eles teriam, como retratado em “Sepé Tiaraju, 250 Anos Depois”, levado à Alemanha e à Rússia - o socialismo cristão foi retratado na obra de Paul Lafargue, jornalista revolucionário genro de Karl Marx - a semente do pensamento comunista que brotaria nesta parte do globo.

A herança dos guaranis é vivíssima no Paraguai, que inclusive tem o guarani como língua oficial, e se disseminou pelo Brasil, se não nomes dos cidadãos, hoje já europeizados, com certeza nos traços físicos e nos costumes. ■

Ensinando com o sol (e o lá, e o si...)

Projeto da prefeitura de Santo André, na Região Metropolitana de São Paulo, resgata tradição de ensino musical nas escolas e para grupos específicos

• Leo Oliveira
redacao@revistarepublica.com.br

“Música não é apenas entretenimento. Ela tem um grande valor educativo. Envolve concentração, trabalho de equipe e respeito ao outro.” Talvez Abel Rocha, maestro da Orquestra Sinfônica de Santo André (Ossa), município da Região Metropolitana de São Paulo, não tenha percebido, mas suas palavras são um réquiem. Houve um tempo em que o ensino da música era parte do dia-a-dia de todas as escolas - particulares e públicas. Não havia estabelecimento sem uma unidade musical: coro, orquestra de sopros ou conjunto de música popular. Lá se vão 40 anos.

De lá para cá, a música tem sido cada vez mais considerada como um suplemento da formação, não só dos alunos regulares, mas da comunidade como um todo. Por isso, o município do ABC Paulista está buscando resgatar a música por meio de dois projetos coordenados pela Ossa, que possui 70 integrantes.

O mais novo projeto é o Conversando sobre Música - implementado no segundo

semestre de 2015. Apesar de em Santo André ser desenvolvido pela Ossa, o projeto pode ser realizado por qualquer outro grupo musical ligado a uma prefeitura, ou mesmo contratado.

Outro programa, este mais antigo, se chama Concertos Didáticos. Por meio dele, alunos de escolas públicas estaduais estudam e exploram os instrumentos musicais, são estimulados a falar sobre música antes de acompanhar a apresentação da orquestra. E depois desenvolverão debates e trabalhos sobre o concerto a que assistiram.

Preparação prévia

Como os Concertos Didáticos, o Conversando sobre Música também envolve uma preparação prévia. Neste caso, são escolhidos grupos específicos, normalmente com interesses comuns. “Nossa última apresentação foi para um grupo da terceira idade e também para um conjunto de crianças”, diz Rocha. O próprio maestro conversou com eles sobre os objetivos do projeto, como ele aconteceria e averiguou o espaço para a exibição - no caso, um centro de convivência.

Na data marcada, levou apenas um grupo de instrumentos de sopro retirado da orquestra. “São espaços menores, justamente para permitir a interação com o público, o diálogo. Por isso, grupos pequenos de músicos surtem um efeito melhor.” A apresentação é vista por cerca de 90 pessoas. Elas ouvem o concerto durante os primeiros 40 minutos. Na meia hora final, as músicas são entremeadas pela conversa.



Apresentação da Orquestra Sinfônica de Santo André, regida por Abel Rocha

“As pessoas perguntam sobre os instrumentos, sobre como funcionam as cordas, os sopros. Mas nós também discutimos as circunstâncias em que determinada peça foi criada, falamos da história de um compositor”, diz Rocha. Assim, o evento adquire um aspecto interdisciplinar e serve para qualquer público.

Detalhe importante: o repertório não precisa ser composto por melodias prontamente reconhecíveis pela audiência. O senso comum reza que executar obras famosas é uma maneira de atrair o público cujo gosto

é supostamente algo distante da música clássica. “No projeto, pelo contrário, o que vale é com o público e dar pontos de referência para que ele absorva o que está ouvindo.”

O repertório vai variar não conforme o conhecimento musical previamente adquirido - o que as pessoas, deseducadas musicalmente, geralmente reconhecem são peças que já foram veiculadas em alguma propaganda ou como trilha sonora -, mas de acordo com o tipo de público. “A criança tem uma relação com o tempo diferente de uma pessoa mais velha”, explica Rocha. No projeto, ele já executou obras de Haydn, Villa-Lobos, Carlos Gomes e Ravel, entre outros, e não necessariamente obras famosas.

Assim, diferentemente do projeto Concertos Didáticos, o Conversando sobre Música dispensa a última parte do processo pedagógico. “A conversa é realizada no momento mesmo da apresentação. Ela se basta.”

Adaptação

É fácil adaptar o programa para um projeto político-pedagógico da rede pública municipal. Basta que a prefeitura tenha cargos para músicos. Não os tendo, pode contratá-los especificamente para o projeto. Não é necessário que tenham formação clássica, mas é desejável que possam explicar bem a técnica, o instrumento que estão tocando - mesmo que esse instrumento seja a voz - e que conheçam a história da música que vão executar. Orquestras de violões, coros, quartetos de cordas: todos podem ser usados para ensinar.

“Não temos gasto extra no projeto”, diz o maestro. “Os músicos da Orquestra Sinfônica têm uma grade horária para cumprir. Meu trabalho é adaptar essa com nossas outras atividades; a infraestrutura é suprida diretamente pela Prefeitura - por meio de ônibus para o transporte, por exemplo, e pelos grupos.”

E é desejável que o projeto seja executado em comunidades carentes, como faz em São Paulo o maestro João Carlos Martins, por exemplo? “Em música, todas as comunidades são carentes desde que a formação musical sumiu das escolas há mais de quatro décadas”, arremata Abel Rocha. ■



Maestro e estudantes participantes do “Conversando sobre Música”



FOTO: RENAN FACCILO

Dinheiro não é tudo

Mesmo sem ter retorno financeiro, quatro bandas de rock do ABC e São Paulo fazem sucesso com shows até fora do Brasil

• Antonio Ferreira
redacao@revistarepublica.com.br

Se o rock autoral sobrevive no Brasil, os méritos vão para músicos que não ganham dinheiro com a sua paixão. Ter uma banda independente, com influências do hardcore e punk, por exemplo, não traz o retorno financeiro dos sonhos. Isso se deve, entre uma série de fatores, à falta de divulgação da mídia tradicional e a outras preferências do público.

Das quatro bandas apresentadas nesta reportagem e que são respeitadas no meio onde atuam, apenas uma trata a música como profissão. No entanto, todas compartilham ideias semelhantes quando o assunto é o som que escolheram fazer e o cenário do rock nacional, em especial o autoral ou independente.

“Ganhar dinheiro é preciso, mas sempre tivemos em mente que o rock autoral (aquele sem repertório cover) está falido”, aposta o vocalista da andreense Sentimento Carpete, Felipe Bigliuzzi.

O músico diz não se importar com o futuro finan-

ceiro nada promissor. A banda da qual faz parte nasceu em 1999, quando conheceu o atual baterista, Nato. Ambos curtiam o rock pesado, trocavam discos de metal e punk. “Fazemos música autoral num estilo próprio, que não se encaixa em nenhuma tribo. Músicas verdadeiras, sobre fatos verídicos e a podridão humana que fazemos parte”, descreve Bigliuzzi.

O Sentimento Carpete se orgulha de ter feito um tour na Argentina em 2013. “Lá, o rock tem mais aceitação social. A molecada ainda se mobiliza, lança discos, organiza festivais. Um pouco do que vemos com o futebol acontece na cena roqueira: resistência, identidade e amor pelo bairro”, diz. A banda compôs cerca de 40 músicas nesses anos de estrada, mas, justamente pelo conteúdo apresentado, não sai daquele grupo fiel de fãs.

Em alguns casos, a paixão pela música está dentro de casa. O núcleo da Leeds, com integrantes também do ABC, é a família Paiva. Renan se apresenta como

Bullet Bane: viaja pelo Brasil com van comprada com dinheiro da venda de produtos e cachês de shows

vocalista e toca guitarra, enquanto o irmão, Willian, é baterista. O baixista Leandro Sant’Ana fecha esse time, enriquecendo uma formação que tem uma história de respeito construída em apenas três anos.

“Tocamos na Rádio 89 FM, no programa ‘Temas Vagas’, que abria espaço para bandas independentes. Isso com apenas dois meses de vida, e foi um grande feito para nós. Tivemos destaques em outros festivais, tocamos nos lugares mais importantes da nossa cidade (Santo André), como no Parque Central, Concha Acústica e Sesc. Também fizemos dois grandes shows no litoral Sul, na cidade de Itanhaém, onde conseguimos um destaque importante”, conta Renan. No caso deles, os cachês pelos shows já são uma realidade.

Renan e Willian vieram ao mundo escutando música e não se desgrudam quase nunca. A mãe se formou em piano e todos da família sempre se arriscaram em algum tipo de instrumento. O que começou como diversão, acabou virando coisa séria. “Temos uma música que diz: ‘preciso do meu sonho para sobreviver’. É isso. Todos nós precisamos dos nossos sonhos para sobreviver, seja lá qual for. É ele que nos mantém vivos”, conclui Renan.

ANOS DE ESTRADA

A banda 88 Não, de Mauá, completa 15 anos nesta temporada e promete um show especial, nada mais do que merecido. Assim como a Leeds, a banda tem uma raiz familiar. “Quem montou a banda foi meu pai (Daniel Miranda), em 2000. Ele era do Subvivos, uma banda histórica do ABC, e montou a 88 Não juntamente com outros amigos, inclusive um argentino que trouxe a maior influência: o punk rock argentino”, conta o guitarrista e voz da banda, Nicolas Miranda.

O grupo de músicos aposta na simplicidade, sem extrapolar nas composições. “Considero nossas músicas uma mistura do som das bandas punks

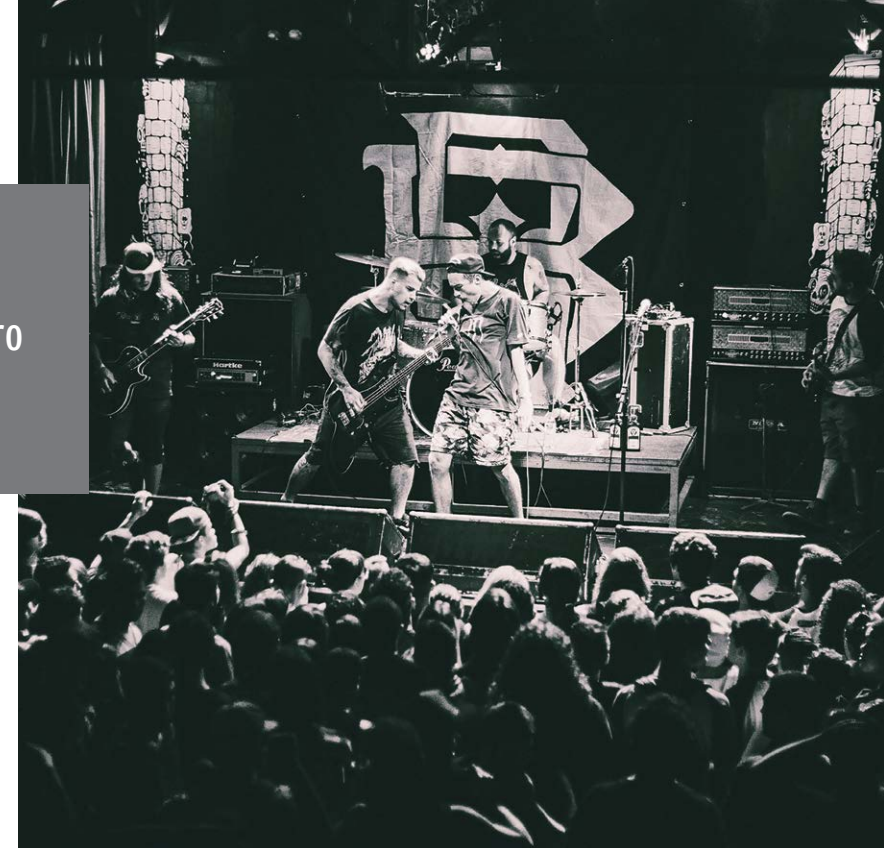


FOTO: DIVULGAÇÃO

brasileiras de 70/80, do streetpunkinglês e do punk rock argentino. Não vejo nenhuma outra atualmente tão à flor da pele como a nossa”, opina o baixista, Ludo.

No entanto, a preocupação não está apenas em transmitir o som Brasil afora - já foram duas excursões pela Argentina, além de tours pelo Nordeste. Não dá para apresentar a 88 Não sem citar os projetos sociais. “Tivemos um projeto no meu bairro (Sônia Maria, em Mauá), onde tínhamos um estúdio e oferecíamos oficinas de guitarra, baixo e bateria para a molecada”, lembra Nicolas.

Mesmo com as conquistas, a banda ganhou pouco dinheiro e reduz o prejuízo com a venda de camisetas, adesivos e botons.

SEGUIDORES

A paulista Bullet Bane é a única das quatro bandas ouvidas pela reportagem que trata a música como prioridade, viajando pelo Brasil com uma van comprada com o dinheiro da venda de produtos e cachês de shows. O grupo que propaga o hardcore por onde passa tem mais de 17 mil seguidores no Facebook. Sem uma gravadora, o nome da banda é divulgado por um selo.

“No começo, queríamos encher casas de shows que comportam 600 pessoas e conhecer todos os lugares possíveis. Ainda temos vontade de tocar em casas cheias, mas priorizamos qualidade de som, estrutura e não temos uma meta final”, afirma o baterista Renan Garcia.

O Bullet é formado por cinco jovens e já abriu shows do Dead Fish e até do Nofx - para alguns considerada a principal banda de hardcore do mundo. O quinteto gravou 31 músicas desde que estão juntos, sempre com temas políticos e do cotidiano.

Em maio, o Bullet gravou um DVD, mas se populariza utilizando as ferramentas da internet. “Se a mídia de massa não dá a devida atenção ao que fazemos, não tem problema. Faremos mesmo assim”, avisa o baterista do Bullet Bane. E assim o rock autoral e independente sobrevive a cada dia no Brasil. ■

PROGRAMA CINEMARK MANIA

Todo mundo ama, todo mundo quer.



**BRINDES
COMBOS
PROMOÇÕES**

**ADQUIRA JÁ
O SEU CARTÃO
NAS BILHETERIAS
E APROVEITE.**

**Ingresso
gratuito**

DEPOIS FAÇA SEU CADASTRO NO SITE DA CINEMARK E AINDA
GANHE UM INGRESSO PARA QUALQUER SESSÃO
DE 2ª A 5ª-FEIRA, INCLUSIVE PARA SALAS 3D E XD.

Acesse o regulamento em cinemark.com.br/cinemarkmania e saiba mais.



cinemarkoficial

cinemark.com.br

CINEMARK®

É MAIS QUE CINEMA. É CINEMARK.

► **Braskem
e Mauá,
uma parceria
que gera
inovação e
desenvolvimento
para a região
do Grande ABC.**

**8 de dezembro é aniversário
de Mauá. 61 anos cheios
de motivos para comemorar.**

Mauá é o município de duas unidades industriais da Braskem localizadas no Polo Petroquímico do Grande ABC, que é historicamente o berço da indústria petroquímica no Brasil e gera atualmente milhares de empregos, fortalecendo o desenvolvimento econômico e social da cidade e do país.

A Braskem deseja que os próximos 61 anos de Mauá sejam marcados por ainda mais inovações e conquistas.



Braskem



Patrocinadora
do Paratletismo
Brasileiro

